



Poder Judiciário
Superior Tribunal de Justiça

Subsídios à implantação da
Escola Nacional de Formação e
Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM,
no Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF
2006

Equipe Técnica

Pesquisador

Darcy Closs

Apoio Científico

Biblioteca Ministro Oscar Saraiva

Coordenadora: *Rosa Maria de Abreu Carvalho*

Seção de Pesquisa

Josiane Cury Nasser Loureiro

Seção de Processos Técnicos

Najla Bastos de Melo

Seção de Desenvolvimento de Coleções

Leila Aparecida Arantes Silva

Seção de Atendimento e Empréstimo

Ioia Pinheiro Uema

Seção de Periódicos

José Ronaldo Vieira

Editoração

Luiz Felipe Leite

Revisão

Edson Alves Lacerda

Apoio Técnico

Cláudia Maciel Wanderley de Moraes

Alceir do Carmo Rocha Bento

Brasil. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Secretaria de Documentação.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça – Brasília : STJ, 2006.

v.

Conteúdo: v. 1-4 Análise dos dados cadastrais

v. 5 Análise da bibliografia

v. 6 Grupos de Pesquisa do CNPq

CDU 347.962(81)

**Lista Bibliográfica
especializada sobre
Escolas de Magistratura**

Volume V

Agradecimentos

Inicialmente cabe realçar e valorizar a iniciativa do Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, um dos grandes defensores da necessidade de implantação de uma escola de magistratura junto ao Superior Tribunal de Justiça, que motivou os estudos e os levantamentos efetuados.

O levantamento da bibliografia básica foi realizado pelas equipes da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, dirigida pela Bibliotecária Rosa Maria de Abreu Carvalho, e através da Seção de Pesquisa/SEPESQ, dirigida pela Bibliotecária Josiane Cury Nasser Loureiro, da Seção de Atendimento e Empréstimo, dirigida pela Bibliotecária Ioaia Pinheiro Uema, da Seção de Desenvolvimento de Coleções, dirigida pela Bibliotecária Leila Aparecida Arantes da Silva, da Seção de Periódicos e Análise de Legislação, dirigida pelo Bibliotecário José Ronaldo Vieira e da Seção de Processos Técnicos, dirigida pela Bibliotecária Najla Bastos de Melo. A servidora Cláudia Maciel Wanderley de Moraes, da Secretaria de Documentação, e o responsável pela Editoração Cultural, Luiz Felipe Leite, participaram da organização e entrada dos dados da bibliografia. Sem estes apoios dificilmente as publicações teriam sido concluídas.

Sabemos que a tarefa de agradecer é sempre complexa, pois corre-se o risco de cometer a injustiça da omissão de nomes de pessoas que, de alguma forma, contribuíram para o resultado final do trabalho ora publicado.

Não poderíamos, outrossim, deixar de manifestar os nossos mais sinceros agradecimentos à equipe que tão bem correspondeu aos nossos anseios.

Darcy Closs

Sumário

Prefácio	7
Coletânea	9
Introdução	11
Bibliografia Especializada	13
Índice	101

Prefácio

A implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM não é uma idéia recente. Ao contrário, essa concepção vem sendo sedimentada ao longo dos anos, mediante discussões e debates que tiveram como palco encontros e congressos de magistrados das esferas federal e estadual. Sua criação foi oficializada, por fim, com a aprovação e conseqüente promulgação da Emenda Constitucional nº 45, que dispõe sobre a reforma do Poder Judiciário.

O dispositivo constitucional estabelece que a ENFAM funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça, competindo-lhe, entre outras, a função de regulamentar os cursos oficiais de formação para os novos Juizes Substitutos e de aperfeiçoamento, como educação continuada de Magistrados. A oficialização desses cursos deverá representar dispositivo importante para o futuro processo de promoção e vitaliciamento.

A busca de aprimoramento do atual quadro de magistrados dos Tribunais Estaduais e Federais tem sido uma constante preocupação do Poder Judiciário e a implantação da ENFAM poderá apontar diretrizes e envidar esforços a fim de sanar tão evidente necessidade.

Fruto dessa realidade, o presente trabalho contém um levantamento detalhado preliminar, realizado pela Secretaria de Documentação, de tudo quanto foi possível recuperar em termos de documentação sobre o tema. São matérias que se reportam aos textos e debates que originaram tal concepção e aprimoraram o seu conceito, oriundas de experiências vivenciadas pelos Tribunais de Justiça Estaduais, Tribunais Regionais Federais e Associações de Magistrados.

Esta obra tem, portanto, a finalidade precípua de subsidiar os trabalhos de regulamentação acadêmica e de organização administrativa do funcionamento da ENFAM. Além do mais, agrega outras doutrinas, as quais, pela relevância e pertinência, também poderão contribuir para o implemento da citada regulamentação.

Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho
Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Coletânea

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM, no Superior Tribunal de Justiça

Volume I

Introdução

Escolas de Magistratura dos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Volume II

Escolas de Magistratura dos Estados de Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte.

Volume III

Escolas de Magistratura dos Estados do Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Volume IV

Escolas de Magistratura Federais da 1ª Região, 2ª Região, 3ª Região, 4ª Região, 5ª Região e Escola Nacional de Magistratura-ENM/AMB.

Volume V

Lista Bibliográfica especializada sobre Escolas de Magistratura.

Volume VI

Grupos de Pesquisa do CNPq
Grande Área: Ciências Sociais - Área: Direito

Volume VII

Análise da Bibliografia sobre o desenvolvimento histórico da implantação das Escolas de Magistratura do Brasil e do exterior.

Volume VIII

Lista de dissertações de mestrado, teses de doutorado e monografias de cursos de especialização com referências na área do Direito e do Judiciário.

1. Introdução

O presente volume reúne a bibliografia básica que permitirá ao leitor obter uma visão preliminar sobre os autores que, direta ou indiretamente, oferecem subsídios à futura implantação de uma Escola Nacional de Formação e de Aperfeiçoamento de Magistrados no Superior Tribunal de Justiça. A extensa bibliografia analisa também as características, críticas e os questionamentos sobre o Judiciário, considerados importantes para a melhoria das atividades judicantes e o papel das Escolas de Magistratura na futura efetivação da mudança do atual paradigma.

Os dados da presente publicação serão depositados pela equipe de profissionais responsáveis pela implantação do Projeto Estratégico “Consórcio BDJur” no Superior Tribunal de Justiça, dirigido pela Bibliotecária Teresa Helena da Rocha Basevi. As informações serão, assim, oferecidas ao público interno e externo, em ambiente web, via acesso pela Internet.

A lista bibliográfica apresenta em torno de 1.300 referências, das quais a grande maioria foi editada nos primeiros quatro anos de 2000 (47%) e na década de 90 (36%). Na década de 80 as contribuições somaram 10%, enquanto que na década de 70 seu número foi reduzido (apenas 5%). Nas décadas de 30 até 60 o número de publicações foi mínimo, somando apenas 2% em quatro décadas.

Com relação aos temas abordados nas publicações cabe destacar a limitação de textos abordando as áreas de gestão/administração, ética, pesquisa e críticas/reengenharia do Judiciário.

Por outro lado, cabe oferecer um destaque especial de alguns autores. Entre as publicações, consideradas mais importantes para a análise das propostas de alternativas para a implantação da ENFAM, destacam-se:

1. Os dois livros com o título “O Juiz”. O primeiro do Desembargador Edgard de Moura Bittencourt (1966, 1ª edição e 2002, 2ª edição) e o segundo do Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (1999);

2. Entre os autores com uma lista de publicações mais extensa, cabe destacar: Maria Teresa Sadek, José Renato Nalini, Joaquim de Arruda Falcão, José Eduardo Faria, Aurélio Wander Bastos, Eliane Junqueira Botelho, Felipe Augusto de Miranda Rosa, Suzana de Camargo Gomes, Armando Castelar Pinheiro, Luiz Werneck Viana,

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

OAB, Mônica Jacqueline Sifuentes, M.F. de Castro, Celso Fernandes Campilongo e Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza.

3. Entre as publicações mais antigas cabe registrar:

a) o livro “O advogado”, de Mário Guimarães de Souza (1935), uma edição da Monografia para o Concurso de Professor Catedrático da Faculdade de Direito do Recife;

b) o livro “Coronelismo, Enxada e Voto”, de Victor Nunes Leal (1948), o qual descreve a organização judiciária da época. Analisa, também, as conseqüências das Constituições Republicanas de 1891, 1934, 1937 e 1946 e a potencialidade do coronelismo provocar conseqüências nas relações entre a Magistratura e a política local;

c) o livro “O Juiz e a Função Jurisdicional” do Ministro aposentado do STF Mário Guimarães (1958), o qual pretendia, conforme seu preâmbulo, “legar aos juízes mais novos algumas notas que coligi no decurso de minha carreira”.

4. O livro “O advogado, seu Estatuto e a Ética Profissional” de Ruy de Azevedo Sodré (1967), o qual, entre os temas descritos, analisa as relações entre os advogados e os juízes.

No volume 06 são apresentadas as listas dos 281 Grupos de Pesquisa catalogados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq.

No volume 07 serão apresentados subsídios relativos à fase de implantação da ENFAM. Foi feita uma análise das publicações, com enfoque no resumo histórico das principais propostas de criação de Escolas Estaduais e Federais, nos dispositivos legais, nos atuais sistemas de recrutamento e seleção de juízes, nos sistemas de ensino e pesquisa na área do Direito e nos principais modelos de Escolas de Magistratura da Europa e Japão.

No volume 08 serão apresentados os resultados da análise junto às bibliotecas universitárias sobre os autores das dissertações de mestrado e teses de doutorado já defendidas junto aos cursos reconhecidos pela CAPES/MEC e credenciados pelo Conselho Nacional de Educação.

As informações também serão importantes para uma integração futura da ENFAM com os grupos de pesquisa do sistema universitário nacional, com vistas ao desenvolvimento de temas de interesse imediato do Judiciário e na busca do contínuo aperfeiçoamento do Magistrado.

Lista Bibliográfica Especializada sobre Escolas de Magistratura

1. 2004 Annual Report of the Director Administrative Office of the U.S. Courts. Disponível em: < http://www.uscourts.gov/library/annual_ao.html >. Acesso em: 25 out. 2005.
2. ABAL, Rafael Peixoto. O pensamento político de John Locke. In: WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução à história do pensamento político**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 135-164.
3. ABREU, Alcides. **A magistratura no Mercosul**: notas para uma agenda de encontro de magistrados judiciais dos países integrantes do Mercosul. Florianópolis: Editora Obra Jurídica, 1996.
4. ABREU, Alexandre Aronne de. Justiça militar: perspectivas frente à reforma do Poder Judiciário. **Revista Direito Militar**: Revista da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais, n. 24, p. 23-26, jul./ago. 2000.
5. ACADEMIA INTERNACIONAL DE DIREITO E ECONOMIA EM SÃO PAULO. **Reformas constitucionais**. São Paulo: IBCB, 1999.
6. ACCIOLY, Ronald. A figura do magistrado nos dias de hoje e suas perspectivas. **Revista da Associação dos Magistrados do Paraná**, v. 10, n. 39, p. 19-28, jul./set. 1985.
7. ACKERMAN, B. **Social justice in the liberal state**. New Haven, Conn: Yale University Press, 1980.
8. ACKERMAN, B.; ALSTOTT, A. **The stakeholder society**. New Haven, Conn: Yale University Press, 1999.
9. ADEODATO, João Maurício. **Filosofia do direito**: uma crítica à verdade na ética e na ciência. São Paulo: Saraiva, 1996.
10. ADEODATO, João Maurício. Uma opinião sobre o ensino jurídico brasileiro. In: OAB ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas. Brasília: [s.n.], 1996. p. 129-141.
11. ADEODATO, João Maurício. Uma opinião sobre o ensino jurídico brasileiro (II). In: OAB ensino jurídico: parâmetros para elevação de qualidade e avaliação. Brasília: 1993. p. 41-50.
12. ADILSON, Dallari. **O que é funcionário público**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 80 p. (Coleção Primeiros Passos).
13. ADLER, Mortimer J. **Six great ideas**: truth, goodness, beauty, liberty, equality, justice. New York: Macmillan Publishing, 1981.
14. ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
15. ADORNO, Sérgio. Dossiê judiciário: apresentação. **Revista USP**, n. 21, p. 6-11, 1994.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

16. AGÊNCIAS reguladoras. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, n. 55/56, p. 167-197, jan./dez. 2001.
17. AGOSTINI, Nilo. Entre o instituinte e o instituído: do ethos à ética. In: PINHEIRO, J. E. **Ética, justiça e direito**: reflexões sobre a reforma do judiciário. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 100-124.
18. AGRAWAL, Arun; RIBOT, Jesse. Accountability in decentralization: a framework with South Asian and West African cases. **The Journal of Developing Areas**, v. 33, n. 4, p. 473-502, 1999.
19. AHLERT, Alveri. **A eticidade da educação**: o discurso de uma práxis solidária/universal. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.
20. AITH, Márcio. O impacto do Judiciário nas atividades das instituições financeiras. In: PINHEIRO, A. C. (Org.). **Judiciário e economia no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 2000. p. 169-182.
21. AKUTSU, Luiz; PINHO, José Antônio Gomes de. Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 56, n. 5, p. 723-745, set./out. 2002.
22. ALBUQUERQUE, Celso. Os 14 pontos de Wilson. In: MOREIRA, Adriano et al. **Legado político do ocidente**: o homem e o estado. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978. p. 205-213.
23. ALBUQUERQUE, Fabíola Santos. O meio ambiente como objeto de direito no Mercosul. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 37, n. 148, p. 265-274, out./dez. 2000.
24. ALBUQUERQUE, Francisco Manoel Xavier de. O Poder Judiciário na conjuntura política nacional. **Revista AJURIS**, n. 24, p. 13-34, mar. 1982.
25. ALENCAR, Elody Nassar de. Reforma administrativa: principais inovações, as novas figuras administrativas, organizações sociais, agências executivas, agências reguladoras. **Revista da Procuradoria Geral do Estado do Pará**, n. 4, p. 135-154, jan./jun. 2001.
26. ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. **Criatividade**. Brasília: Universidade de Brasília, 1995.
27. ALENCAR, Luiz Carlos Fontes de. Uma justiça voltada para o povo. **Revista Mérito**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 14-16, set. 1999.
28. ALIANÇA BÍBLICA UNIVERSITÁRIA DO BRASIL (ABUB). **A universidade**: pano de fundo histórico e a presença cristã. Disponível em: <<http://www.abub.org.br>>. Acesso em: 25 out. 2005.
29. ALIENDE, Aniceto Lopes. O ponto de vista da justiça estadual. **Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 24, n. 126, p. 9-22, set./out. 1990.
30. ALIENDE, Aniceto Lopes. Recrutamento de magistrados. **Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 25, n. 129, p. 9-16, 1991.

31. ALLEMAR, Aguinaldo. **O conteúdo do direito internacional interamericano nos programas de ensino do direito internacional**. Disponível em: <<http://www.allemar.prof.ufu.br/ensino>>. Acesso em: 25 out. 2005.
32. ALMEIDA, Andréa Alves de. **Processualidade jurídica & legitimidade normativa**. Belo Horizonte: Fórum, 2005.
33. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1989. v.1, p. 188-216.
34. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil. **Revista Mexicana de Sociologia**, v. 42, n. 2, p. 161-189, abr./jun. 1980.
35. ALONSO, Marcos. Custos no serviço público. **Revista do Serviço público**, Brasília, v. 50, n. 1, p. 37-62, jan./mar. 1999.
36. ALVES, Alaôr Caffé. Consciência, liberdade e práxis social, In: Faria, J. E. **A crise do direito numa sociedade em mudança**. Brasília: Editora UnB, 1988. p.43-47.
37. ALVES, Alaôr Caffé. Estado e Direito: estrutura, formas e ilusões da sociedade real. **Revista da Ordem dos Advogados do Brasil**, Brasília, n. 43-48, p. 57-74, 1988.
38. ALVES, Catão. A verdadeira reforma do judiciário. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 out. 1999. Caderno Direito e Justiça, p. 6-7.
39. ALVES, Eliana Calmon. **A contribuição da universidade para o aprimoramento do poder judiciário**. [S.l.: s.n.], jun. 2003.
40. ALVES, Eliana Calmon. **O perfil do juiz brasileiro**. [S.l.: s.n.], abr. 2004.
41. ALVES, Eliana Calmon. A reforma do Judiciário. **Revista do Tribunal Regional Federal: 1ª Região**, Brasília, v. 14, n. 11, p. 31-35, nov. 2002.
42. ALVES, Eliana Calmon. A reforma do Poder Judiciário. **Correio Braziliense**, Brasília, 07 dez. 1998. Caderno Direito e Justiça, p. 6.
43. ALVIM, José Eduardo Carreira. *Justiça: acesso e decesso*. **Direito Federal: Revista da Associação dos Juizes Federais do Brasil**, v. 21, n. 73, p. 165-183, jan./jun. 2003.
44. AMADOR, Solange de Cássia Liberal. **Relatório de estágio**: Portugal – Ministério da Justiça, 15/09/2004 a 13/12/2004. [S.l.: s.n.], 2004.
45. AMAGIS: *Associação dos Magistrados Mineiros: histórico*. **Revista Amagis**, v. 1, n. 1, 1983.
46. AMAGIS notícias: declaração de Brasília. **Revista Amagis**, v. 1, n. 1, p. 86-87, 1983.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

47. AMARAL, A.; MAGALHÃES, A. O conceito de stakeholder e o novo paradigma do ensino superior. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 13, n. 2, p. 7-28, 2000.
48. AMARAL, A.; MAGALHÃES, A. The emergent role of external stakeholders in European higher education governance. In: AMARAL, A.; JONES, G. **Governing higher education: national perspectives on institutional governance**. [S.l.: s.n.], 2002. p. 1-21
49. AMARAL, Maria Nazaré de Camargo Pacheco. Ensino por competências? **Revista Humboldt Brasil**, n. 3, p. 37-39, 2004.
50. AMARO, Márcio Eurico Vitral. Escola judicial e formação de juízes. **Revista do TRT/24ª Região**, v. 3, n. 3, p. 11-13, 1996.
51. AMORIM, Manoel Carpena. A formação de magistrados na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. **Revista da EMERJ**, v. 1, n. 2, p. 11-19, 1998.
52. AMORIM, Manoel Carpena. *Formação de magistrados na União Européia*. **Revista de Direito Renovar**, v. 17, p. 25-36, maio/ago. 2000.
53. ANDRADA, Doorgal Gustavo B. de. *As faces ocultas da justiça*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000. 128 p.
54. ANDRADE, Roberta Matos Pinheiro de. Emprego da mediação no cotidiano do judiciário: uma proposta viável e eficaz. **Revista do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, p. 161-191, 2002.
55. ANDRIGHI, Fátima Nancy. Estrutura e dinâmica do Poder Judiciário norte-americano. Aspectos da composição judicial e extrajudicial dos litígios. In: TEIXEIRA, S. F. **O Judiciário e a Constituição**. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 315-322.
56. ANDRIGHI, Fátima Nancy. A formação de juízes no direito comunitário. In: TEIXEIRA, S. F. **O Juiz: seleção e formação do magistrado no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. p. 359-365.
57. ANTÔNIO, Adalberto Carim. *Vara ambiental: uma realidade*. In: FREITAS, V. P. (Org.). **Direito ambiental em evolução 2**. Curitiba: Juruá, 2000. p. 11-23.
58. ANTÔNIO, Cruz Netto. A importância das escolas de magistratura na formação do juiz. **Revista EMARF**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1. nov/dez. 2001. p. 25-33.
59. APOSTOLOVA, Bistra Stefanova. O poder judiciário brasileiro na passagem da modernidade para a contemporaneidade. In: PINHEIRO, J. E. **Ética, justiça e direito: reflexões sobre a reforma do judiciário**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 133-144.
60. APPIO, Eduardo. **Controle judicial das políticas públicas no Brasil**. Curitiba: Juruá Editora, 2005.

61. ARAGÃO, Alexandre Santos de. As agências reguladoras independentes: algumas desmistificações à luz do direito comparado. **Revista de Informação Legislativa**, v. 39, n. 155, p. 293-317, jul./set. 2002.
62. ARAGÃO, Alexandre Santos de. As agências reguladoras independentes e a separação de poderes: uma contribuição da teoria dos ordenamentos setoriais. **Revista dos Tribunais**, v. 90, n. 786, p. 11-56, abr. 2001.
63. ARAGÃO, Alexandre Santos de. Os ordenamentos setoriais e as agências reguladoras independentes. **Revista de Direito da Associação dos Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro**, n. 6, p. 87-136, 2000.
64. ARAGÃO, Alexandre Santos de. O poder normativo das agências reguladoras. **Revista Forense**, v. 97, n. 354, p. 3-26, mar./abr. 2001.
65. ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. Estatística judiciária. **Revista Forense**, v. 99, n. 365, p. 7-15, jan./fev. 2003.
66. ARAGON, Célio da Silva. **A visão do direito, segundo Hans Kelsen**. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=14>>. Acesso em: 25 out. 2005.
67. ARANCIBIA, Milton Juica. La selección, formación, promoción y régimen disciplinario de los jueces en Chile. **Revista CEJ**, n. 21, p. 56-61, abr./jun. 2003.
68. ARANHA, Márcio Iorio; TOJAL, Sebastião Botto de Barros. Curso de especialização à distância em Direito Sanitário para membros do Ministério Público e da Magistratura Federal. Brasília: Ministério da Saúde: UnB, 1994.
69. *ARANTES, Rogério Bastos. Jurisdição política constitucional. In: SADEK, Maria Tereza (Org.). Reforma do judiciário. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. p. 23-89.*
70. ARATO, Andrew. Representação, soberania popular e accountability. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 55/56, p. 85-103, 2002.
71. ARAÚJO, Ângela M. C. Corporativismo e neocorporativismo: o exame de duas trajetórias. **BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, n. 32, p. 3-30, 2º sem. 1991.
72. ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. **Introdução à auditoria operacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
73. *ARAÚJO, Justino Magno. As garantias da magistratura e as liberdades públicas. Ajuris: Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, v. 11, n. 32, p. 180-188, 1984.*
74. ARAÚJO, M.C.. Juizados especiais de pequenas causas notas sobre a experiência no Rio de Janeiro. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, ago. 1996.
75. ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

76. ARNAUD, André-Jean. (Org.). **Globalização e direito. I – Impactos nacionais, regionais e transnacionais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005.
77. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1989. v. 1, p. 234-315.
78. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “Escola Paulista”. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1995. v. 2, p. 107-232.
79. ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de. **Lições de direito alternativo**. São Paulo: Acadêmica, 1992, 2 v.
80. ASSIS, Araken de. O direito comparado e a eficiência do sistema judiciário. **Revista do Advogado**, n. 43, p. 9-25, 1994.
81. ASSIS, Fátima Rangel dos Santos de. **Responsabilidade civil no Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Destaque, 2000.
82. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ANALISTAS DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA. **Estudos do futuro: cenários sobre o futuro da inteligência competitiva no Brasil**. Brasília, 2004.
83. ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. **Justiça: promessa e realidade: o acesso à justiça em países ibero-americanos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
84. ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS. **Diagnóstico do Supremo Tribunal Federal sobre a reforma do Poder Judiciário**. Belo Horizonte, 1983. v. 1, p. 64-79.
85. ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DA EUROPA. **Guidelines for self-evaluation and preparation for audit team visits**. Genebra: Frans van Vught & Don Westerheijden: CHEPS, 2002.
86. ASSOCIATION FRANÇAISE POUR L’HISTOIRE DE LA JUSTICE. **Juger les juges**. Paris: La Documentation Française, 2000.
87. ATALIBA, Geraldo. Autonomia do Poder Judiciário no plano estadual. **Revista Amagis**, v. 1, n. 1, p. 88-89, 1983.
88. ATCHE, Elusa Cristina Costa Silveira. Rosseau e Benjamin Constant: participação e representação política. In: WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução à história do pensamento político**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 183-210.
89. AUCOIN, Peter; HEINTZMAN, Ralph. The dialectics of accountability for performance in public management reform. **International Review of Administrative Sciences**, v. 66, p. 45-55, 2000.

90. AUSTRÁLIA, 1967. **Pesquisa Universidades**.
91. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA RECRENCIAMENTO DE CENTROS UNIVERSITÁRIOS. Brasília: MEC, set. 2001.
92. AYALA, Patryck de Araújo. Michel Foucault: entre o direito e o poder. In: WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução à história do pensamento político**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 379-414.
93. AYENI, Victor. The ombudsman's statistics: on data-gathering and management in the enforcement of public accountability in Africa. **International Review of Administrative Sciences**, v. 60, p. 55-70, 1994.
94. AZEVEDO, Álvaro Villaça. Formação do advogado: o que fazer? In: OAB ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas. Brasília, 1996. p. 69-74.
95. AZEVEDO, Eurico de Andrade. Agências reguladoras. **Revista de Direito Administrativo**, n. 213, p. 141-148, jul./set. 1998.
96. AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Crítica à dogmática e hermenêutica jurídica**. Porto Alegre: Fabris, 1989. 79 p.
97. AZEVEDO, Plauto Faraco de. Do direito ambiental: reflexões sobre seu sentido e aplicação. **Revista de Direito Ambiental**, v. 5, n. 19, p. 53-66, jul./set. 2000.
98. AZEVEDO, Plauto Faraco de. OAB: ensino jurídico. In: OAB ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas. Brasília, 1996. p. 235-243.
99. AZEVEDO, Plauto Faraco de. O Poder Judiciário e a justiça social. **Revista da AJURIS**, n. 63, p. 5-16, mar. 1995.
100. AZEVEDO, Sérgio de; ANASTÁSIA, Fátima. Governança, "accountability" e responsividade. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 1, p. 79-97, jan./mar. 2002.
101. BAETA, Hermann Assis. Os juízes e a população. In: PINHEIRO, J. E. **Ética, justiça e direito: reflexões sobre a reforma do judiciário**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 270-283.
102. BARBOSA, Pedro Montenegro. Reforma do Poder Judiciário. **Revista da EMERJ**, v. 2, n. 7, p. 161-169, 1999.
103. BARKER, Robert S. Eu juro: uma perspectiva histórica da indicação, aprovação e nomeação de juízes à Suprema Corte dos Estados Unidos. In: E-JOURNAL: USA, questões de democracia, v. 10, n. 1, p. 13-16, abr. 2005.
104. BARRADOS, Maria; MAYNE, John; WILEMAN, Tom. Accountability for collaborative programme delivery arrangements in Canadá's federal government: some consequences of sharing the business of government. **International Review of Administrative Sciences**, v. 66, n. 3, p. 495-511, set. 2000.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

105. BARRETO, Vicente. A justiça no pensamento de Miguel Reale. In: LAFER, Celso; FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio (Coord.). **Direito, política, filosofia, poesia**: estudos em homenagem ao Professor Miguel Reale no seu octogésimo aniversário. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 179-184.
106. BARROS, Elionora Maria Cavalcanti de. **Política de pós-graduação**: um estudo da participação da comunidade científica. São Carlos: UFSCAR, 1998.
107. BARROS, Felipe Luiz Machado. **Efeitos da coisa julgada nas ações coletivas**. [S.l.]: Jusnavigandi, 1997?. Disponível em: < <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=816>> Acesso em: 27 set. 2005.
108. BARROS, Humberto Gomes de. O poder judiciário após dez anos da Constituição de 1988: necessidade de reforma. **Revista de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça**, v. 1, n. 1, p. 49-68, jan. 1999.
109. BARROSO, Luís Roberto. Agências reguladoras: constituição, transformações do Estado e legitimidade democrática. **Revista de Direito Administrativo**, n. 229, p. 285-311, jul./set. 2002.
110. BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da constituição**: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. São Paulo: Saraiva, 2004.
111. BARROSO, Luís Roberto. Natureza jurídica e funções das agências reguladoras de serviços públicos: limites da fiscalização a ser desempenhada pelo Tribunal de Contas do Estado. **Boletim de Direito Administrativo**, v. 15, n. 6, p. 367-374, jun. 1999.
112. BARROSO FILHO, José. **Propriedade**: a quem serve? [S.l.]: Jusnavigandi, 1997?. Disponível em: < <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1570>>. Acesso em: 27 set. 2005.
113. BASTOS, Aurélio Wander. **Conflitos sociais e limites do poder judiciário**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2001.
114. BASTOS, Aurélio Wander. A crise brasileira e perspectivas do ensino jurídico. **Seqüência 21 anos**: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, n. 27, p.49-57, dez. 1993.
115. BASTOS, Aurélio Wander. **O ensino jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.
116. BASTOS, Aurélio Wander. **Evolução do ensino jurídico no Brasil-Império**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985. 224 p.
117. BASTOS, Aurélio Wander. O novo currículo e as tendências do ensino jurídico no Brasil: das desilusões críticas às ilusões paradoxais. **Educação Brasileira**: revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, v. 18, n. 36, p. 225-240, jan./jun. 1996.
118. BASTOS, Aurélio Wander. Pensar e saber os novos rumos do ensino jurídico no Brasil. In: GARCIA, José Ribamar; RODRIGUES, Vitor Marcelo (Orgs.). **Legislação brasileira sobre ensino jurídico**. Rio de Janeiro: Primyl Artes Gráficas, 2004. p. 16-24.

119. BASTOS, Aurélio Wander. O perfil sociológico do poder judiciário. **Cadernos Liberais**: Instituto Tancredo Neves, Brasília, 1987.
120. BASTOS, Aurélio Wander. Pesquisa jurídica no Brasil: diagnóstico e perspectivas. **Revista de Direito Constitucional e Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 293-302, jan./jun. 1988-a.
121. BASTOS, Aurélio Wander. Poder Judiciário e crise social. **Ajuris**, n. 43, p. 214-225, 1988-b.
122. BASTOS, Aurélio Wander. O Poder Judiciário e as modernas tendências do modelo político brasileiro. **Revista de Direito Constitucional e Ciência Política**, 1986.
123. BASTOS, Aurélio Wander (Org.). **Os cursos jurídicos e as elites políticas brasileiras**: ensaios sobre a criação dos cursos jurídicos. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. 208 p.
124. BASTOS, Márcio Thomaz. Reforma do Poder Judiciário. **Consulex Revista Jurídica**, v. 7, n. 148, p. 87-91, abr./jun. 2003.
125. BATOCHIO, José Roberto; CUNHA, Sérgio Sérvulo da. Reforma do Poder Judiciário. **Revista do Advogado**, n. 56, p. 68-75, set. 1999.
126. BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1999.
127. BEHN, Robert D. O novo paradigma da gestão pública e a busca da accountability democrática. **Revista do Serviço Público**, v. 49, n. 4, p. 5-45, out./dez. 1998.
128. BELLO FILHO, Ney de Barros. *Anotações ao crime de poluição*. **Revista CEJ**, Brasília, n. 22, p. 49-62, jul./set. 2003.
129. BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2000.
130. BELLONI, José Angelo. *Levantamento das condições dos cursos jurídicos no Brasil: classificação dos cursos jurídicos no Brasil: relatório estatístico*. In: *OAB ensino jurídico: parâmetros para elevação de qualidade e avaliação*. Brasília, 1993. p. 109-143.
131. BENETI, Sidnei Agostinho. **Da conduta do juiz**. São Paulo: Saraiva, 2003.
132. BENETI, Sidnei Agostinho. **As Escolas da Magistratura e a formação do Magistrado para responder às demandas da sociedade**. Brasília: CEJ, 1996. (Série Cadernos do CEJ, v. 11).
133. BENETI, Sidnei Agostinho. Formação do juiz na Alemanha. In: TEIXEIRA, S. F. **O Juiz**: seleção e formação do magistrado no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. p. 327-335.
134. BENETI, Sidnei Agostinho. Formação do juiz na Holanda. In: TEIXEIRA, S. F. **O Juiz**: seleção e formação do magistrado no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. p. 337-342.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

135. BENETI, Sidnei Agostinho. O Juiz e o serviço judiciário. **Revista da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia**, n. 1, p. 23-62, 1996.
136. BENETI, Sidnei Agostinho. **A necessidade da estabilidade dos juízes na América Latina**. Disponível em: <<http://www.grupoiberoamerico.net/por/publicacoes/editorial.htm>>. Acesso em: 25 out. 2005.
137. BENETI, Sidnei Agostinho. **Notas a “o juiz”, de Edgard de Moura Bittencourt**. Disponível em: <<http://www.grupoiberoamerico.net/por/publicacoes/notasaojuiz.htm>>. Acesso em: 25 out. 2005.
138. BENETI, Sidnei Agostinho. A pesquisa na Faculdade de Direito. **Lex - Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, v. 24, n. 126, p. 14-17, set./out. 1990.
139. BENETI, Sidnei Agostinho. A reforma do judiciário vai melhorar os processos judiciais? **Revista dos Tribunais**, v. 88, n. 769, p. 88-99, nov. 1999.
140. BENJAMIN, Antônio Herman V. Crimes contra o meio ambiente: uma visão geral. In: FREITAS, V. P. (Org.). **Direito ambiental em evolução 2**. Curitiba: Juruá, 2000. p. 25-34.
141. BENJAMIN, Antônio Herman V. Introdução ao direito ambiental brasileiro. In: SOARES JÚNIOR, Jarbas; GALVÃO, Fernando. **Direito ambiental na visão da magistratura e do Ministério Público**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. p. 11-115.
142. BENNER, Thorsten; REINICKE, Wolfgang H.; WITTE, Jan Martin. *Multisectoral networks in global governance: towards a pluralistic system of accountability*. **Government and Opposition: an international journal of comparative politics**, v. 39, n. 2, p. 191-209, 2004.
143. BENNIS, Warren; MISCHÉ, Michael. **A Empresa do século XXI**. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Nobel, 1999.
144. BENTO, Leonardo Valles. *Sociedade civil e estado na filosofia política de Hegel*. In: WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução à história do pensamento político**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 237-266.
145. BERGMAN, Torbjörn. *Introduction: delegation and accountability in european integration*. **The Journal of Legislative Studies**, v. 6, n. 1, p. 1-14, 2000.
146. BERNAL, José Sánchez-Arcilla. **Manual de historia del derecho**. Madrid: Editorial Dykinson, 2004. (Manuales Jurídicos Dykinson).
147. BERNARDES, Hugo Gueiros. *Acomodação ética para uma teoria da convivência no processo : frustração da celeridade gerando a arbitragem vicária mediante a equidade*. **Revista LTr: Legislação do Trabalho**, v. 67, n. 4, p.411-414, abr. 2003.

148. BICUDO, Hélio. Sobre a justiça militar. In: PINHEIRO, J. E. **Ética, justiça e direito**: reflexões sobre a reforma do judiciário. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 265-269.
149. BIMES, Terri; SKOWRONEK. Woodrow Wilson's critique of popular leadership: reassessing the modern-traditional divide in presidential history. **Polity**, v. 29, n. 1, p. 27-63, 1996.
150. BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2001. 240 p.
151. BITTENCOURT, Edgar de Moura. **O Juiz**. Campinas: Millennium, 2002.
152. BITTENCOURT, Edgar de Moura. Recrutamento de juízes e a preparação das profissões judiciárias. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 315, p. 107-127, 1962.
153. BLAU, Peter M. O estudo comparativo das organizações. In: CAMPOS, Edmundo (Org.). **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 125-153.
154. BOAVENTURA, Edivaldo M. **Como ordenar as idéias**. São Paulo: Ática, 2000. 59 p.
155. BOAVENTURA, Edivaldo M. **As etapas do doutorado**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 1994.
156. BOBBIO, Norberto. **A Teoria das formas de governo na história do pensamento político**. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.
157. BOGDANOR, Vernon. Ministerial accountability. **Parliamentary Affairs**: a journal of comparative politics, v. 50, n. 1, p. 71-83, jan. 1997.
158. BOMFIM, Benedito Calheiros. O destino da reforma do judiciário. **Jornal Trabalhista Consulex**, v. 20, n. 962, p. 19, abr. 2003.
159. BOMFIM, Benedito Calheiros. OAB: ensino jurídico. In: OAB ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas. Brasília, 1996. p. 81-84.
160. BOMFIM, Benedito Calheiros. O retorno da reforma do judiciário. **Consulex Revista Jurídica**, v. 8, n. 169, p. 66, jan. 2004.
161. BONELLI, Maria da Glória. A competição profissional no mundo do direito, tempo social. **Revista de Sociologia da USP**, p. 185-214, maio 1998.
162. BONELLI, Maria da Glória. **Estudos sobre profissões no Brasil: referência bibliográfica organizada segundo a profissão**. [S.l.:s.n.], p. 317-321.
163. BONELLI, Maria da Glória. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 39, p. 61-81, fev. 1999.
164. BONELLI, Maria da Glória. No mundo das ciências sociais. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 1995. v. 2, p. 397-440.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

165. BONNO, Edward de. **Tática: a arte e a ciência do sucesso**. Rio de Janeiro: Record, 1985.
166. BONOTTO, Edvar Luiz. **O paradoxo de Kelsen**. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/diario/2004-a>>. Acesso em: 25 out. 2005.
167. BONOTTO, Edvar Luiz. **Reale versus Kelsen?** Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/diario/2004-b>>. Acesso em: 25 out. 2005.
168. BOTELHO, Antonio José Junqueira. **Les scientifiques et le Pouvoir au Brésil: le cas de la Société Brésilienne pour le Progrès de la Science (SBPC), 1948-1980**. Paris: Centre Science, Technologie et Société, 1983.
169. BOURDIEU, Pierre. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papiрус, 2000.
170. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
171. BOURDIEU, Pierre. **Les rites comme actes d'institution. Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 43, p. 58-63, 1982.
172. BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.
173. BOWEN, H. R. (Ed.). **Evaluating institutions for accountability**. Jossey-Bass, San Francisco, CA: New Directions for Institutional Research, 1974.
174. BRANDÃO, Vladimir. O ponto de vista dos exportadores. In: PINHEIRO, A. C. (Org.). **Judiciário e economia no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 2000. p. 131-154.
175. BRANTS, Chrisje. Dealing with the holocaust and collaboration: the dutch experience of criminal justice and accountability after world war II. **Crime, Law and Social Change: an international journal**, v. 34, n. 3, p. 211-236, out. 2000.
176. BRASIL. Congresso. Senado Federal. **Universidade do Legislativo Brasileiro**. Brasília: UNILEGIS, 2004.
177. BRASIL. Conselho da Justiça Federal. **A Justiça Federal através de documentos**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 1994. 52 p. (Série Pesquisas do CEJ; 1).
178. BRASIL. SEPLAN/IPEA/CENDEC. **Gerência do talento e da inovação**. Brasília DF: SEPLAN, 1986.
179. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Instrução Normativa nº 03/2004. Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para implementação do regime de trabalho em turnos. Disponível em: <<http://www.stj.gov.br/SCON/legislacao/toc.jsp>>. Acesso em: 25 out. 2005.

180. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Secretaria de Recursos Humanos. **Política de gestão de pessoas**. Brasília: STJ, 2004.
181. BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Diagnóstico do Supremo Tribunal Federal sobre a reforma do poder judiciário. **Revista Amagis**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 64-79, 1983.
182. BRASIL, Pompeu de Sousa. **A problemática do ensino jurídico**. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto>>. Acesso em: 25 out. 2005.
183. BRITO, Lindoval Marques de. *Os crimes contra a fauna na nova Lei Ambiental*. **Revista CEJ**, Brasília, n. 10, p. 78-83, jan./abr. 2000.
184. BRITO, Washington Bolívar de. **O judiciário no Brasil de hoje**. In: *A JUSTIÇA Federal: análise da imagem institucional*. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 1995. (Série cadernos do CEJ, v. 13).
185. BRUZELIUS, Nils; FLYVBJERG; ROTHENGATTER, Werner. Big decisions, big risks: improving accountability in mega projects. **International Review of Administrative Sciences**, v. 64, n. 3, p. 423-440, 1998.
186. BUARQUE, Cristovam; NUNES, Ivônio Barros. **Gestão do conhecimento para atualização profissional, informação tecnológica e educação superior**. [S.l.]: Instituto Nacional de Educação para o Desenvolvimento, 2001.
187. BUCKLEY, Peter J.; CLEGG, Jeremy (Eds.). **Multinational enterprises in less developed countries: cultural and economic interactions**. London: Macmillan, 1991.
188. BURBANK, Stephen B. A law professor's watch on judicial accountability and independence. **The Third Branch**, v. 36, n. 7, jul. 2004.
189. BURGOS, Marcelo Baumann. *Judiciário e economia no Brasil*. **Cidadania e Justiça**, v. 5, n. 10, p. 246-248, jan./jun. 2001.
190. BURROWS, J. Going beyond labels: a framework for profiling institutional stakeholders. **Contemporary Education, Summer**, p. 5-8, 1999.
191. BUSCAGLIA, Edgardo; Dakolias, Maria. **Comparative international study of court performance indicators: a descriptive and analytical account**. Washington, D.C.: The World Bank, Legal and Reform Unit, s.d.
192. CALAMANDREI, PIERO. **Eles, os juízes, vistos por nós, os advogados**. Tradução Ary dos Santos. 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1943.
193. CALVI, James V.; COLEMAN, Susan. **American law and legal systems**. New Jersey: Prentice Hall, 1989.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

194. CÂMARA, Alexandre Freitas. Arbitragem nos conflitos envolvendo agências reguladoras. **Revista de Direito da Associação dos Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro**, n. 11, p. 145-155, 2002.
195. CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas. *Interpretação jurídica e estereótipos*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2003. 144 p.
196. CAMINHA, Marco Aurélio Lustosa. **Disciplinas que estudam o fenômeno jurídico**. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto>>. Acesso em: 25 out. 2005.
197. CAMINHA, Marco Aurélio Lustosa. **Revalidação de títulos de pós-graduação obtidos em universidades estrangeiras**. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto>>. Acesso em: 25 out. 2005.
198. CAMPESTRINI, Hildebrando. **Como redigir ementas**. São Paulo: Saraiva, 1994.
199. CAMPESTRINI, Hildebrando. **A formação do juiz de direito**. [S.l.: s.n.], 1990. p. 5-13. (Coleção Amansul Cultural, n. 4).
200. CAMPESTRINI, Hildebrando. **Linguagem jurídica**. Disponível em: <<http://www.ihgms.com.br/titulares>>. Acesso em: 27 ago. 2005.
201. CAMPILONGO, Celso Fernandes. Constituinte e representação política. In: FARIA, J. E. **A crise do direito numa sociedade em mudança**. Brasília: UnB, 1988. p. 91-99.
202. CAMPILONGO, Celso Fernandes. Os desafios do judiciário: um enquadramento teórico. In: FARIA, José Eduardo (Org.). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça**. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 30-51.
203. CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Direito e democracia**. São Paulo: Max Limonad, 1997.
204. CAMPILONGO, Celso Fernandes. **O direito na sociedade complexa**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.
205. CAMPILONGO, Celso Fernandes. *O judiciário e a democracia no Brasil*. **Revista USP**, n. 21, p. 116-125, 1994.
206. CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Magistratura, sistema jurídico e sistema político*. In: FARIA, J. E. (Org.). **Direito e justiça: a função social do judiciário**. São Paulo: Ática, 1989. p. 111-120.
207. CAMPILONGO, Celso Fernandes. OAB: ensino jurídico. In: OAB ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas. Brasília, 1996. p. 85-90.
208. CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Política, sistema jurídico e decisão judicial**. São Paulo: Max Limonad, 2002.
209. CAMPOS, A. M. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, v. 24, n. 2, p. 30-50, 1990.

210. CAMPOS, Ana Maria; ÁVILA, Jorge Paula Costa; SILVA JR., Dércio S. da. Avaliação de agências reguladoras: uma agenda de desafios para a sociedade brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 5, p. 26-46, set./out. 2000.
211. CAMPOS, Edmundo (Org.). **Sociologia da burocracia**, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
212. CAMPOS, Vicente Falconi. **Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia**. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial, 2002.
213. CAMPOS, Vicente Falconi. **TQC: Controle da qualidade total no estilo japonês**. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1992.
214. CAMPOS, Vicente Falconi. **O valor dos recursos humanos na era do conhecimento**. Belo Horizonte: Desenvolvimento Gerencial, 2001.
215. CANABARRO, Américo. **Estrutura e dinâmica do processo judiciário**. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.
216. CANDÉAS, Ana Paula Lucena Silva. **Juízes para o mercado?: os valores recomendados pelo Banco Mundial para o judiciário em um mundo globalizado**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.
217. CANDÉAS, Ana Paula Lucena Silva. Os valores recomendados pelo Banco Mundial para os judiciários nacionais. **Revista da AMB**, v. 7, n. 13, p. 17-39, 1º semestre 2004.
218. CAPELLA, Luiz Carlos de Almeida. Estudos de caso em gestão da ética. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ÉTICA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO: ENCONTRO DE REPRESENTANTES SETORIAIS DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, 3., 2002. [Anais...] Brasília: ESAF: Comissão de Ética Pública, 2002. p. 119-193.
219. CAPISANI, Dulcimira. **A construção do conhecimento na era da informação**. Disponível em: <http://www.eda.ufms.br/biblioteca_digital/artigos>. Acesso em: 25 out. 2005.
220. CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes legisladores?** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1993.
221. CARNEIRO, Athos Gusmão. **Jurisdição e competência**. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 25-34.
222. CARNEIRO, Maria Francisca. **Pesquisa jurídica: metodologia da aprendizagem**. Curitiba: Juruá, 2002. 135 p.
223. CARP, Robert A.; STIDHAM, Ronald; MANNING, Kenneth L. **Judicial process in América**. Washington: CQ Press, 2004.
224. CARPEAUX, Otto Maria. A idéia de universidade e as idéias das classes médias. In: ENSAIO do livro a cinza do purgatório. Disponível em: <<http://www.oindividuo.com/carpeaux>>. Acesso em: 20 set. 2005.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

225. CARRION, Eduardo Kroeff Machado. **Pós-graduação lato sensu**: especialização. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto>>. Acesso em: 25 out. 2005.
226. CARVALHO, Amilton Bueno de. **Magistratura e direito alternativo**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.
227. CARVALHO, César Marques. *Experiências sobre a formação dos magistrados*. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região**, n. 19, p. 15-21, maio./ago. 1998.
228. CARVALHO, Evanildo da Rocha. **A questão da brasilidade nos anos 1920**. Brasília: UnB, 1998. Dissertação. (Mestrado) - Programa de Pós-graduação, Departamento de História – Universidade de Brasília.
229. CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília: UnB, 1981. (Coleção Temas Brasileiros, v. 4).
230. CARVALHO, José Tanajura de. Accountability democrática: expressões essenciais à sua efetivação. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, v. 1, n. 1, p. 147-173, 1983.
231. CARVALHO, Luiz Fernando Ribeiro de. *Reforma do judiciário: esta rota é segura?* **Revista Fórum: coluna do ouvidor**, v. 2, n. 11, p. 40-41, nov./dez. 2003.
232. CARVALHO, Milton Paulo de. **Temas atuais de direito**. São Paulo: LTr Editora, 1998.
233. CARVALHO, Wagner. A reforma administrativa da Nova Zelândia nos anos 80-90: controle estratégico, eficiência gerencial e accountability. **Revista do Serviço Público**, v. 48, n. 3, p. 5-35, set./dez. 1997.
234. CARVALHO, Weliton Sousa. *A reforma do judiciário e as cláusulas pétreas*. **Consulex Informativo Jurídico**, v. 14, n. 50, p. 9-11, 11 dez.2000.
235. CASTAÑEDA, Jorge G. **Three challenges to US Democracy**: accountability, representativeness, and intellectual diversity. [S.l.]: Kellog Institute, 1994. (Project Latin America 2000 Series).
236. CASTELAR, Armando Pinheiro. A modernização do judiciário: mitos e falsas soluções. In: XVI FÓRUM NACIONAL, 16., 2004, Rio de Janeiro.
237. CASTELLO, José Carlos Bruzzi. A reforma do judiciário. **ADV Informativo Semanal**, v. 19, n. 35, p. 569-565, set. 1999.
238. CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. Crimes contra a saúde pública. In: Ministério da Saúde. **Direito sanitário e saúde pública**. Brasília, 2003. v. 1, p. 113-124.
239. CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. *Reflexões em torno de um doente*. In: PINHEIRO, J. E. **Ética, justiça e direito: reflexões sobre a reforma do judiciário**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 252-258.

240. CASTRO, Carlos R. Siqueira. Ministério público e investigação criminal. **Jornal do Brasil: opinião**, Rio de Janeiro, 21 jul 2004.
241. CASTRO, Celso A. Pinheiro de. **Sociologia aplicada ao direito**. São Paulo: Atlas, 2001. 333 p.
242. CASTRO, Cláudio de Moura. **Na contramão da história**. Disponível em: <<http://veja.abril.uol.com.br/idade/educacao/180701/pontodevista.html>>. Acesso em: 25 out. 2005.
243. CASTRO, Cláudio de Moura. **Os dilemas do ensino superior e a resposta da Faculdade Pitágoras**. Belo Horizonte: Editora Universidade, 2002.
244. CASTRO, Cláudio de Moura. Educação baseada em evidência. **Veja: ponto de vista**. p. 26, 03 ago. 2005.
245. CASTRO, M. F. de. The courts, law and democracy in Brazil. **International Social Science Journal**, Blackwell Publ./Unesco, n. 152. s.d.
246. CASTRO, M. F. de. *Política e economia no judiciário: as ações diretas de inconstitucionalidade dos partidos políticos*. **Cadernos de Ciência Política, UnB**, n. 7, 1992.
247. CASTRO, M. F. de. *O Supremo Tribunal Federal e a judicialização da política*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 34, jun. 1997.
248. CATLIN, D. W. **Educating judges**: some reflections on principle and practice first provincial judicial conference. Livingston Armytage: Center for Judicial Studies, 2004.
249. CATRIB, Ana Maria Fontenelle; FREITAS, Kátia Siqueira de. Diretrizes de uma proposta transformadora de avaliação interna para a pós-graduação. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 41, p. 518-535, out./dez. 2003.
250. CAUBET, Yannick. As idéias políticas de Antônio Gramsci. In: WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução à história do pensamento político**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 349-378.
251. CAVALCANTI, Eduardo Pessanha. **O positivismo jurídico e as críticas de Chaim Perelman**. Disponível em: <<http://www.puc-rio.br>>. Acesso em: 25 out. 2005.
252. CAVALCANTI, Francisco de Queiroz Bezerra. *As fundações públicas e a reforma do estado*. **Revista ESMAFE**, n. 1, p. 137-149, 2001.
253. CAVALCANTI FILHO, José Paulo. **Dez anos da reforma do judiciário**. Brasília: Instituto Tancredo Neves, 1987. (Série cadernos liberais, n. 51).
254. CELSO NETO, João. **Ensino jurídico no Brasil**: algumas considerações. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina>> . Acesso em: 25 out. 2005.
255. CENEVIVA, Walter. **A atuação do judiciário no cenário sócio-político nacional**. Brasília: CEJ, 1996. (Série cadernos do CEJ, v. 11).

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

256. CENEVIVA, Walter. *Eficiência e estatística: nortes para a reforma*. **Revista do Advogado**, n. 56, p. 110-118, set. 1999.
257. CENEVIVA, Walter. *Ensino jurídico no Brasil: exame do relatório estatístico*, In: *OAB ensino jurídico: parâmetros para elevação de qualidade e avaliação*. Brasília, 1993. p. 95-105.
258. CENEVIVA, Walter. **Juiz legislador e seus limites**. Disponível em: <www.prt21.gov.br/index.htm>. Acesso em: 25 out. 2005.
259. CENEVIVA, Walter. **OAB: ensino jurídico**, In: *OAB ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas*. Brasília, 1996. p. 289-300.
260. CENTER FOR JUDICIAL ACCOUNTABILITY. **Bringing the justice system to justice**. Disponível em: <www.judgewatch.org/introduction.htm>. Acesso em: 14 set. 2005.
261. CENTER FOR JUDICIAL STUDIES. **Judges as learners: reflections on principle and practice**. Livingston Armytage, 4 nov. 2004. 59 p. Disponível em: <www.nji.ca/internationalForum/Armytage%201.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2005.
262. CERQUEIRA, Marcello. **Controle do judiciário: doutrina e controvérsia**. Rio de Janeiro: Revan, 1995.
263. CHACON, Vamireh. **Miguel Reale e Gilberto Freyre: duas matrizes do culturalismo brasileiro**. In: LAFER, Celso; FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. (Coord.). *Direito, política, filosofia, poesia: estudos em homenagem ao Professor Miguel Reale no seu octogésimo aniversário*. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 429-433.
264. CHALITA, Gabriel. **Os dez mandamentos da ética**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. 225 p.
265. CHARAN, Ram. Para fazer acontecer: gente certa no lugar certo. **Valor Carreira**, v. 2, n. 2, p. 18-38, out. 2004.
266. CHARLES, Juan Antonio Rangel. El uso de las tecnologías de la información y comunicación en la enseñanza del derecho. **Revista de Investigación Jurídica**, v. 1, n. 1, p. 83-93, jan. 2005.
- 267. CHASE, Stuart. Os juízes e a tirania das palavras**. *Revista Forense*, v. 40, n. 93, p. 44-50, jan. 1943.
268. CHASSOT, Attico; OLIVIERA, Renato José de. (Org.). *Ciência, ética e cultura na educação*. São Leopoldo: UNISINOS, 1998.
269. CINTRA JÚNIOR, Dyrceu Aguiar Dias. *Judiciário e reforma*. **Revista do Advogado**, n. 56, p. 32-28, set. 1999.
270. CLARK, B. R. **Creating entrepreneurial universities: organizational pathways of transformation**. Oxford: Pergamon, 1998.

271. CLOSS, Darcy. **Terceiro setor no Brasil: o setor filantrópico em fase de transição**. Brasília: Ed. do autor, 1997.
272. COELHO, Celso Barros. **Jurisprudência como norma jurídica: controvérsias**. Revista Forense, n. 281, p. 185-190, jan./mar. 1983.
273. COGHILL, Ken. Accountability: responding to people and policies. **Journal of the Parliaments of the Commonwealth**, v. 67, n. 1, p. 17-21, jan. 1986.
274. COLE, Michael. Accountability and quasi-government: the role of parliamentary questions. **The Journal of Legislative Studies**, v. 5, n. 1, p. 77-101, 1999.
275. COLNAGO, Cláudio de Oliveira Santos. **O processo de formação e seleção do magistrado brasileiro**. Disponível em: <www1.jus.com.br/doutrina>. Acesso em: 12 set. 2005
276. COLORADO Judicial Branch: research links, Colorado Courts, historical guide. Disponível em: <www.courts.state.co.us>. Acesso em 30 set. 2005.
277. COLTRO, Antonio Carlos Mathias (Coord.) **Constituição Federal de 1988: 10 anos (1988-1998)**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.
278. COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA. **Desvios éticos: risco institucional**. Brasília: Comissão de Ética Pública, Secretaria Executiva, 2002-a.
279. COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA. **Encontros entre meios e fins: a experiência da comissão de ética pública**. Brasília: Comissão de Ética Pública, Secretaria Executiva, 2002-b.
280. COMPARATO, Fábio Konder. **Muda Brasil!: uma Constituição para o desenvolvimento democrático**. Brasília: Editora Brasiliense, 1986.
281. COMPARATO, Fábio Konder. Proposta de reformulação curricular do curso de graduação em direito. In: **OAB Ensino jurídico: perspectivas e propostas**. Brasília, 1996. p. 95-99.
282. COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
283. CONCLUSÕES do I Congresso Estadual de Centros de Estudos, realizado no dia 17 de dezembro de 1992, na Escola Paulista da Magistratura. **Revista da Escola Paulista da Magistratura**, São Paulo, v. 1, n. 0, p. 255-259, 1993.
284. CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, VISÃO E AÇÃO NO SÉCULO XXI, 1998, Paris. **Anais...** Brasília: UNESCO, 1998.
285. CONFISSÕES pedagógicas diante da crise do ensino jurídico. In: **OAB Ensino Jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas**. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1996. p. 215-221.
286. CONSELHO FEDERAL DA OAB. **OAB - ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas**. Brasília, 1992.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

287. CONSELHO FEDERAL DA OAB. **OAB - ensino jurídico**: diagnóstico, perspectivas e propostas, Brasília, 1996.
288. CONSELHO FEDERAL DA OAB. **OAB - ensino jurídico**: parâmetros para elevação de qualidade e avaliação. Brasília, 1993.
289. CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL: competências. **Revista AJUFE**, v. 1, n. 1, p. 4-14., jul. 1996.
290. CONSORTIUM OF HIGHER EDUCATION RESEARCHES CONFERENCE, 2003, Porto. **The push for accountability**: policy influences and actors in American higher education. Porto: [s.n], 2003.
291. CORRÊA, Mariza. **A antropologia no Brasil: 1960-1980**. In: MICELI, Sérgio. (Org.). História das ciências sociais no Brasil, volume 2. São Paulo: Sumaré, p. 25-106, 1995.
292. CORRÊA, Oscar Dias. Breves ponderações sobre a crise do poder judiciário. **Revista de Processo**, v. 25, n. 98, p. 153-160, abr./jun.2000.
- 293. CORRÊA, Sebastião Rios**. A visão externa da justiça federal. **Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 1995. p. 121-142. Série Cadernos do CEJ, v. 13.**
294. COSTA, Augusto César de Farias. **Direito, saúde mental e reforma psiquátrica**. In: Ministério da Saúde: Direito Sanitário e Saúde Pública. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. v.1, p. 143-188.
295. COSTA, Flávio Dino de Castro e. **Autogoverno e controle do Judiciário no Brasil**: a proposta de criação do Conselho Nacional de Justiça. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.
- 296. COSTA, Ridalvo**. Discurso de solenidade de instalação do núcleo da escola da magistratura federal da 5ª Região na SJPB. **S.l.:s.n., 2004.**
- 297. COSTA, Sílvio Nazareno**. Súmula vinculante e reforma do Judiciário. **Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 317-329.**
298. COTES, Paloma; CARVAS, Camila. Internet: o que muda na escola? **Revista Época**, p. 61-66, 8 nov. 2004.
299. THE COURTS lack judicial accountability. **E the people**, [S. l.], 4 jul. 2002. Disponível em: <<http://www.e-thepeople.org/article/15900/view?viewtype=>>>. Acesso em: 30 set. 2005.
300. COUTINHO, Heliana Maria de Azevedo. **O juiz agente político**. São Paulo: Copola Livros, 1998.
301. COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. O papel da jurisdição constitucional na realização do estado social. **Revista de Estudos Criminais**, v. 3, n. 10, p. 47-60, 2003.
302. COUTO, Alda Maria de Pinho. **O reconhecimento das inovações implementadas pelos órgãos do poder judiciário**. Porto Alegre: Gráfica Metrópole, 2004. p. 67-70.

303. COWLEY, Philip. Unbridled passions? Free votes, issues of conscience and the accountability of british members of parliament. **The Journal of Legislative Studies**, v. 4, n. 2, p. 70-88, 1998.
304. CREAMER, Don G.; JANOSIK, Steven M. Academic program approval and review practices in the United State and selected foreign countries. **Education Policy analysis archive**, v. 7, n. 23, Aug. 1999.
305. CRETELLA JÚNIOR, José. Acesso e promoção na magistratura. **Revista de Direito Público**, v. 17, n. 70, p. 74-78, jun. 1984.
306. CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de filosofia do direito**. Rio De Janeiro: Forense, 2001.
307. CRETTON, Décio. **O estatuto da magistratura brasileira: ensaio de sistematização**. São Paulo: Saraiva, 1980. 198 p.
308. CROZIER, Michel. **A sociedade bloqueada**. Brasília: UnB, 1983.
309. CUMBRE IBEROAMERICANA DE PRESIDENTES DE CORTES SUPREMAS Y TRIBUNALES SUPREMOS DE JUSTICIA, 8.; ENCUESTRO IBEROAMERICANO DE CONSEJOS DE LA JUDICATURA, 4. 2003, **Anais...** Cartagena de Indias: Agencia Española de Cooperación Internacional, Consejo General del Poder Judicial, 2003.
310. CUNHA, Luiz Antônio. Educação e sociedade. **Boletim BIB**, Rio de Janeiro, n. 11. 1981. p. 7-24
311. CUNHA, Paulo Ferreira da. **Miragens do direito: o direito, as instituições e o politicamente correto**. Campinas: Millennium, 2003. 325 p.
312. CURY, Vera de Arruda Rozo. **O ensino do direito: raízes histórico-ideológicas e novas diretrizes**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.
313. DALLARI, Dalmo de Abreu. Ética sanitária. **Ministério da Saúde, direito sanitário e saúde pública**, Brasília, v. 1, p. 65-86, 2003.
314. DALLARI, Dalmo de Abreu. O juiz e a sociedade. **Revista da Escola Paulista da Magistratura**, São Paulo, v. 1, n. 0, p. 185-200, 1993.
315. DALLARI, Dalmo de Abreu. **O poder dos juízes**. São Paulo: Saraiva, 1996. 166 p.
316. DAVENPORT, Thomas H. **Vencendo com as melhores idéias**. Rio de Janeiro: Campus, 2003. 238 p.
317. DAVENPORT, Thomas H.; Beck, John C. **A economia da atenção**. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 272 p.
318. DECISÕES históricas. **E-Journal USA, questões de democracia**, v. 10, n. 1, p. 26-29, abr. 2005.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

319. DELANTY, G. **Challenging knowledge: The University in The Knowledge Society**. Bookman: SRHE/Open University Press, 2001. p.
320. DELGADO, José Augusto. O Poder Judiciário na Constituição de 1988. **Revista de Processo**, v. 15, n. 57. jan./mar. 1990. p. 90-93.
321. DELGADO, José Augusto. A revitalização da magistratura. **Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva**, Brasília, v. 9, n. 2. jul. 1997. p. 107-149.
322. DESCARTES, René. **O discurso sobre o método**. São Paulo: Hemus, 1991. 136 p.
323. DIAZ, Elías. **Sociología y filosofía del derecho**. Madri: Taurus, 1971. p.
324. DIMENSTEIN, Gilberto. **Aprendiz do futuro: cidadania hoje e amanhã**. São Paulo: Ática, 1998. 96 p.
325. DINIZ, Dantas David. A humanização da justiça. **Isto é**, v. 1804, maio 2004. p. 7-11.
326. DIRETORES de escolas reunidos em Brasília. **Boletim da Escola Nacional da Magistratura**. Disponível em: <<http://200.155.4.38/enm>>. Acesso em: 25 out. 2005.
327. DISTRITO FEDERAL (Brasil). Tribunal de Contas do Distrito Federal. **Manual de auditoria integrada**. Brasília: TCDF, 2001.
328. DJANKOV, Simeon et al. **Courts, relatório do Banco Mundial**. Washington: Banco Mundial, 2002.
329. DOBROWOKSKI, Silvio. A Constituição e a Escola Judicial. **Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 243-270, 1995.
330. DOBROWOLSKI, Silvio. O Poder Judiciário e a Constituição. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 34, n. 136, p. 253-259, out./dez. 1997.
331. DOLGA, Lakowsky. A escola judicial de Minas. **Revista da Faculdade de Direito Milton Campos**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 143-149, 1994.
332. DOMINGO, Rafael. **Juristas universales**. Madrid: Macial Pons, 2004. 4 v.
333. DORNELLES, João Ricardo W. OAB ensino jurídico. In: DORNELLES, João Ricardo W. **OAB ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas**. Brasília: [s.n.], 1996. p. 143-146.
334. DRUCKER, Peter. Admirável mundo do conhecimento. **HSM Management**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 63-80, mar./abr. 1997.
335. DRUCKER, Peter. O que torna um executivo eficaz. **Exame**, v. 23, n. 9, p. 62-66, mai. 1991.
336. DUIZEND, Richard Van. **O sistema judiciário dos EUA: longa tradição, novos rumos**. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov>>. Acesso em: 20 set. 2005.

337. DURAND, Jose Carlos; VASQUEZ, Ricardo Ernesto. Recensear funcionários públicos: uma necessidade. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 45, n. 118, p. 185-198,
338. D'URSO, Luiz Flavio Borges. O ensino jurídico e o futuro da advocacia. **ANUP CADERNOS**, Brasília, v. 1, n. 7, jun. 2004.
339. DWIVEDI, O. P. Ethics and values of public responsibility and accountability. **Revista Internacional de Ciências Administrativas**, Bruxelas, v. 51, n. 1, p. 61-66,
340. ECO, Umberto. Diálogo sobre a ética. **Instituto Ethos Reflexão**, v. 3, n. 6, p. 4-13, 2002.
341. EDEN, Robert. The rhetorical presidency and the eclipse of executive power: Woodrow Wilson's Constitutional Government in the United States. **Polity**, v. 18, n. 3, p. 357-378, 1996.
342. EDWARDS, Mary Frances. **Getting continuing judicial education started in a developing country: the Mongolian judicial reform program**. Ulaanbaatar: National Center for State Courts, 2004.
343. EISENSTADT, S.N. Burocracia, burocratização e desburocratização. In: CAMPOS, Edmundo. (Org.). **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 81-92.
344. ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, 1988, Brasília. **Avaliação do Ensino Superior**. Brasília: Ministério da Educação, SESU, 1988.
345. ENCONTRO DE REPRESENTANTES SETORIAIS DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, 2., 2002, Brasília. **Seminário Internacional ética como instrumento de gestão**. Brasília: ESAF, 2002-c.
346. ENCONTRO DE REPRESENTANTES SETORIAIS DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, 3., 2002, Brasília. **Seminário Internacional ética como instrumento de gestão**. Brasília: ESAF, 2002-d.
347. ENTREVISTA com o Desembargador Joaquim Macedo Bittencourt Netto. **Revista da Escola Paulista da Magistratura**, São Paulo, v. 1, n. 0, p. 19-21, 1993.
348. ENTREVISTA com o Desembargador Lair da Silva Loureiro. **Revista da Escola Paulista da Magistratura**, São Paulo, v. 1, n. 0, p. 13-17, 1993.
349. ENTREVISTA com o Ministro Antônio de Pádua Ribeiro. **Revista Mérito – Superior Tribunal de Justiça**, Brasília, v. 1, n. 4, p. 9-11, mar. 2000.
350. ENTREVISTA com o Ministro Eduardo Andrade Ribeiro de Oliveira. **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 281-288, jul./dez. 2000.
351. ENTREVISTA com o Ministro Hélio Mosimann. **Revista Direito Militar/Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais**, Florianópolis, v. 5, n. 25. set./out 2000. p. 3-5.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

352. ENTREVISTA com o Professor Ives Gandra da Silva Martins. **Revista da Escola Paulista da Magistratura**, São Paulo, v. 1, n. 0, p. 23-29, 1993.
353. ESCHEVERRIA, Rafael. Diálogo e ética nas organizações. **Instituto Ethos Reflexão**, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 3-15, out. 2004.
354. ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro). **Quem somos? Respondem os magistrados fluminenses**. Rio De Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas, 2004.
355. ESCOLA da Magistratura e Formação do Juiz: concurso de monografias promovido pela AJUFE. Brasília DF: Conselho da Justiça Federal, 1995. 213 p. (Série Monografias do CEJ, v. 1).
356. ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Uma proposta diferente de educação**. Brasília: UNB, Departamento De Administração, 1987.
357. ESCOLAS da magistratura. **Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco**, v. 1, n. 2, p. 13-27, 1996.
358. SCOREL, Lauro. **Introdução ao pensamento político de Maquiavel**. Brasília: UNB, 1979.
359. ESTADO e Direito: estrutura, formas e ilusões da sociedade real. **Revista da Ordem dos Advogados do Brasil**, Brasília, n. 43-48, p. 57-74, 1988.
360. ESTADOS UNIDOS. Department Of State . The changing face of U.S. Courts. **Electronic Journal of The U.S. Department of State**, p. 1, maio 2003
361. EVENBECK, S.; KAHN, S. Enhancing learning assessment and accountability through communities of practice. **Change**, p. 24-49, mar./jun. 2001.
362. A EVOLUÇÃO histórica da responsabilidade civil do Estado. **Revista Trabalhista Direito e Processo**, v. 1, n. 4, p. 249-268, 2002.
363. FACHIN, Dias Eliotério. **As eficiências do ensino jurídico e a necessidade de reconstrução coletiva dos projetos pedagógicos**. Disponível em: <www.jus.com.br/doutrina>. Acesso em: 25 out. 2005.
364. FAGUNDES, M. Seabra. Contribuição da jurisprudência à evolução do direito brasileiro. **Revista forense**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 126, p. 18-24, nov. 1949.
365. FALCÃO, Joaquim de Arruda. Acesso à justiça: diagnóstico e tratamento. In: ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. **Justiça, promessa e realidade: o acesso à justiça nos países ibero-americanos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. p. 269-283.
366. FALCÃO, Joaquim de Arruda. Arbitragem: um passo atrás. **Correio Braziliense**, Brasília, 17 jun. 2004.

367. FALCÃO, Joaquim de Arruda. Cultura jurídica e democracia: a favor da democratização do judiciário. In: LAMOUNIER, B. **Direito, cidadania e participação**. São Paulo: TAQ, 1981. p. 3-20.
368. FALCÃO, Joaquim de Arruda. Democratização e serviços legais. In: FARIA, Jose Eduardo (Org.). **Direito e Justiça: a função social do judiciário**. São Paulo: Ática, 1989. p. 145-158.
369. FALCÃO, Joaquim de Arruda. O diagnóstico do poder judiciário. **ADV Advocacia Dinâmica: Informativo Semanal**, v. 24, n. 35, p. 514-513, set. 2004.
370. FALCÃO, Joaquim de Arruda. Direito: importância da área e problemática atual. In: Avaliação & Perspectivas. Brasília: SEPLAN/CNPQ, 1982. p. 363-369.
371. FALCÃO, Joaquim de Arruda. O ensino jurídico e a ordem dos advogados do Brasil. In: **OAB ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas**. Brasília: [s.n.], 1996. p. 147-156.
372. FALCÃO, Joaquim de Arruda. O ensino jurídico e as associações de classe dos advogados. **Revista de Direito Constitucional e Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 55-91. 1985.
373. FALCÃO, Joaquim de Arruda. A reforma do judiciário: ação e reação. **Revista Fórum**, Belo Horizonte, v. 2, n. 11, p. 24-26, nov./dez. 2003.
374. FALCÃO, Joaquim de Arruda (Org.). **Pesquisa científica e direito**. Recife: Massangana, 1982.
375. FALEIROS, Diniz Carlos Roberto. Gestão administrativa e reforma do poder judiciário. **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil**, v. 4, n. 23. maio 2003. p. 24-34.
376. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001. 913 p.
377. FARIA, Anacleto de Oliveira. **Instituições de direito**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978. 509 p.
378. FARIA, José Eduardo. **A atuação do judiciário**: Brasília: CJF, 1996. (Cadernos da CEJ ; v. 11).
379. FARIA, José Eduardo. A constituinte e suas condições de eficácia. In: FARIA, José Eduardo (Org.). **A crise do direito numa sociedade mudança**. Brasília: UnB, 1988. p. 101-108.
380. FARIA, José Eduardo. A cultura e as profissões jurídicas numa sociedade em transformação. In: ___. (Org.). **Formação jurídica**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 13-20.
381. FARIA, José Eduardo. Democracia e governabilidade: os direitos humanos à luz da globalização econômica. In: PINHEIRO, J.E. **Ética, justiça e direito: reflexões sobre a reforma do judiciário**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 41-78.
382. FARIA, José Eduardo. Os desafios do judiciário. **Revista da Universidade de São Paulo**, São Paulo, n.21 , p. 46-56. 1994.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

383. FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 2002.
384. FARIA, José Eduardo. **Direito e justiça: a função social do judiciário**. São Paulo: Ática, 1989.
385. FARIA, José Eduardo. **Direito e justiça no século XXI: a crise da justiça no Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.
386. FARIA, José Eduardo. O ensino jurídico. In: ___. (Org.). **OAB-Ensino Jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas**. Brasília: OAB, 1996. p. 161-172.
387. FARIA, José Eduardo. Ensino jurídico: mudar critérios e substituir paradigmas teóricos. In: ___. (Org.). **OAB-Ensino Jurídico: parâmetros para elevação de qualidade e avaliação**. Brasília: OAB, 1993. p. 51-59.
388. FARIA, José Eduardo. **Ideology and function of the liberal model of law and state**. Brasília: Instituto Tancredo Neves, 1987. 27 p. (Cadernos liberais ; n. 61).
389. FARIA, José Eduardo. O judiciário e o desenvolvimento sócio-econômico. In: ___. (Org.). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça**. São Paulo: Malheiros, 2002. pp. 11-29, 94-112.
390. FARIA, José Eduardo. O Judiciário e seus dilemas. **Revista do advogado**, n. 56, p. 64-67, 1999.
391. FARIA, José Eduardo. **Justiça e conflito: os juízes em face dos novos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992. 187 p.
392. FARIA, José Eduardo. A justiça e a formação da magistratura. **Revista da ordem dos advogados do Brasil**. v. 29/30, n. 43/48, 1988. p. 48-56.
393. FARIA, José Eduardo. O modelo liberal de direito e estado. In: ___. (Org.). **Direito e justiça: a função social do judiciário**. São Paulo: Ática, 1989. p.
394. FARIA, José Eduardo. Ordem X mudança social: a crise do judiciário e a formação do magistrado. In: ___. (Org.). **Direito e justiça: a crise do judiciário e a formação do magistrado**. São Paulo: Ática, 1989. p. 95-110.
395. FARIA, José Eduardo. **O Poder Judiciário no Brasil: paradoxos, desafios e alternativas**. Brasília: CJF, 1996. (Monografias do CEJ ; v.3).
396. FARIA, José Eduardo. O Poder Judiciário nos universos jurídico e social: esboço para uma discussão de política judicial comparada. **Revista da Ajufe**, v. 19, n. 64, jul/set. 2000. p. 67-74.
397. FARIA, José Eduardo. **A reforma do ensino jurídico**. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1987. 88 p.
398. FARIA, José Eduardo. **Sociologia jurídica: crise do direito e práxis política**. Rio de Janeiro: Forense, 1984. 194 p.

399. FARIA, José Eduardo. As transformações do judiciário em face de suas responsabilidades sociais. In: ____ (Org.). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça**. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 52-67.
400. FARIA, José Eduardo (Org.). **Direito e Justiça: a função social do judiciário**. São Paulo: Ática, 1989. p. 121-144.
401. FARIA, José Eduardo (Org.). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça**. São Paulo: Malheiros, 2002.
402. FARIA, José Eduardo; CAMPILONGO, Celso Fernandes. **A sociologia jurídica no Brasil**. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1991.
403. FARIA, José Eduardo; LOPES, José Reinaldo Lima. Pela democratização do judiciário. In: ____ (Org.). **Direito e justiça: a função social do judiciário**. São Paulo: Ática, 1989. p. 159-166.
404. FARIA, Katarine Keit Guimarães Fonseca de. Juiz instrutor: uma tendência de ampliação da atividade instrutória oficial em face dos valores consagrados pelo estado social democrático. **Revista da Escola de Magistratura Federal da 5ª região**. n. 2, 2001. p. 253-281.
405. FASSÓ, Guido. **Historia de la filosofia del derecho 3: siglos XIX y XX**. Madri: Ediciones Pirámide, 1996.
406. FÁVARO, Diocélia da Graça Mesquita. A formação ambiental do jurista. In: FREITAS, V.P. (Org.). **Direito ambiental em evolução nº 2**. Curitiba: Juruá, 2000. p. 49-57.
407. FAZENDA, Ivani C. A. (Org.). **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1991.
408. O FEDERALISMO na Alemanha. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1995. 267 p. (Série Traduções – Fundação Konrad Adenauer, n. 7).
409. FEIJÓ, Paulo Mello. Mudança de perspectiva. **Revista Fórum**. v. 2, n. 11, nov/dez. 2003. p. 37-39.
410. FELICIANO, Guilherme Guimarães. Reforma do judiciário. **Síntese Trabalhista**, v. 15, n. 173, nov. 2003. p. 17-20.
411. FELÍCIO JÚNIOR, Joaquim . **Uma estratégia para a gestão do conhecimento deve ser compactuada com a competitiva**. Disponível em: <www.informal.com.br>. Acesso em: 25 out. 2005.
412. FELÍCIO JÚNIOR, Joaquim; SILVA, Marcos Henrique da. **Capital intelectual e a gestão de recursos humanos**. Disponível em : <www.informal.com.br>. Acesso em: 25 out. 2005.
413. FÉLIX, Loussia Musse. Considerações acerca das perspectivas de avaliação dos cursos jurídicos. In: FÉLIX, Loussia Musse. **OAB Ensino Jurídico: parâmetros para elevação de qualidade e avaliação**. Brasília: OAB, 1993. p. 77-84.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

414. FERNANDES, Ana Maria. **A construção da ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília: UnB, 2000.
415. FERRARA, Francesco. **Interpretação e aplicação das leis**. São Paulo: Saraiva, 1937.
416. FERRAZ, Esther de Figueiredo. Miguel Reale e a problemática universitária brasileira. In: LAFER, Celso; FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio (Org.). **Direito, política, filosofia, poesia: estudos em homenagem ao professor Miguel Reale no seu octogésimo aniversário**. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 467-478.
417. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Algumas observações em torno da cientificidade do direito segundo Miguel Reale. **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 19, n. 74, p. 220-230, abr/jun. 1969.
418. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **A ciência do direito**. São Paulo: Atlas, 1980.
419. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Direito, retórica e comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1997. 188 p.
420. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Estudo da filosofia do direito: reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito**. São Paulo: Atlas, 2002. 277 p.
421. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. São Paulo: Atlas, 1994.
422. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. O judiciário frente à divisão dos poderes: um princípio em decadência?. **Revista da Universidade de São Paulo**, São Paulo, n. 21, p. 12-21, 1994.
423. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. OAB: ensino jurídico. In: **Ensino jurídico OAB: diagnóstico, perspectivas e propostas**. 2. ed. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1996. p.
424. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. La philosophie du droit au Brasil après la deuxième guerre mondiale: le rôle de Miguel Reale. In: LAFER, Celso; FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio (Org.). **Direito, política, filosofia, poesia: estudos em homenagem ao professor Miguel Reale no seu octogésimo aniversário**. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 219-228.
425. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Poder judiciário na constituinte de 1988: judicialização da política e politização da justiça. **Revista Jurídica da Faculdade de Direito de Curitiba**, Curitiba, v. 14, n. 12, p. 63-80, 1998.
426. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Reforma do Estado: o papel das agências reguladoras e fiscalizadoras. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 253-257, mar. 2001.
427. FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. **Pesquisa em direito e redação de monografia jurídica**. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1997. 107 p.
428. FERREIRA, Anise. **A efetividade da internet em contexto de ensino-aprendizagem**. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 1998.

429. FERREIRA, M. E. M. P. A escola: uma leitura na óptica de paradigmas emergentes. In: Serbino, Raquel Volpato & Lima Grande, Maria Aparecida Rodrigues. In: **A escola e seus alunos: estudos sobre a diversidade cultural**. São Paulo: Unesp, 1995. p. 121-134.
430. FERREIRA, Maria Elisa de Mattos P. Conversando sobre interdisciplinariedade com professores de ciências físico-naturais. In: FAZENDA, Ivani C. A. (Org.). **A academia vai à escola**. Campinas: Papyrus, 1995. p. 75-86.
431. FÊU, Carlos Henrique. Controle interno na administração pública: um eficaz instrumento de accountability. **L & C: Revista de Direito e Administração Pública**, [S. l.], v. 6, n. 61, p. 38-41, jul. 2003.
432. FIGUEIRA, Álvaro Reis. **A origem do grupo Ibero-Americano na UIM**. Disponível em: <www.grupoiberoamericano.net/por/publicacoes/origem.html>. Acesso em: 25 out. 2005.
433. FIGUEIRA, Francisco Bernardo. O Juiz: sua conduta no foro e na sociedade. **Ajuris: Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 10, n. 29, p. 157-169, nov. 1983.
434. FIGUEIREDO, Armando de Barros. Profissão de fé. **Ajuris: Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 12, n. 35, p. 7-12, 1985.
435. FIGUEIREDO, Fran. **A Reforma do Poder Judiciário**. Brasília: Brasília Jurídica, 1999. 79 p.
436. FIORAVANTE, Maurízio. **El Estado moderno em Europa instituciones y derecho**. Madri: Trotta, 2004.
437. FIORIOLLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. 428 p.
438. FIÚZA, Ricardo Arnaldo Malheiros. Breves notas comparativas sobre as sete constituições brasileiras. In: CONSTITUIÇÃO Federal de 1988: dez anos (1988-1998). São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 1999. p. 451-465.
439. FIÚZA, Ricardo Arnaldo Malheiros. Considerações pessoais sobre a seleção e a formação de magistrados em Portugal e França. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 192-202, 1998.
440. FIÚZA, Ricardo Arnaldo Malheiros. Eleições para juiz de direito?. **ADV Advocacia Dinâmica: Informativo Semanal**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 26-27, 12 jan. 2001.
441. FIÚZA, Ricardo Arnaldo Malheiros. A escola francesa. In: TEIXEIRA, S. F. **O Juiz: seleção e formação do magistrado no mundo contemporâneo**, Belo Horizonte, Del Rey, 1999. p. 253-258.
442. FIÚZA, Ricardo Arnaldo Malheiros. Escola judicial e a Amagis unidas na preparação do magistrado mineiro. **Revista da Amagis**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 135-145, 1983.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

443. FIÚZA, Ricardo Arnaldo Malheiros. Impressões judiciais do Japão. In: TEIXEIRA, S. F. **O Juiz: seleção e formação do magistrado no mundo contemporâneo**, Belo Horizonte, Del Rey, 1999. p. 343-348.
444. FIÚZA, Ricardo Arnaldo Malheiros. **O Poder Judiciário no Brasil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. 100 p.
445. FIÚZA, Ricardo Arnaldo Malheiros. A seleção e a formação de magistrados em Portugal. In: TEIXEIRA, S. F. **O Juiz: seleção e formação do magistrado no mundo contemporâneo**, Belo Horizonte, Del Rey, 1999. p. 239-244
446. FLEURY, Newton Meyer. A resposta da gestão estratégica às exigências de efetividade, eficácia e eficiência no poder judiciário. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A reforma do Poder Judiciário no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 25-36.
447. FONSECA, Francisco; SANCHES, Oscar. Controle da corrupção e reforma do estado (Governo Covas - 1995-2000). **Lua Nova: revista de cultura e política**, São Paulo, n. 52, p. 93-119, 2001.
448. FONTELES, Cláudio Lemos. Posicionamento diante do judiciário. In: PINHEIRO, J. E. **Ética, justiça e direito: reflexões sobre a reforma do judiciário**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 259-264
449. FRAGALE FILHO, Roberto. Uma análise da reforma do Estado. **Cidadania e Justiça**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 100-112, 1. sem. 1999.
450. FRAGALE FILHO, Roberto. Universidade pública: desafios e dilemas (para o ensino jurídico). **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 41, p. 425-452, out./dez. 2003.
451. FRAGALE FILHO, Roberto; VERONESE, Alexandre. Comunidades virtuais: o caso da Associação Brasileira de Ensino do Direito. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 99-121, abr. 2004.
452. FRANÇA, Bárbara Heliodora. **O barnabé: consciência política do pequeno funcionário público**. São Paulo: Cortez, 1997. (Questões de nossa terra, v. 17).
453. FRANÇA, Bárbara Heliodora. Funcionário público: trabalhador como os outros? **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, v. 118, n. 2, p. 199-212, jul./ago. 1994.
454. FRANÇA, Milton de Moura. Liberdade intelectual do magistrado: disciplina judiciária: direito dos jurisdicionados à tranqüilidade e segurança jurídica para a prática dos atos e negócios em sociedade. **Revista do TST**, Brasília, v. 68, n. 3, p. 19-24, jul./dez. 2004.
455. FREI BETO. Pós-modernidade e novos paradigmas. **Instituto Ethos Reflexões**, v. 1, n. 3, p. 5-14, nov. 2000.
456. FREIRE, Alexandre Costa de Luna. Magistratura, hoje. **Ciências Jurídicas**, João Pessoa, n. 57, p. 343-346, maio/jun. 1994

457. FREIRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. São Paulo: Global Editora, 2004.
458. FREIRE, William. **Direito ambiental brasileiro**. Rio de Janeiro: AIDE, 2000. 273 p.
459. FREITAG, Bárbara. A ética nas relações sociais e profissionais. IN: SEMANA do servidor público. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 1992. p. 85-114.
460. FREITAS, Maria Éster de. **Viva a tese!:** um guia de sobrevivência. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
461. FREITAS, Vladimir Passos de. **A Constituição federal e a efetividade das normas ambientais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
462. FREITAS, Vladimir Passos de. Crimes de poluição. In: JÚNIOR, Jarbas Soares; GALVÃO, Fernando. **Direito ambiental na visão da magistratura e do Ministério Público**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. p. 293-304.
463. FREITAS, Vladimir Passos de. *Justiça eficiente*. **Revista da Associação dos Magistrados do Paraná**, Curitiba, v. 12, n. 45, p. 75-88, jan./mar. 1987.
464. FREITAS, Vladimir Passos de. Poluição de águas. **Revista CEJ**, v. 1, n. 3, p. 12-20, set./dez. 1997.
465. FREITAS, Vladimir Passos de (Org.). **Direito Ambiental em evolução**. Curitiba: Juruá, 2000.
466. FRESTON, Paul. Um império na província : o Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In: MICELI, Sérgio. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1989. v. 1. : p. 316-358.
467. FRIEDE, Roy Reis. **1000 perguntas de direito administrativo:** de acordo com a Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
468. FRIEDE, Roy Reis. **Ciência do direito, norma, interpretação e hermenêutica jurídica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
469. FRIEDE, Roy Reis. Direito alternativo : solução para o processo?. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 83, n. 701. p. 50-53. mar. 1994.
470. FRIEDE, Roy Reis. **Questões de direito positivo:** à luz do novo ordenamento jurídico em vigor. Rio de Janeiro: Thex, 1992.
471. FUNADESP. **Seminário Gestão de IES:** da teoria à prática. Brasília: Funadesp, 1999.
472. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A reforma do poder judiciário no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.
473. FUNDAÇÃO KONRAD-ADENAUER NO BRASIL. **Apresentação**. Disponível em: <www.adenauer.com.br/objetivo.html>. Acesso em: 25 out. 2005.
474. GAMA, José de Souza. **Curso de organização judiciária**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

475. GANDOLFI, Dallari Sueli. Direito sanitário. **Ministério da Saúde, Direito Sanitário e Saúde Pública**, Brasília, v. 1, 2003. p. 39-64.
476. GARCIA, Flávio Amaral. Conflito de competência entre o CADE e as agências reguladoras que atuam no campo dos serviços públicos. **Revista de Direito da Associação dos Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 241-255, 2002.
477. GARCIA, Ivan Simões. A crise do ensino jurídico na transição de paradigmas. In: GARCIA, José Ribamar; RODRIGUES, Vitor Marcelo (Org.). **Legislação brasileira sobre ensino jurídico**. Rio de Janeiro: Prymil Artes Gráficas, 2004, p. 25-38.
478. GARCIA, Luiz. Visão à distância. **Revista Fórum**, v. 2, n. 11, p. 32-33, dez. 2003.
479. GARCIA, Maria. As agências reguladoras e a reforma do estado. **Repertório IOB de Jurisprudência: Tributário, Constitucional e Administrativo**, n. 3, p. 97-90, fev. 2002
480. GARCIA, Maria. Que é administração pública : a questão das agências reguladoras. **Boletim de Direito Administrativo**, v. 18, n. 1, p. 169-182. jan. 2002.
481. GARCIA-VILLEGAS, Maurício. **Constitutions, courts and social change in Latin America**. Coimbra: s.n., 2003.
482. GARRAFA, Volnei. Questões sobre bioética. **Revista CEJ**, Brasília, n. 8, p. 104-108, ago. 1999.
483. GATES, Bill. **A empresa na velocidade do pensamento com um sistema nervoso digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
484. GAZONI, Danielle Lorencini. **Especialização ou alienação jurídica?**. Disponível em: <www1.jus.com.br/doutrina/texto>. Acesso em 25 out. 2005.
485. GEBRAN NETO, João Pedro. **Escola da magistratura e formação do juiz**: concurso de monografias promovido pela AJUFE. Brasília: Conselho De Justiça Federal: Centro de Estudos Judiciários, 1995. 213 p. (Monografias do CEJ).
486. GENERALIZAÇÕES perigosas. **Boletim Ibccrim**, v.11, n.124, p.1, mar. 2003.
487. GERSTER, Richard. Accountability of executive directors in the Breton Woods Institutions. **World trade materials**, v. 5, n. 5, p. 87-116, 1993.
488. GEURAS, Dean. **Richard Rorty and the postmodern rejection of absolute truth**. Disponível em: <www.leadru.com>. Acesso em: 25 out. 2005.
489. GIBBONS, M. C. **The new production of knowledge**: the dynamics of science and research in contemporary societies. London: Sage, 1994.
490. GILPIN, Robert. The politics of transnational economic relations. In: MODELSKI, George. **Transnational corporations and world order**: readings in international political economy. San Francisco: W. H. Freeman And Co, 1979. p. 438.

491. GILSON, Dipp. O meio ambiente na visão do STJ. **Cidadania e Justiça**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 9, 2. sem. 2000, p. 6-12.
492. GODOY, Arnaldo Moraes. Direito e filosofia nos Estados Unidos. **Revista da Ajuris**, v. 31, n. p. 7-27, dez. 2004.
493. GOLDSCHMIDT, James. **Problemas generales del derecho - obra póstuma**. Buenos Aires: Editorial DePalma, 1944.
494. GOLDSMITH, William M. **The growth of presidential power: a documented history - v.I - The formative years**. New York: Chelsea House Publishers, 1974.
495. GOLDSMITH, William M. **The growth of presidential power: a documented history - v.II - Decline and resurgence**. New York: Chelsea House Publishers, 1974.
496. GOLDSMITH, William M. **The growth of presidential power: a documented history - v.III - Triumph and reappraisal**. New York: Chelsea House Publishers, 1974.
497. GOMES, Joaquim B. Barbosa. Agências reguladoras: a metamorfose do Estado e da democracia. **Revista de direito da associação dos procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro**, n. 11, p. 89-123, 2002.
498. GOMES, Laura Graziela; BARBOSA, Livia; DRUMMOND, José Augusto (Org.). **O Brasil não é para principiantes: carnavais, malandros e heróis, 20 anos depois**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
499. GOMES, Luiz Flávio. **A crise (tríplice) do ensino jurídico**. Disponível em: <www1.jus.com.br/doutrina/texto>. Acesso em: 25 out. 2005.
500. GOMES, Luiz Flávio. **A dimensão da magistratura no estado constitucional e democrático de direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
501. GOMES, Luiz Flávio. Era digital, justiça informatizada. **Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal**, v. 3, n. 17, p. 40-41, jan./dez. 2003.
502. GOMES, Maria Tereza. **O guia dos MBAs**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
503. GOMES, Suzana de Camargo. **Escola da magistratura e formação do juiz: concurso de monografias promovido pela AJUFE**. Brasília: Conselho De Justiça Federal: Centro de Estudos Judiciários, 1995. 213 p. (Monografias do CEJ).
504. GONÇALVES, Emílio. De como os juristas têm descurado da língua portuguesa. **Revista LTr - Legislação do Trabalho e Previdência Social**, v. 51, n. 4, p. 429-431, abr. 1987.
505. GONÇALVES, Gláucio Ferreira Maciel. Acesso à justiça e reforma do judiciário. In: RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **O terceiro poder em crise**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, p. 55-70, 2003. (Cadernos adenauer III, v. 3, n. 6).

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

506. GONÇALVES, Pedro Américo Rios. A biblioteca da escola de magistratura. **Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro**, v. 16, n. 29, p. 55-58, jul./set. 1995
507. GONÇALVES, William do Couto. O juiz na história, critérios de sua escolha e a Escola da magistratura. **Revista de Processo**, v. 15, n. 60, p. 180-186, out./dez. 1990.
508. GONZAGA, Tomás Antônio. **Tratado de direito natural**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
509. GONZÁLEZ, Átila J.; OCTAVIANO, Ernomar. **Citações jurídicas na Bíblia: comentadas**. São Paulo: Universitária de Direito, 2005.
510. GORCZEVSKI, Clóvis. A crise do Poder Judiciário. **Estudos Jurídicos**, v. 32, n. 84, p. 69-85, jan./abr. 1999.
511. GORDON, Margaret T. Public trust in government: the US media as an agent of accountability?. **International Review of Administrative Sciences**, v. 66, n. 2, p. 297-310, jun. 2000.
512. GORIN, Stuart; PITTS, David. A educação em direito nos Estados Unidos. **Questões de Democracia**, v. 7, n. 2, p. 27-35, ago. 2002.
513. GOULDNER, Alvin W. Conflitos na teoria de Weber. In: CAMPOS, Edmundo (Org.). **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 59-67.
514. GOW, James Iain. An experience of accountability: the Quebec National Assembly and the public service act. **International Review of Administrative Sciences: an International Journal of Comparative Public Administration**, v. 59, n. 2, p. 311-331, jun. 1993.
515. GRAÇA, Cristina Seixas; TEIXEIRA, Márcia Regina Ribeiro. Meio ambiente e patrimônio cultural nacional. In: FREITAS, V. P. (Org.). **Direito ambiental em evolução nº 2**, Curitiba: Juruá, 2000. p. 35-48.
516. GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé**. Campinas: Papirus, 1998. 191 p.
517. GRAHAM, Alistair. The accountability of training and enterprise councils. **Parliamentary Affairs: a Journal of Comparative Politics**, v. 48, n. 2, p. 271-283, abr. 1995.
518. GRAHAM, Patricia Albjerg. **Why accountability now?** Boston: Harvard University and the Spencer Foundation, 1999.
519. GRAHAM, Patricia Albjerg; LYMAN, Richard W.; Trow, Martin. **Accountability of colleges and universities**. [S.l.]: Gregory Fusco, 1995.
520. GREEN, Madeleine F. Joining the world: the challenge of internationalizing undergraduate education. **Change**, p. 13-21, mai/jun. 2002.
521. GREENBERG, Jack. Atuação na decisão Brown. **E-Journal USA, Questões de Democracia**. v. 10, n. 1, p. 21-25, abr. 2005.

522. GRÉMION, Pierre. Michel Crozier's long march: the making of the bureaucratic phenomenon. **Political Studies**, v. 40, p. 5-20, 1992.
523. GRIESBACH, Carlos Fabrício. A teoria política em Montesquieu. In: WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução à história do pensamento político**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 211-236.
524. GRIFFEN, Wendell L. **Comment: judicial accountability and discipline**. [S.l.]: Duke Law, [2000?]. Disponível em: <<http://www.law.duke.edu/journals/lcp/articles/lcp61dSummer1998p75.htm>>. Acesso em: 27 set. 2005. 18:06.
525. GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
526. GRINOVER, Ada Pellegrini. A crise do Poder Judiciário. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, n. 34, p. 11-25, dez. 1990.
527. GRINOVER, Ada Pellegrini. Crise e reforma do ensino jurídico. In: **OAB ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas**. Brasília, 1996. p. 41-46.
528. GRUNWALD, Astried Brettas. **A força da lei e a modernização do direito: os novos rumos do ensino jurídico**. [S.l.]: Jusnavigandi, [1997?]. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=42>>. Acesso em 27 set. 2005.
529. GUASQUE, Luiz Fabião. **A instância social do Ministério Público**. Disponível em: <<http://www.mp.rj.gov.br/fundacoes>>. Acesso em: 25 out. 2005.
530. GUEDES, Jefferson Carús. **Pesquisa jurídica universitária: o autor em busca de um tema**. [S.l.]: Jusnavigandi, [1997?]. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5525>>. Acesso em: 27 set. 2005.
531. GUELMAN, Elza Caravana. **Um esboço do mundo jurídico, na época e na obra de Balzac**. Disponível em: <<http://www.ematrarj.com.br/revista/artigos>>. Acesso em: 25 out. 2005.
532. GUELMAN, Izidoro Soler. A função judicante através do tempo: dos primórdios da civilização às escolas de magistratura. **Revista do TRT da 7ª Região**, v. 24, n. 24, p. 59-66, jan./dez. 1991.
533. GUIA mundial das faculdades de direito 2005. Rio Grande, RS: Âmbito Jurídico, [199?]. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/gmfd/gmfdindex.htm>>. Acesso em: 28 set. 2005.
534. GUIA NETO, Walfrido S. Mares. **Educação no século XXI: o livro da profecia**. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 923-928.
535. GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes sociais: o que ler na ciência social brasileira (1970/1995)**. São Paulo: Sumaré, 2002. p. 40-56.
536. GUIMARÃES, Mário. **O juiz e a função jurisdicional**. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

537. GUIMARÃES FILHO, João Rodrigues. **A estabilidade do servidor público concorre para a manutenção do interesse público e da eficiência na administração pública.** Brasília: ICAT/UDF, 2004.
538. GUMPORT, P. J. **Landscape, a report to stakeholders on the conditions and effectiveness of postsecondary education.** Change, p. 27-42, may/jun. 2001-a.
539. GUMPORT, P. J. **Landscape, a report to stakeholders on the conditions and effectiveness of postsecondary education: part two: the public.** Change, p. 23-28, sept./oct. 2001-b.
540. GUMPORT, P. J. **Landscape, a report to stakeholders on the conditions and effectiveness of postsecondary education. Part three: employers.** Change, p. 23-28, jan./feb., 2002.
541. GUMPORT, P. J. **Landscape, sizing up the competition: the contours of for-profit higher education.** Change, p. 47-50, nov./dec. 2001-c.
542. HALACHMI, Arie; MONTGOMERY, Vickie L. **Best value and accountability: issues and observations.** International Review of Administrative Sciences, [s. l.], v. 66, n. 3, p. 393-414, set. 2000.
543. HALL, Richard H. **O conceito de burocracia: uma contribuição empírica.** In: CAMPOS, Edmundo. (Org.). Sociologia da burocracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 29-47.
544. HAMILTON, Alexander; JAY, John; MADISON, James. **O federalista: um comentário à Constituição Americana.** Rio de Janeiro: Nacional de Direito, 1959. 407 p.
545. HANDY, Charles. **Crencas e riquezas.** Reflexão, [s. l.], v. 1, n. 2., p. 4-12, jul. 2000.
546. HANNA, Munira. **A concepção fundamental da linguagem.** Revista da Ajuris, Porto Alegre, v. 31, n. 96, p. 225-232, dez. 2004.
547. HANS Kelsen: **breve bibliografia.** Disponível em: <<http://www.todoelderecho.com/apuntes/filosofia>>. Acesso em: 25 out. 2005.
548. HAQUE, M. Shamsul. **Significance of accountability under the new approach to public governance.** International Review of Administrative Sciences, [s. l.], v. 66, n. 4, p. 599-617, dez. 2000.
549. HARLOW, Carol. **Accountability in the European Union.** New York: Oxford University Press, 2002. 198 p.
550. HARLOW, Carol. **Next steps agencies and problems of accountability.** Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico, Roma, p. 1085-1097, n. 4, dez. 1999.
551. HARMAN, G. **Governance, administration and finance: introduction.** In: CLARK, B. R.; NEAVE, G. (Ed.). Encyclopedia of Higher Education. [S.l. : s.n.], 1992. p. 1279-1294.

552. HAUSER, Ester Eliana. **O ideal democrático no pensamento político de Jean-Jacques Rousseau**. In: WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução à história do pensamento político. Rio De Janeiro: Renovar, 2003. p. 165-182.
553. HEGELAND, Hans; MATTSON, Ingvar. **Another link in the chain: the effects of EU membership on delegation and accountability in Sweden**. The Journal of Legislative Studies, p. 81-104. set. 2000.
554. HELD, David. **Democratic accountability and political effectiveness from a cosmopolitan perspective. Government and opposition – An International Journal of Comparative Politics**. [s.l.], p. 365-391, v. 39, n. 2, set. 2004.
555. HERKENHOFF, João Baptista. **Escritos de um jurista marginal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. 146 p.
556. HERKENHOFF, João Baptista. **Escritos marginais de um jurista**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. 149 p.
557. HERKENHOFF, João Baptista. **A formação dos operadores jurídicos no Brasil**. In: PINHEIRO, J. E. Ética, justiça e direito. Reflexões sobre a reforma do judiciário. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 176-187.
558. HERKENHOFF, João Baptista. **OAB – ensino jurídico**. In: OAB Ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas. Brasília: [s.ed.], 1996. p. 121-128.
559. HERMANS, Maria Artemísia Arraes. **Questões sobre bioética**. Revista CEJ, Brasília, n. 8, p. 109-112, maio/ago. 1999.
560. HIGHET, Gilbert. **O incontestável espírito humano**. São Paulo : IBRASA, 1963.
561. HILL, P. T., Harvey, J., Praskac, A. **Pandora's box: accountability and performance standards in vocational education**. Office of Vocational and Adult Education, U.S., Department of Education. Washington, D.C., 1993.
562. HOPKINS, Terence K. **O conceito de sistema de autoridade**. In: Campos, Edmundo (Org.), Sociologia da burocracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 75-80.
563. HORI, Jorge. **Administração pública brasileira no terceiro milênio: o Livro da Profecia**. [s.l. : s.n.], p. 355-359.
564. HORTA, Raul Machado. **Unidade e dualidade da magistratura**. Revista de Informação Legislativa, Brasília, n. 96, p. 179-188, out./dez. 1987.
565. HOWARD, A. E. Dick. **Interpretar a lei: a Suprema Corte como árbitro da constitucionalidade**. E-Journal USA: Questões de Democracia, v. 10, n. 1, p. 5-8, abr. 2005.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

566. HUGHES, Charles Evans. **The judicial branch: interpreting the constitution.** In: WASHINGTON (Estados Unidos). U. S. Department of State. Outline of the U. S. legal system. Washington, 2004. cap. 5.
567. IBAIXE JR., João. **Juizado especial federal e os princípios processuais: surge o princípio da virtualidade no processo brasileiro?**. Revista LTr : legislação do Trabalho, v. 67, n. 4, p. 436-438, abr. 2003.
568. A INDEPENDÊNCIA dos juízes. **Boletim Ibcrim**, v.11, n.131, p.1, out. 2003.
569. INSTITUTO DE ESTUDOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS DE SÃO PAULO – IDESP. **A crise do judiciário vista pelos juízes – relatório de pesquisa.** São Paulo : IDESP, 1994.
570. INSTITUTO HÉLIO BELTRÃO (Brasil). **Quem controla as agências reguladoras de serviços públicos?** Brasília: Instituto Hélio Beltrão, 2001. 368 p.
571. INSTITUTO NACIONAL DA QUALIDADE JUDICIÁRIA. Porto Alegre : Gráfica Metrópole, 2004.
572. OS INTELECTUAIS e a política na América Latina. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004. (Cadernos Adenauer, 4).
573. JACOBSON, D. L. A new agenda for education partnerships: stakeholder learning collaboratives. **Change**, [s.l.], p. 4-53, sep./oct., 2001.
574. JENKINS, Rob; GOETZ, Anne Marie. **Accounts and accountability: theoretical implications of the right-to-information movement in India.** Third World Quarterly – Journal of Emerging Areas, v. 20, n. 3, p. 603-622, 1999.
575. JESUS FILHO, José de. **A profissão de magistrado.** In: STJ : Dez Anos a Serviço da Justiça : Edição Comemorativa. Brasília : Consulex, 1999. p. 147-153.
576. JOBIM, Nelson. **As relações do Poder Judiciário com a imprensa.** Brasília : v. 12, p. 25-35, 1997. (Série Cadernos do CEJ).
577. JOBIM, Nelson. **As tendências do direito e do Poder Judiciário no Brasil e no mundo.** Brasília : v. 14, p. 9-53, 1997. (Série Cadernos do CEJ).
578. JONES, John Paul. **A Suprema Corte: uma instituição singular.** E-Journal USA : Questões de Democracia, v. 10, n. 1, p. 9-12, abr. 2005.
579. JUDICIAL studies board. Disponível em: <www.jsboard.co.uk>. Acesso em 30 set. 2005. jul./ago. 1994.
580. OS JUÍZES da Suprema Corte dos EUA. **E-Journal USA, questões de democracia**, v. 10, n. 1, p. 30-31, abr. 2005.

581. A JUSTIÇA Federal: uma proposta para o futuro. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 1995. 185 p. (Série Monografias do CEJ, v. 2).
582. KANT, Robert de. OAB – ensino jurídico. In: **OAB ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas**. Brasília, 1996. p. 257-267.
583. LEÃO, Elizabeth. A realidade vigente na administração dos tribunais. In: **QUALIDADE na justiça**. Porto Alegre: Instituto Nacional da Qualidade Judiciária, 2004. p. 13-37.
584. LECEY, Eládio. A educação judicial norte-americana. In: TEIXEIRA, S. F. **O judiciário e a constituição**. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 307-314.
585. LECEY, Eládio. A educação judicial nos Estados Unidos e Canadá. In: TEIXEIRA, S. F. **O juiz: seleção e formação do magistrado no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. p. 259-267.
- 586. LECEY, Eládio. Novos direitos e juizados especiais: a proteção do meio ambiente e os juizados especiais criminais. Cidadania e Justiça, v.4, n.9, p.9-17, jul./dez. 2000.**
587. LEE, Youngmin; DRISCOLL, Marcy P.; NELSON, David W.. The past, present, and future of research in distance education: **results of a content analysis**. [s.l.]: [s.n], 1999.
588. LEGA, Carlo. Deontologia de la profesión de abogado. **Espanha: Editorial Civitas, 1976.**
589. LEILA, Cuellar. Apontamentos acerca do poder normativo das agências reguladoras norte-americanas. **IDAF**, Curitiba, v. 14, set. 2001. p. 10-121.
590. LEITE, Eduardo de Oliveira. **Uma escola nacional de magistratura: um modelo francês**. Revista da Associação dos Magistrados do Paraná, **Paraná, v. 11, n. 44. out./dez. 1986. p. 33-47.**
591. LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. **São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.**
592. LEITE, Evandro Gueiros. **Programa de desenvolvimento para uma alta administração da justiça**. Revista de Informação Legislativa, **Brasília, v. 25, n. 100. out./dez. 1988. p. 175-184.**
593. Leite, Paulo Costa. **Judiciário: situação atual e perspectivas de mudanças**. In: Dimensões do direito contemporâneo: estudos em homenagem a Geraldo de Camargo Vidigal. São Paulo: IOB, 2001, p. 45-53.
594. LEITHWOOD, K.; EDGE, K.; JANTZI, D.. Educational accountability: **the state of art**. [s.l.]: Bertelsmann Foundation Publishers, 1999.
595. LEMKE, Gisele. **A reforma do Poder Judiciário**. In: Gênesis: Revista de Direito Processual Civil, v.4, n.12, p.244-248, abr./jun. 1999.
596. LENZA, Vítor Barboza. Magistratura ativa. **Goiânia: AB, 2000. 282 p.**

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

597. LESSINGER, L. M. **Accountability and humanism: a productive educational complementary.** In: SABINE, C. D.. (Ed.). *Accountability: systems planning in education.* [s.l.]: [s.n], 1973. p. 3-18.
598. LESSINGER, L. M. **Every kid a winner: accountability in education.** New York: Simon & Schuster, 1970.
599. LIEBERMAN, Jethro K. *Milestones! 200 years of american law.* USA: [s.n], 1976.
600. LIEBERMAN, M.; HAAR, C. K. **Public education as a business: real costs and accountability.** Maryland: Scarecrow Press, 2003.
601. LIMA, Cláudio Vianna de. **Escolas da Magistratura.** Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco, Recife, v. 1, n. 2. p. 13-27, 1996.
602. LIMA, Eduardo J. L. **Os três pilares da gestão do conhecimento.** Disponível em: <www.kmol.online.pt/artigos/200303/lim02_p.html>. Acesso em: 01 mar. 2003.
603. LIMA, Roberto Kant de. **Acesso ao saber na cultura jurídica do Brasil e dos EUA.** Revista Cidadania e Justiça, v. 3, n. 6, p. 113-133, 1999.
604. LIMA, Roberto Kant de. **OAB ensino jurídico.** In: *Ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas.* Brasília: [s.n.], 1996. p. 257-267.
605. LIMONGI, Fernando. **A escola livre de sociologia e política em São Paulo.** In: MICELI, Sérgio (Org). *História das ciências sociais no Brasil.* São Paulo: Vértice, 1989. v. 1.: p. 217-233.
606. LINK, Arthur S. **Woodrow Wilson: pequena biografia.** São Paulo: Martins, 1963.
607. LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfoses da cultura liberal: ética, mídia e empresa.** Porto Alegre: Sulina, 2004.
608. LIPPMANN JÚNIOR, Edgar Antônio. **A qualidade de vida no trabalho como fator de motivação para a melhoria do desempenho das pessoas e instituições.** In: Instituto Nacional da Qualidade Judiciária. *Qualidade na justiça.* Porto Alegre: Metrópole, 2004. p. 45-48.
609. LISBOA, Gilmar Aprígio. **Organização judiciária.** Porto Alegre: Síntese, 1999. p. 15-99.
610. LITTO, Frederic M. **A universidade e o futuro do planeta.** Disponível em: <www.crmariocovas.sp.gov.br/noticia.php?it=5273>. Acesso em: 28 abr. 2004.
611. LITTO, Frederic M. **A universidade e o futuro do planeta.** In: SIQUEIRA, Ethevaldo. 2015 : como viveremos : o futuro, na visão de 50 famosos cientistas e futurologistas do Brasil e do mundo. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 212-218.
612. LIVINGSTON, William S. **Britain and America: the institutionalization of accountability.** *The journal of politics*, v. 38, n. 4, nov. 1976. p. 879-894.

613. LIXA, Ivone F. Morcilo. **O sentido da política em Platão e Aristóteles**. In: WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução à história do pensamento político. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 11-37.
614. LLOYDE, D. H. **Judicial accountability**. Disponível em: <<http://www.lawlink.nsw.gov.au>>. Acesso em: 25 out. 2005.
615. LODI, João Bosco. **Viver e trabalhar: uma proposta de reciclagem pessoal**. São Paulo: Pioneira, 1987.
616. LOPES, João Batista. **Técnica de despachos e sentenças cíveis**. Revista da Escola Paulista da Magistratura, São Paulo, v. 1, n. 0. 1993. p. 167-183.
617. LOPES, José Reinaldo de Lima. **Crise da norma jurídica e a reforma do judiciário**. In: FARIA, José Eduardo. (Org.). Direitos humanos, direitos sociais e justiça. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 68-93.
618. LOPES, José Reinaldo de Lima. **Direito, justiça e utopia**. In: FARIA, J. E.. A crise do direito numa sociedade em mudança. Brasília: UnB, 1988. p. 67-78.
619. LOPES, José Reinaldo de Lima. **Direito subjetivo e direitos sociais: o dilema do judiciário no estado social de direito**. In: FARIA, José Eduardo (Org.). Direitos humanos, direitos sociais e justiça, São Paulo: Malheiros, 2002. p. 113-143.
620. LOPES, José Reinaldo de Lima. **A função política do poder judiciário**. In: FARIA, J. E. (Org.). Direito e Justiça: a função social do judiciário. São Paulo: Ática, 1989. p. 121-144.
621. LOPES, José Reinaldo de Lima. **Justiça e poder judiciário ou a virtude confronta a instituição**. Revista USP, São Paulo, n. 21, p. 22-23, mar. 1994.
622. LOPES, José Reinaldo de Lima. **Mudança social e mudança legal: os limites do congresso constituinte de 87**. In: FARIA, J. E. A crise do direito numa sociedade em mudança, Brasília: UnB, 1988. p. 109-121.
623. LOPES, José Reinaldo de Lima. **OAB - ensino jurídico**. In: OAB Ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas. Brasília: OAB, 1996. p. 173-175.
624. LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. **Ética e administração pública**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1993.
625. LOPES, Ney. **Aperfeiçoamento dos magistrados**. Disponível em: <<http://www.neylopes.com.br/colunas>>. Acesso em: 25 out. 2005.
626. LOSANO, Mário. **Os correspondentes alemães de Tobias Barreto**. In: LAFER, Celso; JÚNIOR, Tércio Sampaio Ferraz (Coord.). Direito, política, filosofia, poesia: estudos em homenagem ao Professor Miguel Reale no seu octogésimo aniversário. São Paulo: Saraiva, 1992. p.435-444.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

627. LOUREIRO FILHO, Lair da Silva. **Responsabilidade pública por atividade judiciária no direito brasileiro**. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, n. 231, p. 5-46, jan./mar. 2003.
628. LOURES, José Costa. **Linhas gerais da organização judiciária na Itália**. Revista Brasileira de Direito Processual, Uberaba, v. 5, jan. 1976. p. 77-89.
629. LUBISCO, Nídia M. L.; VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses**. Salvador: EDUFBA, 2003.
630. LUPI, André Lipp Pinto Basto. **Uma abordagem contextualizada da teoria política de Thomas Hobbes**. In: WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução à história do pensamento político. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 93-134.
631. LUPIA, Arthur. **The EU, the EEA and domestic accountability: how outside forces affect delegation within member states**. The Journal of Legislative Studies, v. 6, n. 1, p. 15-32, 2000.
632. LUZ, Vladimir de Carvalho. **Notas introdutórias sobre o pensamento político de Karl Marx**. In: WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução à história do pensamento político, Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 297-324.
633. LYNCH, Christian Edward Cyril. **Acesso à justiça e inchaço das cortes: conseqüências da elevação do número de juízes dos tribunais como solução para a demanda jurisdicional**. In: O terceiro poder em crise. Cadernos Adenauer III. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, n. 6, p. 71-92, fev. 2003.
634. LYRAFILHO, Roberto. **A nova escola jurídica brasileira**. Direito e avesso, v. 1, n. 1. 1982. p. 13-15.
635. LYRA FILHO, Roberto. **A nova escola jurídica brasileira**. Disponível em: <www.nplyriana.adv.br/link_geral.php>. Acesso em: 25 out. 2005.
636. LYRAFILHO, Roberto. **O que é Direito?**. Brasília: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos).
637. LYRA, Doreodó Araújo. (Org.). **Desordem e processo: estudos sobre o Direito em homenagem a Roberto Lyra Filho**. Porto Alegre: Fabris, 1986. 333 p.
638. MACCALÓZ, Salette Maria Polita. **Poder Judiciário, os meios de Comunicação e opinião pública**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2002. 353 p.
639. MACEDO, Magda Helena Soares. **Manual de metodologia da pesquisa jurídica**. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2000. 173 p.
640. MACEDO, Maury R. de. **A crise do poder judiciário brasileiro**. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 2003. pp. 14-17; 29-35; 59-60; 71-85; 103-113.
641. MACEDO, Neusa Dias de; MOREIRA, Maria de Fátima G. Resumos: subsídios para sua elaboração. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 1/2, jan./jun. 1978. p. 65-72.

642. MACHADO, Mário Brockmann. **Cultura jurídica: comentários**. In: LAMOUNIER, B. et al. Direito, cidadania e participação. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981. p. 21-29.
643. MACHADO, Mário Brockmann. **Raízes do controle externo do judiciário, Monitor Público**. Conjunto Universitário Cândido Mendes, Rio De Janeiro, v. 3, n. 8. jan./mar. 1996. p. 5-9.
644. MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2001. 1015 p.
645. MACHADO, Rubens Approbato. **A reforma do Poder Judiciário**. Revista do Advogado, São Paulo, n. 56. set. 1999. p. 96-100.
646. MACIEL, Ademar Ferreira. **Um pouco de Antígona e de Direito Natural**. Revista Forense, Rio de Janeiro, n. 56. abr./jun. 1997. p. 397-398.
647. MACIEL, Cláudio Baldino. **O juiz independente no Estado Democrático**. Cidadania e Justiça, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 67-73, jan./jun. 2000.
648. MACIEL, Cláudio Baldino. **A reforma do Poder Judiciário e a influência do Banco Mundial**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região, Campinas, n. 11. set. 2000. p. 66-77.
649. MACIEL, Débora Alves. **Reforma jurídico-institucional no Brasil e novas articulações entre direito e política: considerações sobre a atuação do Ministério Público na área dos direitos difusos**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 7, n. 28, p. 272-279, out./dez. 1999.
650. MACPHERSON, R. J. S. (Org.). **The politics of accountability: Educational and International Perspectives**. Thousand Oaks, Califórnia: Corwin Press, 1997.
651. MAGRO, Samuel. **Lógica da decisão judicial**, s.l.: s.n., 2003. p. 1-13
652. MAIA, Carmem. **Guia brasileiro de educação à distância 2000/2001**. São Paulo: Esfera, 2001.
653. MAIA, José Motta. **Aperfeiçoamento do processo de recrutamento de magistrados**. Revista Brasileira de Direito Processual, Uberaba, n. 44. out./dez. 1984. p. 213-218.
654. MALONE, T. F. **Western hemisphere knowledge partnership 21**. s.l.: s.n., dez. 1999.
655. MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Incidente de uniformização de jurisprudência**. São Paulo: Saraiva, 1989. 108 p. (Coleção Saraiva de prática do direito ; v.41).
656. MÂNICA, Fernando Borges. **Terceiro setor e imunidade tributária: teoria e prática**. Belo Horizonte: Fórum, 2005.
657. MANSILLA, H. C. F. **Intelectuais e política na América Latina: uma breve abordagem a uma ambivalência fundamental**. Cadernos Adenauer IV, Os intelectuais e a política na América Latina, Rio de Janeiro, v. 4, n. 5, p. 13-45, fev. 2003.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

658. MANSO, Richard. **Democratização do poder judiciário**. Cidadania e Justiça, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 88-95, jan./jun. 2000.
659. MARINHO, Josaphat. **Ética e Justiça**. In: PINHEIRO, J. E.. Ética, Justiça e Direito: Reflexões sobre a reforma do judiciário. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 125-130.
660. MARQUES, Dip Ricardo Henry. **Da ética geral à ética profissional dos registradores**. Porto Alegre: IRIB/Fabris, 1998. 286 p.
661. MARQUES, Luiz Guilherme. **A justiça da França: um modelo em questão**. São Paulo: LED, 2001. 294 p.
662. MARTEL, Letícia de Campos Velho. **O tempo e a política no pensamento de Maquiavel**. In: WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução à história do pensamento político. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 67-92.
663. MARTIN, D. T.; OVERHOLT, G. E.; URBAN, K. E. (Org.). **Accountability in American education: A critique**. Princeton, Nova Jersey: Princeton Book Co, 1976.
664. MARTINEZ, Vinício C.. **Estado de Direito Político**. Disponível em: <www1.jus.com.br/doutrina/texto>. Acesso em: 25 out. 2005.
665. MARTINS, Estevão de Resende. **A ideologia morreu, viva a ideologia!**. Humanidades, Brasília, v. 9, n. 2. 1993. p. 151-158.
666. MARTINS, Francisco Peçanha. **A crise do poder judiciário: causas e soluções**. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 149-151, jan./jun. 1999.
667. MARTINS, Francisco Peçanha. **Uma visão da crise do poder judiciário**. Revista de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, v. 1, n. 2, p. 36-49, fev. 1999.
668. MARTINS, Ives Gandra da Silva. **A cultura do jurista**. In: NALINI, José Renato (Coord.). Formação jurídica. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 125-131.
669. MARTINS, Jonair Nogueira. **Reengenharia do ensino jurídico e da justiça: instrução programada**. Universitária - Revista do Curso de Mestrado em Direito, São Paulo, v. 1, n. 1. 2000. p. 285-314.
670. MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira: (1550-1794)**. São Paulo: Cultrix, 1977. V.1.
671. MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Evolução histórica da estrutura judiciária brasileira**. Revista do TST, Brasília, v. 65, n. 1, p. 85-114, out./dez. 1999.
672. MASCARENHAS, R. C. **Accountability of public enterprises in New Zealand**. Revista Internacional de Ciências Administrativas, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 133-142, 1985.
673. MASON, A. Educating judges. **Centre for Judicial Studies**. Disponível em: <<http://www.educatingjudges.com>>. Acesso em: 25 out. 2005.

674. MASSEN, P.A.M. (Ed.). **The changing role of stakeholder in Dutch universities**. European Journal of Education, v. 35, n. 4, p. 449-464, jan. 2000.
675. MASSI, Fernanda. **Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960)**. In: MICELI, Sérgio (Org.). História das ciências sociais no Brasil. São Paulo: Vértice, 1989. p. 410-457. V. 1.
676. MATTA, Emmanuel. **A atualidade da Teoria Pura do Direito: Kelsen e Bobbio**. Cidadania e Justiça, [S.l.], v. 4, n. 9, p. 70-86, 2. sem. 2000.
677. MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. **Agências reguladoras e as suas características**. Revista de Direito Administrativo, [S.l.], n. 218, p. 71-91, out./dez. 1999.
678. MAURER, Hartmut. **Elementos de direito administrativo alemão**. Porto Alegre: S.A. Fabris, 2001.
679. MAWAD, Ana Paula. **Accountability e controle social**. IDAF : Informativo de Direito Administrativo e Responsabilidade Fiscal, [S.l.], n. 3, p. 250-252, out. 2001.
680. MÁYNEZ, Eduardo Garcia. **Ética: ética empírica, ética de dienes, ética formal, ética valorativa**. México: Porrúa S.A., 1973.
681. MAYR, Eduardo. **Emeron e justiça**. Revista da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, [S.l.], n. 1, p. 15-22, 1996.
682. MAZZILLI, Hugo Nigro. **A formação profissional e as funções do promotor de justiça**. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 81, n. 686, p. 284-309, dez. 1992.
683. _____. **Os interesses transindividuais: sua defesa judicial e extrajudicial**. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Direito sanitário e saúde pública. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. v.1, p. 87-112.
684. _____. **Limites da reforma**. Revista da APMP, São Paulo, v. 2, n. 16, p. 15, mar. 1999.
685. _____. **A reforma da magistratura**. Revista do Advogado, [S.l.], n. 56, p. 56-63, 1990.
686. _____. **Reformas inconstitucionais**. Revista da APMP, São Paulo, v. 2, n. 15, p. 7, fev. 1998.
687. _____. **Tropeços da reforma**. Revista do Ministério Público, [S.l.], n. 5, p. 161-163, 1998.
688. _____. **Visão crítica da formação profissional e das funções do promotor de justiça**. In: _____. Formação Jurídica. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 61-124.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

689. McLACHIN, B. **International conference on the training of the judiciary**. Ottawa: [s.n.].
690. MECHAM, Leônidas Ralph. **Annual report of the director. Administrative Office of the U.S. Courts**, Washington D.C., [s.n.], [19-?].
691. MECHAM, Leônidas Ralph. **Understanding the federal courts, Administrative Office of the U.S. Courts**. Washington D.C.: [s.n.], 2003.
692. MEDEIROS, Antonio Paulo Cachapuz de. **Faculdade de Direito da PUCRS: o ensino jurídico no limiar do novo século**. Porto Alegre: Edipucrs, 1997. 401 p.
693. MEDEIROS, Marilú Foutoura de; FARIA, Eliane Turk (Org.). **Educação à distância: cartografias pulsantes em movimento**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.
694. MEDINA, Paulo. **A reforma do poder judiciário**. Direito Militar: Revista da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais, [S.l.], v. 1, n. 4, p. 4-6, mar./abr. 1997.
695. MEIS, Leopoldo de; LETA, Jaqueline. **A ciência, a explosão do saber e o 3º milênio**. In: _____. O livro da profecia. [S.l.: s.n.], [20-?]. p. 417-435.
696. MELLILO, Dinis. **Ética na justiça**. In: E., Pinheiro J.. Ética, justiça e direito: reflexões sobre a reforma do judiciário. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 233-239.
697. MELLO, Aymoré Roque Pottes de. **A contextualização política e histórica da reforma do poder judiciário**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, [S.l.], n. 11, p.47-65, 2000.
698. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Reforma do Judiciário**. Correio Brasiliense, Brasília, Caderno Direito e Justiça, 30 jun. 1997.
699. _____. (Org.). **Estudos em homenagem a Geraldo Ataliba**. São Paulo: Malheiros, 1997.
700. MELO, André Luís. **Democracia jurídica ou ditadura aristocrática**. Disponível em: <<http://www.uj.com.br>>. Acesso em: 25 out. 2005.
701. MELO, André Luis Alves de. **Dossiê pela reengenharia jurídica no Brasil**. São Paulo: Iglu, 2000. 204 p.
702. MELO, Liana. A população agradece. **Revista Istoé**, [S.l.], n. 1779, p. 30, 05 nov. 2003.
703. MELO, Luiz Pereira de. **Requisitos essenciais da sentença**. Revista de Processo, [S.l.], v. 3, n. 11-12, p. 37-44, jul./dez. 1978.
704. MELO, Marco Antônio Machado Ferreira de; ROVER, Aires José. **Perspectivas do uso da internet no curso de direito**. Sequência: estudos jurídicos e políticos, n. 30, p. 65-79, mar. 1995.

705. MELO FILHO, Álvaro. **Correlações entre a nova LDB e o ensino jurídico**. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 34, n. 135, p. 45-59, jul./set. 1997.
706. _____. **Currículo jurídico: um modelo atualizado**. In: _____. OAB Ensino Jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas. Brasília, [s.n.], 1996. p. 53-68.
707. _____. **Currículos jurídicos: exegese da Portaria nº 1.886/94**. Revista de Processo, v. 21, n. 81, p.178-197, jan./mar. 1996.
708. _____. **Currículos jurídicos: novas diretrizes e perspectivas**. Revista dos Tribunais, v. 84, n. 720, p. 327-342, out. 1995.
709. _____. **Dimensões jurídicas da progressão funcional do professor adjunto-4 para professor titular**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Ceará, n. 31/2 – 32/1 – 2, p. 21-42, jan./dez. 1990/1991.
710. _____. **Educação jurídica: premissas para uma revolução sem armas**. Revista de Processo, v. 29, n. 115, p. 308-333, mai./jun. 2004.
711. _____. **Inovações no ensino jurídico e no exame de ordem**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.
712. _____. **Novas diretrizes para o ensino jurídico**. Revista de Processo, v. 19, n. 74, p. 102-111, abr./jun. 1994.
713. _____. **Novos parâmetros educacionais para o curso jurídico**. Revista da Ordem dos Advogados do Brasil, Rio de Janeiro, v. 27, n. 65, p. 107-118, jul./dez. 1997.
714. _____. **Por uma revolução no ensino jurídico**. Revista Forense, Rio de Janeiro, v. 89, n. 322, p. 9-15, abr./jun. 1993.
715. _____. **Repensando o ensino para o século XXI**. Revista Cearense Independente do Ministério Público, v. 1, n. 1, p. 21-30, abr. 1999.
716. _____. **Subsídios para a implementação de projeto didático-pedagógico de curso jurídico**. Revista da Ordem dos Advogados do Brasil, Rio de Janeiro, p. 67-75, jul./dez. 1998.
717. MELO FILHO, Hugo Cavalcanti. **A reforma do Poder Judiciário brasileiro: motivações, quadro atual e perspectivas**. Revista CEJ, v. 7, n. 21, p. 79-86, abr./jun. 2003.
718. MELO FILHO, Rogério Machado. **Pluralismo jurídico no Brasil**. Revista da EMERJ, v. 8, n. 29, p. 233-240, 2005.
719. MENDES, Gilmar Ferreira. **Reforma do judiciário e cidadania**. Consulex: Revista Jurídica, v. 7, n. 167, p. 22-29, dez. 2003.
720. MENDES, Gilmar Ferreira. **O sistema de controle de constitucionalidade das normas de constituição de 1998 e reforma do poder judiciário**. Revista da Ajuris, v. 26, n. 75, p. 234-247, set. 1999.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

721. MENDIETA, Manuel Villoria. **Ética pública y corrupción**: curso de ética administrativa. Madrid: Tecnos, 2002.
722. MENDONÇA, Antônio Miranda de. **Reforma do Poder Judiciário**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, v. 31, n. 61, p. 187-197, jan./jun. 2000.
723. MERCADANTE, Paulo. **Miguel Reale e o século XX**. In: LAFER, Celso; FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio (Coord.). Direito, política, filosofia, poesia: estudos em homenagem ao professor Miguel Reale no seu octogésimo aniversário. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 19-29.
724. MERLE, Marcel. **Sociologia das Relações Internacionais**. Brasília: UnB, 1981. 384 p.
725. MERTON, Robert King. **Estrutura burocrática e personalidade**. In: CAMPOS, Edmundo (Org.). Sociologia da burocracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 107-124.
726. MESQUITA, José Ignácio Botelho de. **A crise do judiciário e o processo**. Revista da Escola Paulistana de Magistratura, v. 2, n. 1, p. 85-92, jan./jun. 2001.
727. MESSITE, Peter J.. **A Administração da Justiça Federal nos Estados Unidos da América**. Revista da Escola Paulista da Magistratura, v. 5, n. 1, p. 159-171, jan./jun. 2004.
728. _____. **Writ of certiorari: decisão sobre que casos reviser**. E-Journal USA, Questões de Democracia, v. 10, n. 1, p. 17-20, abr. 2005.
729. MIAILLE, Michel. **O cidadão virtual**. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro v. 4, n. 6, p. 13-29, abr. 2004.
730. MICELI, Sérgio. **O cenário institucional das ciências sociais no Brasil**. In: Miceli, Sérgio (Org.). História das ciências sociais no Brasil. São Paulo: Sumaré, 1995-b. v. 2.: p. 7-24.
731. _____. **Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais**. In: MICELI, Sérgio (Org.). História das ciências sociais no Brasil. São Paulo: Vértice, 1989-a. v. 1.: p. 72-110.
732. _____. **A desilusão americana**: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Sumaré, 1990. 80p., il.
733. _____. **A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992**. In: MICELI, Sérgio (Org.). História das ciências sociais no Brasil. São Paulo: Sumaré, 1995. v. 2.: p. 341-396.
734. MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 435 p.
735. MICELI, Sérgio. **Por uma sociologia das ciências sociais**. In: MICELI, Sérgio (Org.). História das ciências sociais no Brasil. São Paulo: Vértice, 1989-b. v. 1.: p. 5-19.
736. MICELI, Sérgio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1989. v.1.
737. MICHEL, Crozier. **Una nueva reflexion sobre la educacion**. Revista Trimestral de Educación Comparada, Genebra, v. 28, n. 4. dez. 1998. p. 579-586.

738. MICHEL, Crozier. **Pouvoir et société**. Paris: Desclée de Brouwer, 1966. 187 p.
739. MICHEL, Crozier et al. **Où va l'administration française**. Paris: Les Éditions d'organisation, 1974. 99 p.
740. MICHEL, Crozier; HUNTINGTON, Samuel; WATANUKI, Joji. **The crisis of democracy**. New York: New York University Press, 1975. 211 p.
741. MICHELS, Robert. **A tendência burocrática dos partidos políticos**. In: CAMPOS, Edmundo (Org.). **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 101-106.
742. MIDDLE STATES ASSOCIATION OF COLLEGES AND SCHOOLS (Estados Unidos). **Designs for excellence: handbook for institutional self-study**. Philadelphia: Middle States Association Of Colleges And Schools, 1984.
743. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Discussão da pós-graduação brasileira**. Brasília: CAPES, 1996. v.1.
744. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Diagnóstico do poder judiciário**. Brasília: Ministério da Justiça, 2004. 113 p., il., grafs.
745. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Direito sanitário e saúde pública**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. 2 v.
746. MINOGUE, Kenneth. **O conceito de Universidade**. Tradução Jorge Eira Garcia Vieira. Brasília: UnB, 1981. 171 p.
747. MINTZBERG, Henry. **A criação artesanal da estratégia**. Harvard Business Review, [S. l.], p. 1-13, jul./ago. 1997.
748. _____. **A queda e a ascensão do planejamento estratégico**. Harvard Business Review, p. 1-12, jan./fev. 1994.
749. MIRANDA, Alessandra de La Vega et al. **Estudos de Directo Público: desafios e utopia**. Porto Alegre: Síntese, 2001. 254 p.
750. MIRANDA, Antonio. **A ciência da informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário**. In: AQUINO, Miriam de Albuquerque. O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidade. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2002. p. 9-24, 2002.
751. MIRANDA, Antonio. **El concepto de masa documental y el ciclo de interacción entre tecnología y registro del conocimiento: tendencias de organización en organización del Conocimiento**. p. 529-539, 2004-a.
752. _____. **A profissionalização da ciência da informação no marco da globalização: paradigmas e propostas**. In: LUBISCO, Nídia M. B. Brandão. Informação & informática. Salvador: EDUFBA, 2000.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

753. MIRANDA, Antonio. **Ter ou não ter, eis a questão: algumas reflexões em torno da disponibilidade e da acessibilidade documentária.** São Paulo: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2005.
754. MIRANDA, Roberto Campos da Rocha. **Balanced Scorecard: inteligência organizacional e competitiva.** Brasília: UnB, s.d. p. 227-239.
755. MITCHELL, Jerry. **Accountability and the management of public authorities in the United States.** International Review of Administrative Sciences, v. 59, n. 3, p. 477-492, 1993.
756. MITSCHHELL, R. K.; AGLE, B. R. ; WOOD, D. J. **Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of who and what really counts.** Academy of Management Review, v. 22, n. 4, p. 853-886, 1994.
757. MITTON, Roger. **Practical research in distant teaching: a handbook for developing countries.** Cambridge: International Extension College, 1982.
758. MONDALE, Walter F. **As obrigações do poder para uma presidência responsável.** Tradução Ronaldo Sérgio de Biasi. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
759. MONTEIRO, G. T. M.; SAVEDRA, M. M. G. **Metodologia da pesquisa jurídica: manual para elaboração e apresentação de monografias.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001. 167 p.
760. MONTESQUIEU, C. Secondat. **O espírito das leis: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes, presidencialismo versus parlamentarismo.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
761. MONTORO, Franco. **Fontes do direito em suas modalidades fundamentais.** Revista de Informação Legislativa, n. 33, p. 55-80, 1972.
762. _____. **O problema das fontes do direito. Fontes formais e materiais. Perspectiva filosófica, sociológica e jurídica.** Revista de Informação Legislativa, n. 32, p. 7-12, 1971.
763. MORAES FILHO, Evaristo de. **Aspecto do pensamento jurídico-social de Miguel Reale (a pessoa humana).** In: LAFER, C.; FERRAZ JÚNIOR, T. S. (Coord.). Direito, política, filosofia, poesia: estudos em homenagem ao Professor Miguel Reale no seu octogésimo aniversário. São Paulo: Saraiva, p. 39-52, 1992.
764. MORAIS, Regis de. **Cultura brasileira e educação.** Campinas: Papyrus, 1989. 198 p.
765. MORAN, José Manuel. **Perspectivas (virtuais) para a educação.** Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro v. 4, n. 6, p. 31-45, abr. 2004.
766. MORAVCSIK, Andrew. **Is there a 'Democratic deficit' in world politics? A framework for analysis, Government and opposition.** An Journal of Comparative Politics, v. 39, n. 2, p. 337-363, 2004.

767. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **A independência das agências reguladoras**. Boletim de Direito Administrativo, v. 16, n. 6, p. 416-418, jun. 2000.
768. _____. **Sistema Judiciário**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1996. 41 p. (Políticas Alternativas).
769. MOREIRA, C. D. **Projeto de resolução de criação da escola supranacional para magistrados e agentes do ministério público do mercosul**. Ajuris, Edição Especial, v. 25, n. 11, p. 223-238, nov. 1998.
770. MOREIRA, César Augusto. **Para ser juiz é preciso ter coragem**. Boletim Ibcrcrim, v. 11, n. 125, abr. 2003.
771. MOREIRA, J. C. B. **Conteúdo e efeitos da sentença: variações sobre o tema**. Revista Brasileira de Direito Processual, n. 46, p. 93-102, 2. trim. 1985.
772. _____. **Estrutura e funcionamento do poder judiciário no Brasil**. In: ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. Justiça, promessa e realidade: o acesso à justiça em países ibero-americanos, p. 33-45, 1996.
773. _____. **Ética e justiça**. Revista da EMERJ, v. 8, n. 29, p. 17-27, 2005.
774. _____. **O futuro da justiça: alguns mitos**. Revista da Escola Paulista de Magistratura, v. 2, n. 1, p. 71-83, jan./jun. 2001.
775. MOREIRA, L. R. L. **Direito ambiental: legitimação e atuação do Ministério Público**. Curitiba: Juruá, 2004.
776. MOREIRA, M. S. **Seleção à magistratura**. Disponível em: <www1.jus.com.br/doutrina>. Acesso em: 25 out. 2005.
777. MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. Tradução Geni G. Goldschmidt. São Paulo: Atlas, 2002.
778. MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 118 p.
779. MORRIS, Andrew J. **Revisiting progressive legal scholarship**. Disponível em: <http://jurist.law.pitt.edu>. Acesso em: 20 set. 2005.
780. MORTARI, Cezar A. **Introdução à lógica**. São Paulo: Editora Unesp, 2001. 393 p.
781. MORTON, F. L. Ted. Can judicial supremacy be stopped? Reconsidering the notwithstanding power. In: MORTON, F. L. Ted. Fraser Forum. Vancouver: The Fraser Institute, 2002. p. 30-32.
782. MOSHER, Frederick C.. **Democracy and the public service**. New York: Oxford University Press, 1968. 219 p.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

783. MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): A grande transação**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2000. 492 p.
784. MOTTA, Fernando C. Prestes; PEREIRA, Luiz C. Bresser. **Introdução à organização burocrática**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 310 p.
785. MOTTA, Paulo Roberto; CARAVANTES, Geraldo Ronchetti. **Planejamento organizacional: dimensões sistêmico gerenciais**. Porto Alegre: Fundação para o desenvolvimento de Recursos Humanos, 1979. 247 p.
786. MOURA, Sílvio Hall de. **História da magistratura paraense**. Belém: Cejup, 1989. 342 p.
787. MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. **Miguel Reale na reitoria da USP**. In: LAFER, Celso; JÚNIOR, Tércio Sampaio Ferraz. *Direito, política, filosofia, poesia: estudos em homenagem ao Professor Miguel Reale no seu octogésimo aniversário*. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 479-491.
788. MOXLEY, Joseph M. **New-media scholarship: a call for research**. *Change*, p. 37-42, nov./dez. 2001.
789. MUGNAINI, Rogério; JANNUZZI, Paulo; QUONIAM, Luc. **Indicadores bibliométricos da produção científica brasileira: uma análise a partir da base pascal**. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 123-131, mai./ago. 2004.
790. MURICY, Marília. **Notas sobre a ciência e o ensino do direito**. In: *OAB Ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas*. 2. ed. Brasília: Conselho Federal da Oab, 1996. p. 223-224.
791. MYERS, Ronald; LACEY, Robert. **Consumer satisfaction, performance and accountability in the public sector**. *International Review of Administrative Sciences*, v. 62, n. 3, p. 331-350, 1996.
792. NADER'S, Ralph; GREEN, Mark J. (Ed.). **Corporate power in America**. New York: Grossman Publishers, 1973. 309 p.
793. NAHUM, Marco Antônio Rodrigues. **Estado e criminalidade**. *Boletim Ibccrim*, São Paulo, v. 11, n. 125, p. 01, abr. 2003.
794. NAISBITT, John; ABURDENE, Patrícia. **Megatrends 2000: dez novas tendências de transformação da sociedade nos anos 90**. São Paulo: Amana-Key, 1990. 461 p.
795. NALINI, José Renato. **Como formar um juiz justo?**. *Lex: Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal*, São Paulo, v. 23, n. 267, p. 5-14, mar. 2001.
796. _____. **A crise do direito e o resgate da ética**. *Lex Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais*, v. 11, n. 113, p. 9-18, jan. 1999.

797. _____. **Dez recados ao juiz do III milênio.** Revista CEJ, Brasília, v. 3, n. 7, p. 132-142, jan./abr. 1999.
798. _____. **O ensino do direito no Brasil.** Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, São Paulo, n. 126, p. 11-15, 1990.
799. _____. **A era do juiz profeta.** Revista de Julgados do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 53, p. 13-16, set./out. 2001.
800. _____. **A escola e o recrutamento de juízes.** Jurisprudência Mineira, Belo Horizonte, n. 135/136, p. 1-14, jan/jun. 1995.
801. _____. **Escolas da magistratura no Brasil: aspecto organizativo institucional.** Revista da Esmape, Recife, v. 2, n. 3, p. 325-353, jan./mar. 1997.
802. _____. **Ética geral e profissional.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
803. _____. **A ética e a magistratura do trabalho.** Lex Coletânea de Legislação e Jurisprudência, São Paulo, n. 9, p. 9-16, 1998.
804. _____. **A ética nas profissões jurídicas.** Lex: Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, v. 19, n. 225, p. 7-23, set. 1997.
805. _____. **Ética em tempos de crise.** Revista dos Tribunais, v. 88, n. 760, p. 461-471, fev. 1999.
806. _____. **A formação do juiz brasileiro.** In: _____. (Coord.). Formação Jurídica. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 132-148.
807. _____. **A formação do juiz latino-americano.** Lex: Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, v. 19, n. 228, p. 5-15, dez. 1997.
808. _____. **A formação dos magistrados no Brasil.** Revista de direito constitucional e internacional, São Paulo, v. 9, n. 34, p. 92-98, jan./mar. 2001.
809. _____. **A formação da vontade judicial: fatores legais, sociais e psicológicos.** Lex: Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, v. 19, n. 219, p. 5-11, mar. 1997.
810. _____. **A função política do judiciário.** Lex – Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, São Paulo, v. 23, n. 272, p. 5-16, ago. 2001.
811. _____. **A função política da magistratura.** Lex: Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, v. 21, n. 248, p. 5-11, ago. 1999.
812. _____. **O futuro das profissões jurídicas.** São Paulo: Oliveira Mendes, 1998. 175 p.
813. _____. **A gestão de qualidade na justiça.** Revista dos tribunais, São Paulo, v. 84, n. 722, p. 367-374, dez. 1995.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

814. _____. **A insurreição ética do juiz brasileiro.** Revista dos tribunais, São Paulo, v. 84, n. 721, p. 349-358, nov. 1995.
815. _____. **O judiciário e a Constituição de 1988.** In: COLTRO, Antônio Carlos Mathias. (Coord.). Constituição Federal de 1988: dez anos : 1988-1998. São Paulo: J.de Oliveira, 1999. p. 313-328.
816. _____. **O juiz e a ética de seu tempo.** Lex: Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais, v. 12, n. 131, p. 9-19, jul. 2000.
817. _____. **O juiz rebelde.** Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 23-32, jul./dez. 1999.
818. _____. **O juiz e a segurança da sociedade.** Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 91, n. 802, p. 423-436, ago. 2002.
819. _____. **Juiz no terceiro milênio.** Revista Fórum, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 25-26, jan./fev. 2003.
820. _____. **The legal training and research institute of Japan.** In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. O juiz: Seleção e formação do magistrado no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. p. 349-357.
821. _____. **O magistrado e a comunidade.** Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 35, p. 159-172, jun. 1991.
822. _____. **As metáforas do juiz.** Lex: Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, v. 21, n. 242, p. 5-14, fev. 1999.
823. _____. **Novas perspectivas no acesso à justiça.** Lex: Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, v. 19, n. 224, p. 5-20, ago. 1997.
824. _____. **O novo ensino do direito.** Revista dos tribunais, São Paulo, v. 84, n. 715, p. 342-351, maio 1995.
825. _____. **Passado, presente e futuro da Escola da Magistratura.** Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco, Recife, v. 1, n. 2, p. 28-76, 1996.
826. _____. **Pós-modernidade e a profissão juiz.** Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, n. 10, p. 21-44, nov. 1997.
827. _____. **Recrutamento e preparo de juízes.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992. 134 p.
828. _____. **Reengenharia do judiciário.** Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 43, p. 233-255, jun. 1995.
829. _____. **A reforma do estado: proposta concreta para um novo judiciário.** Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 85, n. 724, p. 115-162, fev. 1996.

830. _____. **A reforma judicial no Brasil**. Revista dos tribunais, São Paulo, v. 84, n. 712, p. 330-334, fev. 1995.
831. _____. **A reforma do judiciário no Brasil**. Lex: Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, v. 22, n. 253, p. 5-11, jan. 2000.
832. NALINI, José Renato. **A responsabilidade social do jurista para a concretização da cidadania**. Revista de Direito Constitucional e Internacional. São Paulo, v. 11, n. 45, p. 92-104, out./dez. 2003.
833. _____. **O sistema espanhol de recrutamento e formação de juízes e magistrados**. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. O Juiz: Seleção e formação do magistrado no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. p. 283-326.
834. _____. **Tecnologia no judiciário**. São Paulo: Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.camara-e.net/interna.asp>>. Acesso em: 05 out. 2005.
835. _____ (Coord.). **Formação jurídica**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. 173 p.
836. NALINI, José Renato; SANTOS, Nildo Nery Dos. **O judiciário italiano e o recrutamento de juízes**. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. O juiz: Seleção e formação do magistrado no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. p. 269-282.
837. NASCIMENTO, Alberto Fernando Monteiro do. **Avaliação institucional**. Brasília: FUNADESP, 1999.
838. NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Estado e sociedade no Brasil: novos padrões de relacionamento**. Brasília: Conselho de Justiça Federal, 1997. (Série Monografias do CEJ; 4).
839. _____. **Paradoxos da modernidade**. Humanidades, Brasília, v. 9, n. 2, p. 195-200, 1993.
840. _____. **As relações entre os poderes constitucionais e entre o estado e a sociedade civil**. In: JORNADA DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, 1., 1994, Brasília. *Anais...*, Brasília: Conselho de Justiça Federal, 1996. (Série Cadernos do CEJ; 11).
841. _____. **A visão interna da Justiça Federal**. In: A JUSTIÇA Federal: análise da imagem constitucional. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 1995. (Série Pesquisas do CEJ; 3) p. 9-21.
842. NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do.; NUNES, Ivônio Barros. **A opinião da sociedade civil organizada a respeito da justiça federal**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 1995. 65 p. (Série Pesquisas do CEJ; 5).
843. NATIONAL COMMISSION ON RESEARCH. **Accountability: restoring the quality of the partnership**. Washington: NRC, 1980.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

844. THE NATIONAL judicial college. Disponível em: <www.judges.org>. Acesso em: 30 set. 2005.
845. NAVES, Nilson Vital. **Panorama dos problemas no Poder Judiciário e suas causas: O Supremo, o Superior Tribunal e a reforma.** Revista do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, Brasília, v. 5, n. 13, p. 7-19, jan./abr. 2001.
846. _____. **Por uma justiça mais próxima da população.** Revista Fórum, São Paulo, n. 2, p. 6-9, jun./jul. 2002.
847. NEAVE, G. **The stakeholder perspective historically explored.** In: ENDERS, J.; FULTON, O. (eds.). Higher Education in a Globalising World. Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers, 2002. p. 17-38.
848. NEAVE, G.; GOEDEGEBUURE, L. **Higher education and the stakeholder society.** In: RESEARCH PROGRAMME, 2001-2005. Emschede : Center of Higher Education Policy Studies, 2001.
849. NEQUETE, Lenine. **Escravos & magistrados no segundo reinado.** Brasília: Fundação Petrônio Portela, 1988. 242 p.
850. NERO, João Del. **Interpretação realista do direito e seus reflexos na sentença.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987. 222 p.
851. NETO LOBO, Paulo Luiz. **Critérios de avaliação externa dos cursos jurídicos.** In: OAB Ensino Jurídico: Parâmetros para elevação de qualidade e avaliação. Brasília: OAB, 1993. p. 31-39.
852. NEVES, Marcelo da Costa Pinto. **A incidência da norma jurídica e o fato jurídico.** Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, Recife, n. 72, p. 107-129, 1985.
853. NEVES, Orlando Cavalcante. **Depoimento de um magistrado: mensagem aos novos juízes.** Revista Esmafe, Recife, n. 2, p. 27-33, 2001.
854. NEVES, Rodrigo Santos. **As agências reguladoras e sua responsabilidade civil.** Revista Forense, Bauru, v. 99, n. 370, p. 157-175, nov./dez. 2003.
855. NICOLATO, Maria Auxiliadora. **A caminho da lei 5.540/68: a participação de diferentes atores na definição da reforma universitária.** Belo Horizonte: UFMG, 1986. V. 2. (Dissertação de Mestrado).
856. NILSSON, N. A. **Accountability: philosophy and practice.** In: SHELDRAKE, P.; LINKE, R. (Eds.). Accountability in Higher Education. Sydney: George Allen & Unwin, 1979.
857. NINA, Renée Rosanne Vaz. **Necessidade, uso e acesso à informação.** Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, 2004.

858. NÓBREGA, Aírton Rocha. **Perfil constitucional da defensoria pública**. Consulex Revista Jurídica, Brasília, v. 7, n. 152, p. 14-21, maio 2003.
859. NÓBREGA, Marcos ; FIGUEIREDO, Carlos Maurício. **Tribunais de Contas como agências de accountability, Revista do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 26, p. 26-35, abr. 2004.
860. NOGUEIRA, Antonio de Pádua Ferraz. **A magistratura como poder**. Revista do Advogado, São Paulo, n. 43, p. 26-33, 1994.
861. _____. **Os tribunais de alçada dos estados e a pretendida reforma constitucional do poder judiciário**. Revista forense, Bauru, v. 97, n. 357, p. 33-39, set./out. 2001.
862. NOLETO, Mauro Almeida. **Subjetividade jurídica: A titularidade de direitos em perspectiva emancipatória**. Porto Alegre: S.A. Fabris, 1998.
863. NORMATON, E. L. **The accountability and audit of governments: A comparative study**. Manchester: Manchester University Press, 1966.
864. NORTHFLEET, Ellen Gracie. **Novas fórmulas para solução de conflitos**. In: TEXEIRA, S. F. O Judiciário e a Constituição. São Paulo: Saraiva, p. 323-326, 1994.
865. NOVAES, Adauto. (Org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
866. UM NOVO Supremo para uma nova sociedade. Boletim Ibccrim, v. 11, n. 128, p. 1, jul.2003
867. NUNES, Edson. **OAB, MEC e reforma do ensino superior**. Folha Dirigida, Rio de Janeiro, 19 maio 2004.
868. NUNES, Eunice. **O judiciário e as micro e pequenas empresas**. In: PINHEIRO, A. C., (Org.). Judiciário e Economia no Brasil. São Paulo: Sumaré, p. 155-167, 2000.
869. NUNES, Ivônio Barros; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **A opinião da sociedade civil organizada a respeito da Justiça Federal**. In: A JUSTIÇA Federal: análise da imagem constitucional. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 1995. (Série Cadernos do CEJ; 5).
870. O'DONELL, Guillermo. **Horizontal accountability in new democracies**. Journal of Democracy, Washington, v. 9, n. 3, p. 112-126, jul. 1998.
871. O'DONELL, Guillermo. **Illusions about consolidation**. Journal of democracy, Washington, v. 7, n. 2, p. 34-51, abr. 1996.
872. OBERTO, Giacomo. **Recrutamento e formação de magistrados: o sistema italiano no âmbito dos princípios internacionais sobre o estatuto dos magistrados e da independência do poder judiciário**. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v. 5, n. 20, p. 15-50, 2002.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

873. OLIVEIRA, Alexandre Vidigal de. **A Constituição-Cidadã e a crise do judiciário : mudanças estruturais necessárias.** Boletim de Direito Administrativo, Brasília, v. 16, n. 3, p. 196-202, mar. 2000.
874. OLIVEIRA, Alexandre Vidigal de. **Judiciário, ineficiência e soluções.** Correio Braziliense, Brasília, , p. 1, Caderno Direito e Justiça, 03 maio 2004
875. OLIVEIRA, André Felipe Vêras de. **A função pedagógica do juiz como fator de colaboração para o acesso à justiça.** Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 27, p. 254-259, 2004.
876. OLIVEIRA, André Macedo de. **Democratizando o acesso à justiça.** Juizados Especiais Federais, novos desafios. Jus Navigandi, Teresina, a. 5, n. 51, out. 2001. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2172>>. Acesso em: 05 out. 2005.
877. _____. **Ensino Jurídico: Diálogo entre teoria e prática.** Porto Alegre: S.A.Fabris, 2004.
878. _____. **Extensão e prática jurídica.** Correio Braziliense, Brasília, Caderno Direito e Justiça, 15 set. 2003.
879. OLIVEIRA, Antônio Cláudio Mariz de. **Reforma do judiciário: uma visão política.** Revista do Advogado, São Paulo, n. 56, p. 7-13, 1999.
880. OLIVEIRA, Carlos Alberto Álvaro de. **Procedimento e ideologia no direito brasileiro atual.** Ajuris – Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 12, n. 33, p. 79-85, mar. 1985.
881. OLIVEIRA, Cláudio Ladeira de. **Fundamentos da filosofia política de Jürgen Habermas.** In: WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução à história do pensamento político. Rio de Janeiro: Renovar, p. 458-501, 2003.
882. OLIVEIRA, Luciano; ADEODATO, João Maurício. **O estado da arte da pesquisa jurídica e sócio-jurídica no Brasil.** Brasília: Conselho da Justiça Federal, 1996.
883. OLIVEIRA, Manfredo Araújo. **Direito e Sociedade.** In: PINHEIRO, J. E.. Ética, Justiça e Direito: Reflexões sobre a reforma do judiciário. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 79-90.
884. OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **O juiz na sociedade moderna.** São Paulo: FTD, 1997.
885. OLIVEIRA, Ricardo Gorini de. **A falta de “accountability” na regulação e o risco regulatório.** Valor Econômico, São Paulo, v. 4, n. 883. nov. 2003. p. 18.
886. OLIVEIRA JÚNIOR, José Alcebíades de. **O novo em direito e política.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
887. OLIVO, Luís Carlos Cancellier de. **Elementos de teoria política em Max Weber.** In: WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução à história do pensamento político. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 325-348.

888. OLTRAMARI, Alexandre. **O raio X da justiça**. Veja, São Paulo, v. 19, n. 38. maio 2005. p. 44-47.
889. OPEN LEARNING STUDENT ADVISERS, **Australia, Open Learning, 1996 handbook: University Studies, That come to your door**. Melbourne: s.n., 1996.
890. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 17., 1999, Rio De Janeiro. **Anais da XVII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil: Justiça: realidade e utopia**. Brasília: OAB, 1999.
891. ORESTE, Dalazen João. **Reforma do poder judiciário e justiça do trabalho**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, v. 67, n. 1. jan./mar. 2001. p. 15-32.
892. ORLICKAS, Elizenda. **Consultoria interna de recursos humanos: pesquisa e benchmarking em empresas de ponta**. São Paulo: Futura, 2001.
893. OSÓRIO, Fábio Medina. **Reforma da justiça: a inconstitucional proposta de concentração de poderes que tramita no Congresso Nacional**. Boletim dos Procuradores da República, Brasília, v. 3, n. 28. ago. 2003. p. 20-21.
894. OXNER, Sandra E.. **Evaluating judicial education organizations: what can and should be measured?**. In: THE 2ND INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE TRAINING OF THE JUDICIARY, 2., 2004, Ottawa, Ontario. Judicial education in a World of Challenge and change. Ottawa, Ontario: NJI, 1999.
895. PÁGINA eletrônica da UnB: Faculdade de Direito: Sociologia Jurídica 1: Bibliografia relacionada. Disponível em: <www.unb.br>. Acesso em: 25 out. 2005.
896. PÁGINA eletrônica do Conselho da Justiça Federal: site apresentando o Conselho da Justiça Federal e as instituições da Justiça Federal. Disponível em: <www.cjf.gov.br>. Acesso em: 25 out. 2005.
897. PAIVA, Mário Antônio Lobato de. **Fac-símile: a utilização da lei do fac-símile para o e-mail**. Síntese trabalhista, Porto Alegre, v. 15, n. 170. ago. 2003. p. 33-36.
898. _____. **Responsabilidade civil do Estado: danos provenientes de veiculação de dados nos sites dos tribunais**. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v. 4, n. 24. jul./ago. 2003. p. 25-30.
899. PALERMO, Fernanda Kellner de Oliveira. **Agências reguladoras**. IDAF, Curitiba, v. 2, n. 19. fev. 2003. p. 597-607.
900. PALMEIRA, Isabela. **Reforma em jogo**. Revista Fórum, São Paulo, v. 2, n. 11. nov./dez. 2003. p. 17-23.
901. PASSOS, J. J. Calmon de. **A crise do poder judiciário e as reformas instrumentais: avanços e retrocessos**. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v. 3, n. 15. jan./fev. 2002. p. 5-15.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

902. PASSOS, J. J. Calmon de. **Subsídios para uma efetiva reforma do poder judiciário.** Revista Amagis, Brasília, v. 1, n. 1. nov. 1983. p. 50-63.
903. PECCI, Alketa; CAVALCANTI, Bianor Scelza. **Reflexões sobre a autonomia do órgão regulador: análise das agências reguladoras estaduais.** Revista de Administração Pública, Rio De Janeiro, v. 34, n. 5. set./out. 2000. p. 99-118.
904. PEGORARO, Olinto A.. **Ética é justiça.** Petrópolis: Vozes, 2001.
905. PEIXOTO FILHO, Aser Cortines; BONDAROVSKY, Sandra Helena. **Água, bem econômico e de domínio público.** Revista CEJ, Brasília, n. 12. set./dez. 2000. p. 13-16.
906. PENROSE, E. T.. **Biological analogies in the theory of the firm.** American Economic Review, Nashville, Tennessee, v. 42, n. 5. 1952. p. 5.
907. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reforma da nova gestão pública: agora na agenda da América Latina.** Revista do Serviço Público, Brasília, v. 53, n. 1. jan./mar. 2002. p. 5-27.
908. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser et al. **Sociedade e estado em transformação.** São Paulo: UNESP, 1999.
909. PEREIRA, Mirian de Sá; GOMES NETO, José Mário Wanderley. **Sociologia do Direito e do Direito Alternativo: ensaios pós-graduados em homenagem a Cláudio Souto.** Porto Alegre: S. A. Fabris, 2003.
910. PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Sobre a reforma administrativa : a Constituição-laboratório. **Cidadania e Justiça**, Ituitaba, Minas Gerais, v. 2, n. 4. 1998. p. 6-11.
911. PERELMAN, Chaïm. **Ética e direito.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.
912. _____. **Lógica jurídica.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.
913. PEREZ, Marcos Augusto. **As agências reguladoras no direito brasileiro: origem, natureza e função.** Jurídica: Administração Municipal, Salvador, v. 3, n. 9. set. 1998. p. 49-54.
914. O PERFIL DO JUIZ BRASILEIRO, 18., 2002, Salvador. XVIII Conferência Nacional. Brasília: OAB, 2002.
915. PERRY, P. **Accountability and inspection in higher education.** Higher Education Quaterly, v. 41. 1987. p. 344-353.
916. PETERS, Edson Luiz; PIRES, Paulo de Tarso de Lara (Org.). **Legislação ambiental federal: os mais importantes diplomas legais do Brasil desde 1934 até 2000.** Curitiba: Juruá, 2001. 361 p.
917. PETERS, M. Performance indicators in New Zeland higher education: accountability or control?. **Journal of Education Policy**, Londres, v. 7, n. 3, p. 267-283, jan. 1992.

918. PETERS, Thomas J; WATERMAN JUNIOR, Robert H.. **Vencendo a crise: como o bom senso empresarial pode superá-la**. São Paulo: Harper & Row Do Brasil, 1982.
919. PETRUCCI, Vera Lucia; BRITO, Marcelo; SANTOS, Maria Helena de Castro (Coord.). **Escolas de governo e profissionalização do funcionalismo**. Brasília: ENAP; CDID, 1995. 253 p.
920. PICARELLI, Márcia Flávia Santini. **Direito sanitário do trabalho e da previdência social**. In: MINISTÉRIO da Saúde, Direito sanitário e saúde pública. Brasília: Ministério Da Saúde, 2003. p. 237-260.
921. PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. (Org.). **Direito regulatório: temas polêmicos**. Belo Horizonte: Fórum, 2004. 688 p.
922. PINEDO, Victor. **Ética e valores nas empresas: em direção às corporações éticas**. Instituto Ethos: Reflexão, v. 4, n. 10, p. 3-20, 20 out. 2003. Disponível em: <<http://www.uniethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3708&Alias=uniethos&Lang=pt-BR>>. Acesso em: 05 out. 2005.
923. PINHEIRO, Armando Castelar. **Cadê o juiz?**. Revista Exame, São Paulo, v. 38, n. 4. 3 mar. 2004. p. 26-28. Disponível em: <http://app.exame.abril.com.br/edicoes/812/economia/conteudo_30926.shtml>. Acesso em: 07 out. 2005.
924. PINHEIRO, Armando Castelar. **Direito e economia no mundo globalizado: cooperação ou confronto?**. Rio De Janeiro: IPEA, 2003. 43 p. Texto de discussão 2003- n° 963.
925. PINHEIRO, Armando Castelar. **O judiciário e a economia: evidência emírica no caso brasileiro**. In: PINHEIRO, Armando Castelar. (Org.). **Judiciário e economia no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 2000. p. 97-130.
926. PINHEIRO, Armando Castelar. **O Judiciário e a economia na visão dos magistrados**. In: **Seminário a Reforma do Judiciário: Problemas, Desafios e Perspectivas**. São Paulo, 2001. São Paulo: IDESP, 2001. [49 p].
927. PINHEIRO, Armando Castelar. **Judiciário, reforma e economia: a visão dos magistrados**. Rio De Janeiro: IPEA, 2003. 57 p. Originalmente apresentado no Seminário Reforma do Judiciário: Problemas, Desafios e Perspectivas. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0966.pdf>. Acesso em: 06 out. 2005.
928. PINHEIRO, Armando Castelar (Org.). **Impacto sobre o crescimento: uma análise conceitual**. In: **JUDIÁRIO e economia no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 2000. p. 19-73.
929. PINHEIRO, Gilberto de Paula. **A evolução histórica do direito ambiental**. Revista da Escola de Magistratura do Amapá, Macapá, v. 1, n. 1. jan. 2002. p. 363-390.
930. PINHEIRO, Ivan Antônio; MOTTA, Paulo César Delayti. **A condição de autarquia especial das agências reguladoras executivas e as expectativas sobre a qualidade da sua gestão**. Revista de Administração Pública, Rio De Janeiro, v. 36, n. 3., p. 459-453, mai./jun. 2002.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

931. PINHEIRO, José Ernane (Org.). **Ética, justiça e Direito: reflexões sobre a reforma do judiciário**. Petrópolis: Vozes, 1996. 309 p. Seminário Ética e Justiça (1996 : Brasília, DF).
932. PINHEIRO, Ralph Lopes. **História resumida do direito**. 11. ed. Rio de Janeiro: Thex, 2004. 175 p.
933. PINHEIRO, Sebastião et al. **Questões sobre bioética**. Revista CEJ, Brasília, n. 8., p. 116-118. mai./ago. 1999.
934. PINTO, Cristiano Paixão Araújo. **Relatório do seminário “o emprego público nas Instituições Federais de Ensino”**. In: PINTO, Cristiano Paixão de Araújo. (Org.). Redefinindo a relação entre professor e a universidade: emprego público nas Instituições Federais de Ensino. Brasília: Universidade de Brasília; Faculdade de Direito; CESPE, 2002. v.1, p. 13-19. (O que se pensa na Colina).
935. PINTO, Fátima Cunha Ferreira; OLIVEIRA, Carlos Alberto Pereira de. **Autonomia Institucional e a acreditação como base para a qualidade em ensino a distância. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**. INEP: Rio Comprido, v. 10, n. 34. jan./mar. 2002. p. 5-18.
936. PIRES, Renato Barth. **A reforma do poder judiciário e o direito à razoável duração do processo**. Revista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, n. 62. nov./dez. 2003. p. 5-18.
937. PISA, Osnilda. **Juiz agente de cidadania**. Revista CEJ, Brasília, v. 7, n. 21. abr. 2003. p. 49-55.
938. PITELIS, C. N.. **Corporate capital control: ownership savings and crisis**. United Kingdom: Cambridge University Press, 1987.
939. PITELIS, C. N.; WAHL, M.W. **Edith Penrose: pioneer of stake holder theory**. Long Range Planning, London, v.31, n.2, p. 252-261. 1998.
940. POLLETTI, Ronaldo Rebello de Britto. **Avaliação dos cursos jurídicos**. In: OAB Ensino Jurídico: parâmetros para elevação de qualidade e avaliação. Brasília: [s.n.], 1993. p. 87-91.
941. _____. **OAB: ensino jurídico**. In: OAB Ensino Jurídico: diagnóstico, perspectiva e propostas. Brasília: [s.n.], 1996. p. 271-279.
942. POLLETTI, Ronaldo Rebello de Britto. **Parecer oferecido ao conselho da faculdade de direito sobre as conclusões do seminário “o emprego público nas Instituições Federais de Ensino”**. In: ARAÚJO, Cristiano Paixão de. (Org.). Redefinindo a relação entre professor e a universidade: emprego público nas Instituições Federais de Ensino. Brasília: Universidade de Brasília; Faculdade de Direito; CESPE, 2002. v.1, p. 21-25. (O que se pensa na Colina).
943. PONTES, Heloísa. **Brasil com Z: a produção estrangeira sobre o país, editada aqui, sob a forma de livro, entre 1930 e 1938**. In: MICELI, Sérgio (Org.). História das ciências sociais no Brasil. São Paulo: Sumaré, 1995. v. 2, p. 441-478.
944. _____. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasiliana” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1989. v.1, p. 359-409.

945. PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. Tradução de Elizabeth Maria de Pinto Braga. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
946. PORTO, Walter Costa. **A atuação do judiciário no cenário sócio-político nacional**. In: 1ª JORNADA DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, 1996. (Série Cadernos do CEJ, v. 11).
947. PRADO, Luiz Regis; KARAM, Munir. **Estudos de filosofia do direito: uma visão integral da obra de Hans Kelsen**. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1985.
948. PRESSBURGER, Miguel. **(Dis)função e (des)funcionamento do judiciário**. In: PINHEIRO, J. E. *Ética, justiça e direito: reflexões sobre a reforma do judiciário*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 188-209, 1996.
949. PRESSBURGER, Miguel. **OAB – ensino jurídico**. In: OAB Ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas. Brasília, 1996. p. 225-230.
950. PRESSER, Nelo Ricardo. **Judiciário: a morte anunciada**. Direito Militar: Revista da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais, n. 22, p. 13, mar./abr. 2000.
951. PRIANTE, José; ANDRADA, Bonifácio de. **Parecer à proposta de emenda à Constituição nº 96/92**. Rio de Janeiro: Associação dos Magistrados Brasileiros, maio 1999. p. 1-137.
952. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **A democracia na América Latina**. New York: PNUD, 2004.
953. PROGRAMA de pós-graduação em história da Universidade Federal do Paraná. Boletim BIB, n. 11, p. 5-6, 1981.
954. PROJETO Justiça Comunitária. Disponível em: < <http://www.justilex.com.br/JustilexPortal/UltimasNoticias.asp?id=123>>. Acesso em: 25 out. 2005.
955. PUGGINA, Márcio Oliveira. **A hermenêutica e a justiça do caso concreto**. In: PINHEIRO, J. E. *Ética, justiça e direito: reflexões sobre a reforma do judiciário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 163-175.
956. QUADROS, Cerdônio (Coord.). **6º Seminário Nacional de Direito Administrativo: agências executivas, agências reguladoras e organizações sociais**. Boletim de Direito Administrativo, v. 16, n. 11, p. 801-822, nov. 2000.
957. QUEIROZ, Antônio Carlos. **Você sabe com quem está falando?: problemas da identidade brasileira**. Jornal do Sindjus, n. 24, p. 9-11, maio 2005.
958. QUEIROZ, Fernanda Mendes; NORONHA, Daisy Pires. **Temática das dissertações e teses em ciência da informação no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da USP**. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 2, p. 132-142, maio/ago. 2004.
959. RAMOS, Cosete. **Uma proposta diferente de educação**. Escola Nacional de Administração Pública: Brasília: UnB, 1987.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

960. A REFORMA do judiciário. Boletim Ibccrim, v.11, n.130, p.1, set. 2003.
961. REFORMA do Poder Judiciário Uma proposta da AJUFE. Revista da Associação dos Juízes Federais do Brasil, p. 1-15, 2003.
962. REIS, Clayton. **A valiosa formação dos magistrados.** Revista de Ciências Jurídicas, v. 2, n. 1, p. 33-41, 1998. <Disponível em: www.dpp.uem.br/001.htm>. Acesso em: 25 out. 2005.
963. RENAULT, Sérgio. **O executivo e a reforma do judiciário.** Revista Fórum, v. 2, n. 11, p. 27-31, nov./dez. 2003.
964. RENAULT, Sérgio. Que a justiça seja feita. **Revista Isto É**, n. 1778, p. 7-11, 29 out. 2003.
965. _____. **As reformas do judiciário.** Boletim Ibccrim, v. 11, n. 130, p. 12, set. 2003.
966. REYNOLDS, William L. **Judicial process in a nutshell.** St. Paul: West Group, 2003.
967. REZENDE, Conceição Aparecida Pereira; TRINDADE, Jorge. **Manual de atuação jurídica em saúde pública.** In: BRASIL. Ministério da Saúde. Direito sanitário e saúde pública. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. v. 2, p. 21-37.
968. RIBAS JÚNIOR, Salomão. **Uma viagem a Hessen: a função dos tribunais de contas: as realidades no Brasil e na Alemanha.** Florianópolis: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 1996.
969. RIBEIRO, Guilherme Wagner. **Em defesa da pesquisa no ensino jurídico.** Disponível em: <www1.jus.com.br/doutrina/texto>. Acesso em: 25 out. 2005.
970. RIBEIRO, João Ubaldo. **Somos um país corrupto.** Revista Veja, p. 11-15, 18 maio, 2005.
971. RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **Introdução à história da educação brasileira.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
972. RIBEIRO, Paulo de Tarso. **Direito e mudança social.** In: FARIA, J. E. A crise do direito numa sociedade em mudança. Brasília: UnB, 1988. p. 81-89.
973. RIBEIRO, Renato Janine. **A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
974. RIBEIRO, Renato Janine. **A última razão dos reis: ensaios sobre filosofia e política.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
975. RICHE, Flávio Elias. **A influência do paradigma científico-natural no pensamento político-social moderno.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.
976. RISSE, Thomas. **Global governance and communicative action, Government and Opposition.** An Journal of Comparative Politics, v. 39, n. 2, p. 288-313, 2004.
977. RIVAS, Leonardo José de Pádua. **O ensino jurídico brasileiro e propostas para a melhoria da qualidade do ensino.** Disponível em: <www1.jus.com.br/doutrina/texto>. Acesso em: 25 out. 2005.

978. ROBERT, Dahl. **Análise política moderna**. Brasília: UnB, 1998. s.p.
979. ROBERTO, DaMatta. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 5. ed. Rio De Janeiro: Guanabara, 1990. p.
980. _____. **Conta de mentiroso**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 212 p.
981. _____. **O que faz o Brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1990. 126 p.
982. ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. **A atuação do judiciário no cenário sócio-político nacional**. In: 1ª JORNADA DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, v. 11, 1996. (Série Cadernos do CEJ)
983. _____. **A reforma do poder judiciário**. Cidadania e Justiça, p. 47-70, 1. sem. 1998.
984. ROCHA, Fernando Antônio Dusi. **Reflexões sobre a gênese das agências reguladoras**. In: Temas de direito: homenagem ao Ministro Humberto Gomes de Barros. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p. 217-232.
985. ROCHA, Jaqueline Mainel. **Discricionariedade técnica e poder normativo das agências reguladoras brasileiras**. In: Limites jurídicos da regulação e defesa da concorrência. Porto Alegre: S. A. Fabris, 2003. p. 135-215.
986. ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Fundamentos e fronteiras da sociologia jurídica : os clássicos**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.
987. ROCHA, Leonel Severo. **A racionalidade jurídica e o ensino do direito**. In: OAB Ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas. Brasília, 1996. p. 193-201.
988. ROCHA, Lincoln Magalhães da. **Federalismo e ativismo judicial nos Estados Unidos**. In: A Constituição Americana: dois séculos de direito comparado. 1990. p. 11-35. (Edições Trabalhistas)
989. _____. **A restauração da dignidade da ciência jurídica através do direito comparado**. Brasília: Instituto dos Advogados do Distrito Federal, 1988.
990. RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Ensino jurídico para que(m)? : tópicos para análise e reflexão**. In: OAB Ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas, Brasília, p. 101-120, 1996.
991. RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **O poder judiciário no Brasil**. Cadernos Adenauer III, O terceiro poder em crise. Rio de Janeiro : Fundação Konrad Adenauer, n. 6, 2003. p. 13-53.
992. RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. **Miguel Reale e o paradigma culturalista aplicado à sociologia brasileira**. In: LAFER, Celso; LAFER, Ferraz Júnior; SAMPAIO, Tércio (Org.). Direito, política, filosofia, poesia: estudos em homenagem ao Professor Miguel Reale no seu octogésimo aniversário. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 445-450.
993. ROHDEN, Valério. (Org.). **Ética e política**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

994. ROMZEK, Bárbara S. **Dynamics of public sector accountability in na era of reform.** International Review of Administrative Sciences. v. 66, n. 1, p. 21-44, 2000.
995. RONDELLI, Elizabeth; SARTI, Ingrid. **Informação científica virtual.** Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, v. 4, n. 6, 2004. p. 123-132.
996. ROSA, Edgard Lincoln de Proença. **Poder judiciário no Brasil: aspectos de sua reforma.** Revista de Informação Legislativa. Brasília, v. 40, n. 158, p. 23-70. 2003.
997. ROSA, Eliézer. **A voz da toga.** 3. ed. Goiânia: AB Editora, 1999. 120 p.
998. ROSA, Felipe Augusto de Miranda. **Ambigüidades no sistema constitucional.** Correio Braziliense, Brasília, 06 maio 1996, Caderno Direito & Justiça, p. 2.
999. _____. **O aprendizado do Direito.** Correio Braziliense, Brasília, 4 jul. 1994. Caderno Direito & Justiça, p. 2.
1000. _____. **Auto-análise do Judiciário.** Correio Braziliense, Brasília, 05 dez. 1994. Caderno Direito & Justiça, p. 5.
1001. ROSA, Felipe Augusto de Miranda. **A busca de um novo Judiciário.** Correio Braziliense, Brasília, 18 ago. 1997. Caderno Direito & Justiça, p. 2.
1002. _____. **A carreira da magistratura.** Correio Braziliense, Brasília, 3 out. 1994. Caderno Direito & Justiça, p. 2.
1003. _____. **O direito, a composição e a ocultação de conflitos.** Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, n. 4, p. 13-17, 1989.
1004. _____. **O ensino jurídico.** Correio Braziliense, Brasília, 29 jun. 1998. Caderno Direito & Justiça, p. 2.
1005. _____. **Entre a política e a justiça.** Cidadania e Justiça, Rio de Janeiro, n. 10, p. 35-39, 2001.
1006. _____. **A ética.** Revista Fórum, Belo Horizonte, n. 6, p. 27-30, 2003.
1007. _____. **Formação de Juízes.** Correio Braziliense, Brasília, 11 ago. 1997. Caderno Direito & Justiça, p. 4.
1008. _____. **Globalização e pluralismo jurídico.** Correio Braziliense, Brasília, 06 out. 1997. Caderno Direito & Justiça, p. 6.
1009. _____. **Incômodas verdades sobre alguns problemas do Judiciário.** Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, p. 47-53, 2003.
1010. _____. **Juiz intérprete ou criador.** Cadernos Liberais, n. 47, p. 1-9, 1987.
1011. _____. **Uma justiça mais rápida e mais conhecida.** Correio Braziliense, Brasília, 2 set. 1996. Caderno Direito & Justiça, p. 7.

1012. _____. **Modelo ideológico da ordem jurídica**. Correio Braziliense, Brasília, 8 abr. 1996. Caderno Direito & Justiça, p. 2.
1013. _____. **Quanto tempo demora um processo?** Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v. 4, n. 14, p. 162-190, 2001.
1014. _____. **A questão do recrutamento de magistrados**. Correio Braziliense, Brasília, 24 out. 1994, Caderno Direito & Justiça, p. 3.
1015. _____. **Reforma? Qual reforma?** Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 197-198, 1999.
1016. _____. **Sociologia do Direito: o fenômeno jurídico como fato social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
1017. ROSA, Felipe Augusto de Miranda. **A universidade e a formação de Juízes**. Revista da EMERJ, v. 2, n. 6, p. 163-165, 1999.
1018. ROSA, Felipe Augusto de Miranda; CANDIDO, Odila Dinorá de Alagão. **Jurisprudência e mudança social**. Rio de Janeiro : Zahar, 1988. 180 p.
1019. ROSAS, Roberto. **Avaliação dos cursos jurídicos**. In: OAB Ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas. Brasília, 1996. p. 269-270.
1020. ROSENBERG, Victor. **O lado escuro da tecnologia da informação**. Brasília: s.n., 2003. p. 1-4.
1021. ROSS, Alf. **Direito e justiça**. Tradução e notas de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2000. 432p.
1022. _____. **Hacia una ciencia realista del derecho critica del dualismo en el derecho**. Buenos Aires : Abeledo-Perrot, 1961. 333 p.
1023. _____. Intent in english law. **Scandinavian Studies in Law**. Estocolmo: Editora Almquist, n. 23, p. 177-209, 1979.
1024. _____. **A textbook of international law general part**. Toronto: Longmans, Green and Co., 1947. 313 p.
1025. _____. **Tü-tü**. Porto Alegre: Revista da Consultoria Geral do Estado. Porto Alegre, v. 5, n. 13, p. 11-26, 1975.
1026. ROSSETTI, José Paschoal. **Política e programação econômicas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1993. 349p.
1027. ROSSMAN, Parker. **The emerging worldwide electronic university** : information age global higher education, contributions to the study of Education, n. 57, London: Greenwood Press, 1992.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

1028. ROVER, Aires J. **A educação à distância no ensino de graduação: contexto tecnológico e normativo**. [S.l.:s.n.], [200?]
1029. _____. **As novas tecnologias da informação na educação**. Disponível em: <www.infojur.ufsc.br/aires>. Acesso em: 25 out. 2005.
1030. RUBINO, Silvana. **Clubes de pesquisadores. A sociedade de etnologia e folclore e a sociedade de sociologia**. In: MICELI, Sérgio. História das ciências sociais no Brasil. São Paulo: Sumaré, 1995. v. 2, p. 479-522.
1031. RUIVO, Fernando. (Org.). **Aparelho judicial, estado e legitimação**. In: FARIA, J. E.. Direito e Justiça: a função social do judiciário. São Paulo: Ática, 1989. p. 66-94.
1032. RUIZ, Urbano. **O judiciário visto pelos juízes**. Revista do Advogado. São Paulo, n. 43, p. 31-33, 1994.
1033. _____. **A questão do judiciário e da justiça no Brasil**. In: PINHEIRO, J. E. Ética, Justiça e Direito: Reflexões sobre a reforma do judiciário. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 145-162.
1034. RULLI JÚNIOR, Antônio. **Mestrado profissionalizante e jurisdição**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, n. 21, p. 201-205, 2003.
1035. _____. **Reforma do poder judiciário aspectos institucionais**. Revista da EMERJ. São Paulo, v. 3, n. 9, p. 196-200, 2000.
1036. _____; GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida (Org.). **Estudos em homenagem ao acadêmico Ministro Sydney Sanches**. 2. ed. São Paulo: Fiúza Editores, 2003. 326 p.
1037. RUSSEL, Bertrand. **A sociedade humana na ética e na política**. São Paulo: Nacional, 1956. 235 p.
1038. SABINE, C. D. (Org.). **Accountability: systems planning in education**. [S.l.:s.n], 1973.
1039. SACHAR, Rajindar. **Judicial accountability**. Disponível em: <www.pucl.org/Topics/Law/2002/accountability.htm>. Acesso em: 25 out. 2005
1040. SACKS, David B. **Panel to set standards on judicial accountability**. Disponível em: <www.falseallegations.com>. Acesso em: 25 out. 2005
1041. SADEK, Maria Tereza. Controle externo do poder judiciário. In: SADEK, Maria Tereza (Org.). **Reforma do judiciário**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001-b. p. 91-180.
1042. _____. **Estudos sobre o sistema de justiça**. [S.l. :s.n], [199?]
1043. _____. **Uma introdução ao estudo da justiça**. São Paulo: Sumaré, 1995. 63 p.

1044. _____. **O judiciário no Brasil de hoje**. In: A Justiça federal: análise da imagem institucional. Brasília. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários. Cadernos do CEJ. 1995. [s. p.]
1045. _____. **Magistrados: uma imagem em movimento**. Revista Brasileira de Ciências Sociais,, São Paulo, v.13, n. 38, out. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 05 out. 2005.
1046. _____. O Ministério Público e a justiça no Brasil. **Revista do Ministério Público do Estado do Sergipe**, v. 6, n. 11, p. 75-108, 1996.
1047. _____. O pacto federativo em questão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, fev. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 05 out. 2005.
1048. _____. A visão dos juízes sobre a reforma do judiciário. In: SADEK, Maria Tereza; ARANTES, Rogério bastos; PINHEIRO, Armando Castelar. **Os juízes e a reforma do judiciário**. São Paulo: Centro de estudos do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, 2001. 68 p.
1049. _____. (Org.). **Acesso à Justiça**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. 278 p.
1050. _____. (Org.). **O judiciário em debate**. São Paulo: IDESP, ED. Sumaré, 1995. 72 p.
1051. _____. (Org.). **Reforma do judiciário**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001-c.
1052. _____; ARANTES, Rogério Bastos. **A crise do judiciário e a visão dos juízes**. **Revista USP**, n. 21, p.34-45, 1994.
1053. _____; DANTAS, Humberto. **Os bacharéis em direito na reforma do judiciário: técnicos ou curiosos?** São Paulo em Perspectivas, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 101-111, abr./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 05 out 2005.
1054. SAGOR, R. **Local control and Accountability**. Thousand Oaks, CA: Corwin Press, Sage Publ., 1996.
1055. SALDANHA, Nelson. O poder judiciário e a interpretação do direito. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 31, n. 30/31, p. 47-59, 1987-1988.
1056. SALDANHA, Ricardo. **Como fazer as intranets chegarem lá**. Disponível em: <<http://www.informal.com.br/portal/page>>. Acesso em: 4 out. 2005.
1057. SALOMÃO, Luiz Felipe. Tendências atuais do judiciário. **Revista da EMERJ**, v. 6, n. 21, p. 166-174, 2003.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

1058. SALOMON, Jean-Jacques. **Misère de la recherche – Pour une politique de la science et de la technologie – Voies et moyens à la mesure des nouveaux enjeux.** Paris: s.n., 1992. 37 p.
1059. SAMPAIO, José Adércio Leite. **15 anos de Constituição: história e vicissitudes.** Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
1060. SAMPAIO, Marília de Ávila e Silva. **Competência normativa das agências reguladoras.** Correio Braziliense, Brasília, 25 mar. 2002. Caderno Direito & Justiça, p. 3.
1061. SAMPAIO, Plínio de Arruda. **A visão externa da justiça federal.** In: A justiça federal: análise da imagem institucional. 1995. (Série Cadernos do CEJ, v. 13).
1062. SAMPAIO, Ricardo. **As ações coletivas e a reforma do judiciário – o poder normativo e o dissídio econômico de ambas as partes.** Revista do Tribunal Superior do Trabalho, v. 66, n. 3, p. 27-33, jul./set. 2000.
1063. SANCHES, Sydney. **Os problemas que envolvem o poder judiciário no Brasil.** Revista Amagis, v. 1, n. 1, p. 80-85, 1983.
1064. SANCHES FILHO, Alvino Oliveira. **Acesso à justiça.** In: SADEK, Maria Tereza (Org.). Reforma do judiciário, São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. p. 181-216.
1065. SÁNCHEZ VASQUEZ, Adolfo.; DELL'ANNA, João (Trad.). **Ética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
1066. SANCTIS, Fausto Martin de. **Escola da Magistratura e Formação do Juiz.** (concurso de monografias promovido pela AJUFE). 1995 (Série Monografias do CEJ ; v. 1).
1067. SANT'ANNA, Alayde Avelar Freire. **A radicalização do Direito.** Porto Alegre: S. A. Fabris Editor, 2004.
1068. SANTANA, Heron José de. **Os crimes contra a fauna e a filosofia jurídica ambiental.** In: SOARES JÚNIOR, Jarbas; GALVÃO, Fernando. Direito ambiental na visão da magistratura e do Ministério Público. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. p. 305-327.
1069. SANTOS, Aline de Menezes. **Reflexões sobre a governança corporativa no Brasil.** Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, v. 42, n. 130, p. 180-206, abr./jun. 2003.
1070. SANTOS, André Luiz Lopes; ANDRADE, Rogério Emílio de. **Direito e política: nos marcos da interdisciplinaridade.** Campinas: Edicamp, 2003.
1071. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegômenos a uma concepção pós-moderna do Direito.** Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 4, n. 13, p. 253-277, jan/mar. 1996-c.
1072. _____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez Editora, 2002-a.

1073. _____. **Da idéia de universidade à universidade de idéias.** In: PINTO, Cristiano Paixão de Araújo (Org). Redefinindo a relação entre o professor e a universidade: emprego público nas Instituições Federais de Ensino? Brasília: Faculdade de Direito/CZ/CESPE, 2002b. p.87-133. (Coleção “O que se pensa na Colina”).
1074. _____. **O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica.** Boletim da Faculdade de Direito/Universidade de Coimbra. Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor J. J. Teixeira Ribeiro, número especial, p. 227-241, 1979.
1075. _____. **Ética: a conduta em xeque.** Revista Fórum, v. 2, n. 6, p. 31-34, jan./fev. 2003.
1076. _____. **Florestan: um sociólogo comprometido com seu tempo.** Estudos Avançados, n. 26, p.17-21, 1996-a.
1077. _____. **A formação dos magistrados em Portugal. Que renovação?.**
1078. _____. **Introdução à sociologia da administração da justiça.** In: FARIA, J. E. (Org.). Direito e Justiça: a função social do judiciário. São Paulo: Editora Ática, 1989-a. p. 37-65.
1079. _____. **Justiça popular, dualidade de poderes e estratégia socialista.** In: FARIA, J. E. (Org.). Direito e Justiça: a função social do judiciário. São Paulo: Editora Ática, 1989-b. p. 185-205.
1080. _____. **Pela mão de Alice : o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1999.
1081. _____. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** São Paulo: Cortez, 2004.
1082. _____; MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João. **Os tribunais nas sociedades contemporâneas.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 30, n. 11, p. 29-62, fev. 1996.
1083. _____; MARQUES, Maria Manuel Leitão.; PEDROSO, João. **Os Tribunais nas sociedades contemporâneas : o caso português.** Porto: Edições Afrontamento, 1996-b.
1084. SANTOS, Cristian José Oliveira. **Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da igreja católica.** Brasília: UnB, 2005.
1085. SANTOS, Márcia Walquiria Batista dos.; Amanda Brisola. **Agências reguladoras no Brasil.** Boletim de Direito Administrativo, v. 18, n. 5, p. 627-635, ago. 2002.
1086. SANTOS, Maria Caetana Cintra. **O Ministério Público e o controle das agências reguladoras.** Boletim dos Procuradores da República, v. 5, n. 65, p. 9-17, set. 2003.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

1087. SANTOS, Nildo Nery dos. **A filosofia das escolas de magistratura**. Revista Esmafe, n. 1, p. 25-34, 2001.
1088. SANTOS, Roberto A. O. **A Escola da Magistratura na reforma do judiciário**. Revista do TRT/8ª Região, v. 33, n. 64, p. 25-34, jan./jun. 2000.
1089. _____. **Grupo de pressão de magistrados e governabilidade democrática**. In: PINHEIRO, J. E. Ética, Justiça e Direito. Reflexões sobre a reforma do judiciário. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 210-229.
1090. _____. **OAB – ensino jurídico**. In: OAB Ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas. Brasília, 1996-b. p. 245-255.
1091. SANTOS, Rogério Dutra dos. **A crítica à indeterminação da decisão judicial: o diálogo entre Duncan Kennedy e Carl Schmidt**. Cadernos Adenauer III, O terceiro poder em crise, Rio de Janeiro, fev. 2003. p. 119-151.
1092. SANTOS, Sidney Francisco Reis dos. **A concepção do despotismo democrático em Alexis de Tocqueville**. In: WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução à história do pensamento político. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 267-296.
1093. SANTOS FILHO, José Camilo dos. **A interdisciplinaridade na Universidade: relevância e implicações**. Brasília: Educação Brasileira, 2. sem. 1992. p. 59-80.
1094. SARAIVA, Paulo Lopo. **A OAB e o ensino jurídico**. In: OAB Ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas. Brasília, 1996. p. 231-233.
1095. SARDAS, Letícia de Faria. **Função do Poder Judiciário no Mundo Moderno**. Revista da EMERJ, v. 6, n. 21, p. 180-190, 2001.
1096. SARTORI, Ivan Ricardo Garisio. Reforma do Judiciário. Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura, v. 4, n. 18, p. 87-93, nov./dez. 2003.
1097. SCHEDLER, Andreas. Judging the judge: the logics of judicial accountability. México: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2003.
1098. _____; DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc F. The self-restraining state: power and accountability in new democracies. London: Lynne Rienner Publishers, 1999.
1099. SCHEMAN, Ronald. As instituições jurídicas e os direitos humanos nos Estados Unidos. Revista Jurídica, v. 10, n. 56, p. 24-34, 1962.
1100. _____. A magistratura de carreira no Brasil, Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 19, p. 223-233, jul. 1965.
1101. SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. École Nationale de la magistrature. Brasília-DF: Escola Nacional da Magistratura, 2004.

1102. SCHMITTER, Philippe C. **The quality of democracy – the virtues of accountability**. Journal of Democracy, v. 15, n. 4, p. 47-60. out. 2004.
1103. SCHOLTE, Jan Aart. **Civil society and democratically accountable global governance**. Government and opposition – An International Journal of Comparative Politics, v. 39, n. 2, p. 211-233. 2004.
1104. SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. **Por uma mudança no tempo do judiciário: percepções sobre seleção, formação e carreira de magistrados da justiça comum do Estado de São Paulo**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 6, n. 24, p. 257-268, out./dez. 1998.
1105. SCHWARTSMAN, Hélio. **O país das corporações**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/ult510u159.shtml>>. Acesso em: 25 out. 2005.
1106. SCHWARTZ, Bernard. **O federalismo norte-americano atual: uma visão contemporânea**. Tradução de Elcio Cerqueira. Rio De Janeiro: Forense Universitária, 1984.
1107. SCHWARTZ, Germano. **Direito e literatura: proposições iniciais para uma observação de segundo grau do sistema jurídico**. Revista da Ajuris, Porto Alegre, v. 31, n. 96, p. 125-139, dez. 2004.
1108. SCHWARTZMAN, Simon. **Universidade, ideologia e poder**. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/filosof.htm>>. Acesso em: 25 out. 2005.
1109. SCOTT, P. **The changing role of the university in the production of new knowledge**. Tertiary Education and Management, v. 3, n. 1, 1997, p. 5-14.
1110. SECCO, Alexandre. **Ordem no tribunal**. Revista Veja, São Paulo, v. 36, n. 17, p. 46-48, 30 abr. 2003.
1111. SELZNICK, Philip. **Cooptação: um mecanismo para a estabilidade organizacional**. In: CAMPOS, Edmundo (Org.). Sociologia da burocracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 93-100.
1112. SEMINÁRIO COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL, 2001, Brasília. Cooperação judiciária internacional. Brasília: AJUFE: ANPR, 2002?
1113. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE FINANÇAS PÚBLICAS, 1996. Seminário Internacional sobre finanças públicas. Brasília: Ministério da Fazenda, 1996.
1114. SERRANO, Pablo Jiménez. **Metodologia do ensino e da pesquisa jurídica**. São Paulo: Manole, 2003. 179 p.
1115. SERRANO, Pablo Jiménez; PINTO FILHO, Heitor. **Manual básico do pesquisador: como escrever uma monografia jurídica**. São Paulo : LEUD, 2001. 59 p.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

1116. SÉRVULO, Cunha Sérgio. **Acesso à justiça, contribuição à reflexão sobre a reforma do judiciário.** In: Pinheiro, J.E.. Ética, Justiça e Direito: Reflexões sobre a reforma do judiciário. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 240-251.
1117. SHELDRAKE, P.; LINKE, R.D. (Ed.). **Accountability in higher education.** London: George Allen & Unwin, 1979. 179 p.
1118. SHIPPS, D.; FIRESTONE, W.. **Juggling accountabilities.** Education Week, American Education's Newspaper of Record, v. 22, n. 41, p. 45-56, 18 jun. 2003.
1119. SIFUENTES, Mônica Jacqueline. **O Poder Judiciário no Brasil e em Portugal: reflexões e perspectivas.** In: FIGUEIREDO TEIXEIRA, Sálvio de (Coord.). Estudos em homenagem ao Ministro Adhemar Ferreira Maciel. São Paulo: Saraiva, 2001. p.523-546.
1120. _____. **Reforma do judiciário deveria discutir a formação dos juízes.** Disponível em: <www.fenajufe.org.br/art/forma_juizes>. Acesso em: 25 out. 2005.
1121. _____. **Responsabilidade penal pela má utilização da água.** Revista do TRF da 1ª Região, Brasília DF, v. 13, n. 5, p. 10-18, maio 2001.
1122. _____. **Seleção e formação de magistrados em Portugal: novo sistema.** In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. O JUIZ: seleção e formação de magistrados no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. p. 245-252.
1123. SILVA, Dalmo. **Conferência mundial sobre a independência da justiça.** Revista da AMB, São Paulo, Edição Especial, p. 1-7, 1991.
1124. _____. **Influências exercidas contra o magistrado na sua missão de julgar.** Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 6, p. 48-49, jan./mar. 1991.
1125. _____. **Recrutamento de magistrados. Sua posição na sociedade.** Revista da AMB, São Paulo, Edição Especial, p. 27-31, 1991.
1126. SILVA, Fernando Quadros da. **Agências reguladoras: a sua independência e o princípio do estado democrático de direito.** Curitiba: Juruá, 2002.
1127. SILVA, Flávio Ernesto Rodrigues; BORGES, Leonardo Dias. **A informática a serviço do processo.** Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 81-97, abr. 2004.
1128. SILVA, Jonathas. **OAB – ensino jurídico.** In: OAB Ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas. Brasília DF: [s.n.], 1996. p. 157-159.
1129. SILVA, Sérgio Luís da. **Gestão do conhecimento: uma revisão crítica orientada pela abordagem da criação do conhecimento.** Ciência da Informação, Brasília, v. 33, n. 2, p. 143-151, maio 2004.

1130. SILVA, Zélio Furtado da. **O conteúdo sociológico na criação dos princípios jurídicos.** Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco, Brasília, v. 1, n. 2, p. 79-106, maio 1996.
1131. SILVA JÚNIOR, Azor Lopes. **Teoria e técnicas didáticas propostas ao ensino de Direito.** Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3519>>. Acesso em: 25 out. 2005.
1132. SILVEIRA, José Néri da. **Aspectos institucionais e estruturais do Poder Judiciário Brasileiro.** In: Teixeira, S. F.: O Judiciário e a Constituição. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 01-22.
1133. _____. **Poder judiciário na República.** Jurisprudência Catarinense, Florianópolis, v. 18, n. 66, p. 21-34, 1990.
1134. _____. **O Supremo Tribunal Federal e o Poder Judiciário brasileiro.** Jurisprudência Mineira, Belo Horizonte, v. 41, n. 112, p. 17-29, out./dez. 1990.
1135. SILVEIRA, Rúbia Maria Melo. **Confronto de discurso e prática da política governamental para capacitar docentes.** São Paulo: PUC, 2001.
1136. SIMEÃO, Elmira Luzia Melo Soares. **Comunicação extensiva e o formato do periódico científico em rede.** Brasília: UnB, 2003.
1137. SIMONI, Liane Maia. **O poder judiciário como espaço simbólico do político.** Ajuris, Porto Alegre, v. 18, n. 52, p. 213-215, jul. 1991.
1138. SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO – SINDJUS. **Vontade política, já!** Jornal do Sindjus, Brasília, maio 2005.
1139. SIQUEIRA, Márcia Dalledone. **Faculdade de Direito, 1912-2000,** Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2000.
1140. SIQUEIRA, Moema Miranda de et al. **Radioatividade: imaginário social e gestão de risco.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 427-442, mar./abr. 2003.
1141. SIQUEIRA FILHO, Élio Wanderley de. **Mobilização de pessoas.** In: Qualidade na justiça, Instituto Nacional da Qualidade Judiciária. Porto Alegre: Gráfica MetrÓpole, 2004. p. 49-52.
1142. SIZER, J. Accountability. In: Clark, B. R.; Neave, G. Encyclopedia of Higher Education. [S.l.:s.n.], 1992. p. 1305-1313.
1143. SLAIBI Filho, Nagib. **Administração judiciária e organização judiciária.** Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 29, p. 51-75, 2005.
1144. SLAUGHTER, Anne-Marie. **Disaggregated sovereignty: towards the public accountability of global government networks.** Government and opposition : an International Journal of Comparative Politics, v. 39, n. 2, p. 159-189, 2004.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

1145. SMULOVITZ, Catalina & Peruzzotti. **Social accountability in Latin America**. Journal of Democracy, v. 11, n. 4, p. 147-158, out. 2000.
1146. SOARES, Maria Susana Arrosa. **Os intelectuais latino-americanos: ontem e hoje**. Cadernos Adenauer IV: os intelectuais e a política na América Latina, Rio de Janeiro, p. 127-140, fev. 2004.
1147. SOARES, Orlando. **A eletividade da magistratura no Brasil**. Revista Forense, Rio de Janeiro, v. 83, n. 299, p. 383-394, jul./set. 1987.
1148. SOARES, Ronald. **O princípio constitucional da autonomia dos Tribunais**. Decisório Trabalhista: revista de doutrina e jurisprudência dos Tribunais Regionais do Trabalho, TST, STJ e STF, Curitiba, n. 99, p. 9-20, 2002.
1149. SOARES JÚNIOR, Jarbas ; GALVÃO, Fernando. **Direito ambiental na visão da magistratura e do ministério público**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
1150. SOBREIRA, Maria de Fátima de A.; COSTA, Ednamar A. da Silva. **Concursos de direito: teste seu conhecimento**. Rio de Janeiro: Aide, 1994.
1151. SODRÉ, Ruy de Azevedo. **O advogado, seu estatuto e a ética profissional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967.
1152. SOLA, Lourdes. **Estudo de caso Estados Unidos Canadá e Argentina**. In: COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, SEMINÁRIO INTERNACIONAL ÉTICA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO, ENCONTRO DE REPRESENTANTES SETORIAIS DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, 2., 2002, Brasília. Brasília: Esaf, 2002. p. 53 - 70.
1153. SORJ, Bernardo. **Estratégias, crises e desafios das ciências sociais no Brasil**. In: MICELI, Sérgio. (Org.). História das ciências sociais no Brasil. São Paulo: Sumaré, 1995. p. 309-340.
1154. SOUSA, Ana Maria Costa de. **A auto-avaliação como referência à avaliação externa: a prática da Unit**. [S.l.: s.n.].
1155. SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Atualidades e tarefas de sociologia jurídica**. Correio Braziliense , Brasília, 5 jun 1995 . Caderno Direito e Justiça, p. 2.
1156. _____. **Novas sociabilidades, novos conflitos, novos direitos**. In: PINHEIRO, J. E.. Ética, justiça e direito: reflexões sobre a reforma do judiciário. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 91-99.
1157. _____. **Repensar a Universidade, repensar-se, situar civilizatoriamente o potencial utópico e crítico de um projeto cultural para o país**. In: PINTO, Cristiano Paixão de Araújo. (Org.). Redefinindo a relação entre o professor e a universidade: emprego público nas Instituições Federais de Ensino ?. Brasília: Faculdade De Direito/CESPE, 2002. p. 9-11. V. 1.

1158. SOUTO, Cláudio. **OAB - ensino jurídico**. In: OAB Ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas. 2. ed. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1996. p. 91-93.
1159. _____. **Pós-modernidade científica e ciência do direito**. Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco, Pernambuco, v. 1, n. 2. p. 107-123. 1996.
1160. SOUTO, Marcos Juruena Villela. **Agências reguladoras**. Revista de Direito Administrativo, n. 216, p. 125-162, abr./jun., 1999.
1161. SOUZA, Anderson Freire de. **Sociologia jurídica, modernidade e ciência do direito**. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto>>. Acesso em: 25 out. 2005.
1162. SOUZA, Carlos Aurélio Mota de. **Poderes éticos do juiz: a igualdade das partes e a repressão ao abuso no processo**. Porto Alegre: S.A. Fabris, 1987.
1163. SOUZA, Carlos Fernando Mathias de. **Breve passeio pela história do direito brasileiro, passando pelos tributos**. Brasília: CEJ, 1999. (Monografias do CEJ, 8)
1164. SOUZA, Celina. **Constitutional Engineering in Brazil**. New York: St. Martin's Press, 1997.
1165. SOUZA, Clarice Muhlethaler de. **Gestão do conhecimento: uma estratégia para a tomada de decisão**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
1166. SOUZA, Eda Castro Lucas de. **Escolas de governo do Cone Sul: estudo institucional do INAP (Argentina) e da ENAP (Brasil)**. Brasília: UnB, 1996. (tese de Doutorado).
1167. SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: UnB, 2000.
1168. SOUZA, Joílson Andrade de. **Agências executivas e reguladoras**. L & C : Revista de Direito e Administração Pública, v. 5, n. 57, p. 13-17. mar. 2003.
1169. SOUZA, Mário Guimarães de. **O advogado**. Recife: Faculdade de Direito do Recife, 1935.
1170. SOUZA, Rodrigo Pagani de. **Participação pública nos processos decisórios das agências reguladoras: reflexões sobre o direito brasileiro a partir da experiência norte-americana**. Fórum Administrativo, v. 2, n. 14. p. 752-760. Abr. 2002.
1171. SOUZA, Romildo Bueno de. **A reforma do poder judiciário**. In: STJ : dez anos a serviço da justiça: doutrina. Brasília: Consulex, 1999. p. 89-106. Ed. Comemorativa.
1172. SOUZA, Vilmar Araújo de. **O ensino jurídico no Brasil**. Revista Gestão Universitária, n. 21. p. 8-10.
1173. SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de. **As ruas não se calam e exigem justiça**. Jornal do Sindjus, Brasília, 4 maio 2005.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

1174. SPECK, Bruno Wilhelm. **Inovação e rotina no Tribunal de Contas da União: o papel da instituição superior de controle financeiro no sistema político-administrativo do Brasil.** São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer, 2000.
1175. SPIGELMAN, J. J.. **Judicial accountability and performance indicators.** Disponível em: < www.lawlink.nsw.gov.au>. Acesso em: 25 out. 2005.
1176. STEEL, Ronald. **El presidente Wilson y los neoconservadores.** Política Exterior, v. 18, n. 97, p. 95-109, 2004.
1177. STID, Daniel D. **Woodrow Wilson & the problem of party government.** Polity, v. 26, n. 4. p. 553-578, 1994.
1178. STIFTUNG, Konrad Adenauer. **A constituição democrática brasileira e o poder judiciário.** São Paulo: 1999. (Debates, 20)
1179. STRECK, Lenio Luiz. **Súmulas no Direito brasileiro: eficácia, poder e função.** Porto Alegre: Livraria Do Advogado, 1998.
1180. SUANNES, Adauto Alonso S. **Judicialização da política e politização da justiça.** Boletim Ibccrim, v. 11, n. 128. p. 3-4., maio/jun. , 2003.
1181. SUASSUNA, Ítalo. **A universidade pesquisa: o mito e a necessidade.** Revista Brasileira de Tecnologia, Brasília, v. 16, n. 3. p. 5-14. 1985.
1182. SULINA, 2004.
1183. SUNAKOZAWA, Lúcio Flávio. **O ensino jurídico no limiar dos paradigmas ético-jurídicos (atuais e antigos) para (pré-) soluções de conflitos.** Disponível em: < www1.jus.com.br/doutrina/texto>. Acesso em: 25 out. 2005.
1184. SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Cândido da. **Conversando sobre ética e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1995.
1185. TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Gestão de instituições de ensino.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.
1186. TÁCITO, Caio. **Agências reguladoras da administração.** Revista de Direito Administrativo, n. 221, p. 1-5, jul./set., 2000.
1187. TAKAHASHI, Tadao. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde.** Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.
1188. TARAPANOFF, Kira; ÁLVARES, Lillian. **Cenários para serviços informacionais: infraestrutura de telecomunicações.** Brasília: Thesaurus, 1994.
1189. TAVARES, Daniela Sanches. **O sofrimento no trabalho entre servidores públicos: uma análise psicossocial do contexto de trabalho em um tribunal judiciário federal, 2003.** Dissertação (Mestrado) - Departamento de Saúde Ambiental, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

1190. TAYLOR, Frederick W. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1995.
1191. TEIXEIRA, Ariosto. **A judicialização da política no Brasil – 1990-1996**. Brasília: UnB, 1997.
1192. TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. **De Minas à vice-presidência do STJ**. Revista Del Rey Jurídica, Belo Horizonte, v. 6, n. 13, p. 12-15, jul./dez. 2004.
1193. _____. **A escola judicial**. In: _____. O judiciário e a constituição. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 169-188.
1194. _____. **As escolas judiciais no mundo contemporâneo**. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 38, n. 149, p. 5-12, jan./mar. 2001.
1195. _____. **As escolas da magistratura e a formação do magistrado para responder às demandas da sociedade**. In: JORNADA DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, 1., 1996, Brasília. Anais... Brasília: Conselho da Justiça Federal, 1996. (Série cadernos do CEJ, 11).
1196. _____. **Estatuto da magistratura e reforma do processo civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.
1197. _____. **Estudos sobre os judiciários norte-americanos e canadense**. In: _____. O judiciário e a constituição, São Paulo: Saraiva, 1994. p. 281.
1198. _____. **A formação do juiz contemporâneo**. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 147-157, 1998. Disponível em: <<http://www.cjf.gov.br/revista/numero4/artigo12.htm>>. Acesso em: 25 out. 2005.
1199. _____. **A formação e o aperfeiçoamento dos magistrados**. Revista da AJURIS, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 34-48, mar.1977.
1200. _____. **O judiciário brasileiro e as propostas de um novo modelo**. Revista de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, v. 1, n. 6, p. 23-28, jun. 1999.
1201. _____. **O judiciário brasileiro e as propostas de um novo modelo**. Revista de Processo, São Paulo, v. 24, n. 96, p. 91-95, out./dez. 1999.
1202. _____. **O judiciário e a constituição**. São Paulo: Saraiva, 1994.
1203. _____. **O juiz: seleção e formação do magistrado no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.
1204. _____. **A missão das escolas judiciais no mundo contemporâneo**. Revista ESMAFE, Recife, n. 1, p. 9-19, jan. 2001.
1205. _____. **A organização judiciária espanhola**. Revista Brasileira de Direito Processual, Uberaba, v. 6, p. 133-142, abr./jun.1976.
1206. _____. **Organização judiciária portuguesa**. LEMI Revista Jurídica, n. 73, p. 1-37. 1973.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

1207. _____. **A reforma do judiciário.** Correio Braziliense, Brasília, 2 set. 2002. Caderno Direito e Justiça, p. 2.
1208. _____. **A reforma do judiciário: reflexões e prioridades.** Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, Brasília, v. 14, n. 1, p.51-56, jan./jun. 2002.
1209. _____. **A reforma do judiciário na Alemanha Ocidental.** Revista Brasileira de Direito Processual, Uberaba, v. 3, p. 189-197, jul./set. 1975.
1210. _____. **A universidade: compromisso com a excelência e instrumento de transformação.** Cidadania e justiça, Rio de Janeiro, v.4, n.9, p.63-39, jul./dez. 2000.
1211. TEIXEIRA, Vinícius Ribeiro de Figueiredo. **Agências reguladoras e concorrência.** Revista CEJ, Brasília, v. 7, n. 23, p. 34-38, out./dez. 2003.
1212. TEIXEIRA FILHO, Jayme. **Evolução, conflitos e perspectivas.** Disponível em: <www.informal.com.br>. Acesso em: 25 out. 2005.
1213. TELLES JÚNIOR, Goffredo. **Ética: do mundo da célula ao mundo dos valores.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.
1214. TELLES JÚNIOR, Goffredo. **Tratado da conseqüência: curso de lógica formal: com uma dissertação preliminar sobre o conhecimento humano e sobre a definição e a divisão da filosofia.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.
1215. TÉLLEZ VALDÉS, Julio; GONZÁLEZ VALENCIA, Maria Del Socorro. **Acceso a la información judicial.** Nova Juris, v. 1, n. 1., p. 1-9, jan. 2005.
1216. O TERCEIRO poder em crise: impasses e saídas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003. 151 p. (Cadernos Adenauer, 3).
1217. TERRIEN, Frederic W.; MILLS, Donald L. **O efeito do tamanho sobre a estrutura interna das organizações.** In: CAMPOS, Edmundo (Org.). Sociologia da burocracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 68-74.
1218. TESHEINER, José Maria Rosa. **Poder Judiciário.** Revista da AJURIS, Porto Alegre, v. 18, n. 51, p. 150-157, mar. 1991.
1219. THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Max Weber e a ética nas organizações: cinco hipóteses sobre a cultura e a moral a partir de conceitos de Max Weber.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, abr. 1997.
1220. TINÔCO, Paulo. **As escolas da magistratura e a formação do magistrado para responder às demandas da sociedade.** In: JORNADA DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, 1., 1996, Brasília. Anais. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 1996. (Série cadernos do CEJ ; 11)
1221. TOCQUEVILLE, Aléxis de. **A democracia na América: sentimentos e opiniões.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

1222. TOJAL, Sebastião Botto de Barros. **Constituição dirigente e o direito regulatório do estado social: o direito sanitário**. IN: ARANHA, Márcio Iorio (Org.). Direito sanitário e saúde pública. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. v. 1. p. 21-37.
1223. TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
1224. TOURINHO NETO, Fernando Costa. **A reforma do poder judiciário**. AJUFE, v. 18, n. 61, p. 5-23, abr./jun. 1999.
1225. TRABALHO de bastidores. E-Journal USA, questões de democracia, v. 10, n. 1, p. 32-35, abr. 2005.
1226. TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **O ensino superior privado no Brasil**. Brasília: Paralelo 15, 2000.
1227. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das organizações internacionais**. Brasília: Escopo, 1990. 521 p.
1228. TRINDADE, Fernando. **Aspectos da reforma do judiciário (PEC nº 29, de 2000, no Senado)**. Revista de informação legislativa, v. 38, n. 150, p. 291-296, abr./jun. 2001.
1229. TRINDADE, Hélió Henrique. **As elites e o desenvolvimento brasileiro: uma pesquisa exploratória**. Porto Alegre: Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos, 1970. 85 p.
1230. TROW, Martin. **Trust, markets and accountability in higher education: a comparative perspective**. Higher Education Policy, v. 9, n. 4, p. 309-324, 1996.
1231. UDY JÚNIOR, Stanley H. **Burocracia e racionalidade na teoria Weberiana da organização: um estudo empírico**. In: CAMPOS, Edmundo (Org.). Sociologia da burocracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 48-58.
1232. UNGER, Roberto. **The quality of social arrangements as well as their content are in history**. In: _____. Politics: a work in constructive social theory. Estados Unidos: Verso books, 2004. 3 v.
1233. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Cursos sequenciais por campo de saber**. Recife: s.n., 1998. 119 p. (Série de desenvolvimento acadêmico, n. 3)
1234. UNIVERSIDADE DE SOROCABA. **Glossário de pesquisa**. Sorocaba: s.n., 1998.
1235. UNIVERSIDADE DE SOROCABA. **Normalização de apresentação de teses, dissertações, monografias e trabalhos de conclusão de cursos da Universidade de Sorocaba**. Sorocaba: s.n., 1998.
1236. VALLE, Silvio. **Questões de bioética**. Revista CEJ, Brasília, v. 3, n. 8, p. 113-115, mai/ago. 1999.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

1237. VALLS, Valéria Martins. **O enfoque por processos da NBR ISO 9001 e a sua aplicação nos serviços de informação.** Revista Ciência da Informação, Brasília, v. 33, n. 2, p. 175-178, maio/ ago. 2004.
1238. VARSAVSKY, Oscar. **Por uma política científica nacional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
1239. VASCONCELOS, Diniz Márcio Augusto de. **Reflexões sobre a teoria pura do direito.** Disponível em: <www.suigeneris.pro.br/literatura_direito23.htm> Acesso em: 25 out. 2005.
1240. VAZ, Henrique Lima. **Ética e Justiça: filosofia do agir humano.** In: PINHEIRO, J. E. (Org.). Ética, justiça e direito: reflexões sobre a reforma do judiciário. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 19-40.
1241. VEIGA, Gláucio. **A contribuição de Miguel Reale à história das idéias no Brasil: o racionalismo harmônico (Krause): a presença de Kant no Brasil e o culturalismo de Tobias Barreto.** In: LAFER, Celso; FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio (Coord.) Direito, política, filosofia, poesia: estudos em homenagem ao professor Miguel Reale no seu octogésimo aniversário. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 451-464.
1242. VELHO, Lea. **Indicadores científicos: em busca de uma teoria.** Interciência, v. 15, n. 3, p. 139-145, maio/ jun. 1990.
1243. VELLOSO, Carlos Mário da Silva. **Acima de tudo a Justiça.** Vida Brasil, Brasília, v. 14, n. 253, p. 8-14, 2000.
1244. _____. **O controle externo do Poder Judiciário.** Correio Braziliense, Brasília, 7 mar. 1994. Caderno Direito e Justiça, p. 1-5.
1245. _____. **Controle externo do Poder Judiciário e controle de qualidade do Judiciário e da Magistratura: uma proposta.** Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 83, n. 705, p. 7-18, jul. 1994.
1246. _____. **Do poder judiciário: como torná-lo mais ágil e dinâmico: efeito vinculante e outros temas.** Revista do Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 212, p. 7-26, abr./jun. 1998.
1247. _____. **As escolas de magistratura e a formação do magistrado para responder às demandas da sociedade.** In: JORNADA DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, 1., 1996, Brasília. Anais. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 1996. (Série cadernos do CEJ, 11)
1248. _____. **Judiciário, fortaleza dos direitos.** Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v. 2, n. 8, p. 127-129, nov./dez. 2000.
1249. _____. **Justiça mais ágil e mais rápida.** Síntese Trabalhista, Porto Alegre, n. 72, p. 115-117, jun. 1995.
1250. _____. **Morosidade e insegurança.** Consulex: Revista Jurídica, Brasília, n. 100, p. 40-44, mar. 2001.

1251. _____. **O Poder Judiciário como poder político no Brasil do século XXI.** Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Rio de Janeiro, v. 65, n. 1, p. 17-31, out./ dez. 1999.
1252. _____. **O poder judiciário na constituição: uma proposta de reforma.** In: _____. Temas de direito público. Belo Horizonte: Del Rey, 1997. p. 25-55.
1253. _____. **O que reformar no Judiciário?** Informativo AJUFE, Brasília, n. 34, p. 25, out./ nov. 1999.
1254. _____. **Reforma do Judiciário.** In: ENCONTRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, 1, 2000, Brasília. Anais... Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2001. p. 21-27.
1255. VELLOSO, Paulo Boeckel. **O judiciário e a constituição.** Revista da AJURIS, Porto Alegre, v. 12, n. 34, p. 7-16, jul. 1985.
1256. VENÂNCIO FILHO, Alberto. **OAB: ensino jurídico.** In: CONSELHO FEDERAL DA OAB. OAB ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1996. p. 47-52.
1257. VENEU, Marcos Guedes. **Representações do funcionário público.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 5-16, nov. 1989/ jan. 1990.
1258. VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **Direito internacional sanitário.** In: BRASIL. Ministério da Saúde. Direito sanitário e saúde pública. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. v. 1, p. 261-299.
1259. VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **Monografia jurídica: uma visão prática.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
1260. VERONESE, Alexandre. **Direito na fronteira ou fronteira do direito: experiências de projetos do programa nacional balcões de direito.** Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 93-117, fev. 2003.
1261. VIANA, L. Werneck. **A democracia e os três poderes no Brasil.** Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.
1262. VIANA, L. Werneck. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 1999.
1263. VIANA, Luiz Werneck et al. **Corpo e alma da magistratura brasileira.** Rio de Janeiro: Revan, 1999.
1264. VIANNA, Túlio Lima. **Roteiro didático de elaboração de projetos de pesquisa em Direito.** Jus Navigandi, Teresina, a. 7, n. 64, abr. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3983>>. Acesso em: 29 set. 2005.

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

1265. VIDAL, Armando Lúcio. **Recrutamento dos magistrados na Europa Ocidental**. Revista do Processo, São Paulo, n. 45, p. 132-136, jan./mar. 1987.
1266. VIDIGAL, Edson Carvalho. **Desburocratização da justiça**. In: COUTO, Alda Maria de Pinho et al. Qualidade na justiça. Porto Alegre: Gráfica Metrópole, 2004. p. 39-43.
1267. _____. **Sobre a reforma do judiciário**. In: ENSAIOS jurídicos. Brasília: Consulex, 2003. p. 313-317.
1268. VIEIRA, José Ribas. **Desafios e prioridades para a reforma do ensino jurídico no Brasil**. In: CONSELHO FEDERAL DA OAB. OAB ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1996. p. 177-191.
1269. VIEIRA, José Ribas. **A pesquisa no direito: qual inserção na formação acadêmico-pedagógica da pós-graduação**. Revista do curso de pós-graduação em direito da UFSC, Florianópolis, v. 21, n. 40, p. 7-12, jul. 2000.
1270. VIEIRA, José Ribas. **O realismo fantástico: os cursos de direito no Brasil**. In: CONSELHO FEDERAL DA OAB. OAB ensino jurídico: parâmetros para elevação de qualidade e avaliação. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1996. p. 61-73.
1271. VIEIRA, Liliane dos Santos. **Pesquisa e monografia jurídica na era da informática**. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.
1272. VIEIRA, Oscar Vilhena. **Império da lei ou da corte?** Revista USP, São Paulo, n. 21, p. 70-77, 1994.
1273. VIGLIAR, José Marcelo Menezes. **Saúde pública e improbidade administrativa**. In: Direito sanitário e saúde pública. Brasília: Ministério da Saúde, v. 1, 2003. p. 125-142.
1274. VILANOVA, Lourival. **A lógica na teoria jurídica de Reale**. In: LAFER, Celso; FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio (Coord.). Direito, política, filosofia, poesia: estudos em homenagem ao Professor Miguel Reale no seu octogésimo aniversário. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 305-313.
1275. A VISÃO interna da Justiça Federal. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 1995. 43 p. (Série Pesquisas do CEJ, v. 3).
1276. VITAGLIANO, José Arnaldo. **A crise do ensino jurídico no Brasil e o direito alternativo**. Disponível em: < <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=44>>. Acesso em: 20 out. 2005.
1277. VITRAL, Waldir. **Deontologia do magistrado, do promotor de justiça e do advogado**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
1278. WAGNER, R. B. **Accountability in education: a philosophical inquiry**. New York: Roulledge, 1987.

1279. WALD, Arnoldo. **Da competência das agências reguladoras para intervir na mudança de controle das empresas concessionárias**. Síntese, Porto Alegre, v. 6, n. 66, p. 3 – 10, ago. 2002.
1280. _____. MORAES, Luíza Rangel de. **Agências reguladoras**. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 36, n. 141, p. 143 – 171, jan./mar. 1999.
1281. WANDERLEY, Thomaz. **Exame de consciência do juiz**. Arquivo Forense, Recife, v. 59, 3 – 5, jun./dez. 1973.
1282. WARAT, Luís Alberto. **A condição transmoderna: o desencanto na cultura jurídica**. Humanidades, Brasília, v. 9, n. 2, p. 167–175, 1993.
1283. _____. **O sentido comum teórico dos juristas**. In: FARIA, J. E. A crise do direito numa sociedade em mudança. Brasília: EdUnB, 1988. p. 31 – 42.
1284. WARREN, Dean. **As multinacionais: do mercantilismo ao capital internacional**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 105 p.
1285. WASHINGTON (Estados Unidos). **U.S. Department of State. Outline of the U. S. legal system**. Washington, 2004.
1286. WEBER, Max. **Law in economy and society**. Massachussets: Harvard University Press, 1954.
1287. _____. **O Político e o Cientista**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1979.
1288. _____. **Sobre a universidade**. São Paulo: Cortez, 1989.
1289. _____. **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 15–28.
1290. WEHNER, Joachim. **Reconciling accountability and fiscal prudence? A case study of the budgetary role and impact of the german parliament**. The Journal or Legislative Studies, v. 7. n. 2, p. 57-78, summer 2001.
1291. WEISS, Edith Brown. **O direito da biodiversidade no interesse das gerações presentes e futuras**. Revista CEJ, Brasília, n. 8, p. 10-15, mai./ago. 1999.
1292. WHEELER, D. & SILANAPAA, M. **Including the stakeholders: the business case**. Long Range Planning, v. 31, n. 2, p. 201-210, 1998.
1293. WHEELER, Russel R. & HARRISON, Cynthia. **Creating the federal judicial system**. Federal Judicial Center: Washington D.C., 2005.
1294. WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Aristóteles (vida, o pensamento Aristotélico, obra, linha do tempo)**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>> Acesso em: 25 out. 2005.
1295. _____. **David Hume (biografia, o legado de Hume, sociologia da religião de Hume, influência de Hume na Constituição Americana, obra, apontadores externos)**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 25 out. 2005

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

1296. WILLIAMS, Colin W. **The american experience**. Aspen: Institute for Humanistic Studies, Executive Seminars, 1986.
1297. WINCKLER, Silvana. **Contribuições de Hannah Arendt para a teoria política**. In: WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução à história do pensamento político. Rio de Janeiro: Renovar, p. 415-457, 2003.
1298. WOLKMER, Antonio Carlos. **Crise do direito, mudança de paradigma e ensino jurídico crítico**. In: Ensino Jurídico OAB: diagnóstico, perspectivas e propostas. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1996. p. 75-79.
1299. _____. **Introdução à história do pensamento político**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
1300. _____. **Para uma concepção jurídica latino-americana emancipatória**. Humanidades, v. 9, n. 2, p. 176-181, 1993.
1301. _____. **O pensamento político medieval: Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino**. In: WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução à história do pensamento político. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 40-66.
1302. WOODWARD, Bob & ARMSTRONG, Scott. **Por detrás da Suprema Corte**. Tradução Torrieri Guimarães. São Paulo: Saraiva, 1985.
1303. XAVIER NETO, Francisco de Paula. **Escolas de Magistratura: uma proposta**. Série Amamsul Cultural, n. 5, p. 5-12, out. 1990.
1304. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Poder Judiciário: crises, acertos e desacertos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 9-216, 1995.
1305. ZAMUR FILHO, Jamil. **O controle do processo e o controle do poder**. In: Qualidade na justiça, Instituto Nacional da Qualidade Judiciária. Porto Alegre: Gráfica Metrópole, 2004. p. 71-77.
1306. ZANFERDINI, Flávia de Almeida Montingelli. **A crise da justiça e do processo e a garantia do prazo razoável**. Revista de Processo, v. 28, n. 112, p. 240-267, out./dez. 2003.
1307. ZARUR, George de Cerqueira Leite. **O discurso liberal e a política de expansão da educação superior no Brasil**. Revista de Conjuntura, v. 9, n. 13, p. 33-46, jan./mar. 2003.
1308. ZITSCHER, Harriet Christiane. **Metodologia do ensino jurídico com casos: teoria e prática**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. 64 p.
1309. ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. **A ética nas organizações**. Instituto Ethos: Reflexão, v. 2, n. 4, p. 5-18, mar. 2001.
1310. ZOHAR, Danah & Marshall, Ian. **QS – Inteligência espiritual**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Record, 2000.

1311. ZUCKERMAN, Harriet. **Scientific elite: Nobel laureates in the United States**. Columbia University, 1977.
1312. ZUCKERMAN, Solly. **Beyond the ivory tower: the frontiers of public and private science**. London: Weidenfeld and Nicolson, 1970.
1313. ZÜRN, Michael. **Global governance and legitimacy problems**. Government and Opposition: An Internacional Journal of Comparative Politics, v. 39, n. 2, p. 260-287, 2004.
1314. ZVEITER, Waldemar. **O controle do judiciário**. Ajuris: Revista da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul, v. 17, n. 49, p. 169-176, jul. 1990.
1315. ZVEITER, Waldemar. **Judiciário passado a limpo**. Revista Fórum, v. 2, n. 11, p. 6-11, nov./dez. 2003.
1316. ZVEITER, Waldemar. **O STJ e a reforma do judiciário**. Revista Mérito: Superior Tribunal de Justiça, v. 1, n. 2, p. 11, set. 1999.

Índice

- Ação
 - coletiva, 1062
 - direta de inconstitucionalidade, 246
- Accountability, 290, 299, 303, 339
- Acórdão, redação, 198
- Administração, 213
 - de empresas, 777, 918, 922, 945
 - judiciária, 1144
 - pública, 149, 178, 211, 218, 356, 431, 432, 480, 563, 624, 1141, 1223
 - custos, 35
 - França, 739
 - reforma, 25,
 - Nova Zelândia, 233
 - servidor, 12, 178, 179, 180, 452, 453, 537
- Advocacia, 338
- Advogado, 161, 192, 380, 525, 588, 1152, 1171, 1277
 - formação, 94, 259
- Agência
 - executiva, 956, 1170
 - reguladora,
 - estudo de caso, 16, 25, 62, 63, 64, 95, 109, 194, 210, 426, 476, 479, 497, 570, 589, 677, 767, 854, 899, 903, 913, 930, 956, 984, 985, 1060, 1085, 1086, 1126, 1161, 1168, 1170, 1186, 1211, 1279, 1280
 - direito comparado, 61
 - natureza jurídica, 111
- Agente político, 300
- Água, 905
 - poluição, 464
- Antígona, 646
- Antropologia, Brasil, 291
- Arbitragem, 54, 147, 194, 366
- Aristóteles, 613, 1294
- Arquivo eclesiástico, 1084
- Assistência judiciária, 43, 83, 365
- Associação, 8, 71, 153
- Associação dos Juízes Federais (AJUFE), 355
- Associação dos Magistrados do Brasil (AMAGIS), 45, 46, 442

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

Ataliba, Geraldo, 699
Auditoria, 72, 85, 327
Balzac, Honoré de, 531
Banco Mundial, 216, 217
Bancos, 20
Barreto, Tobias, 626
Biodiversidade, 1291
Bioética, 482, 559, 933, 1236
Bittencourt Netto, Joaquim Macedo, 347
Bittencourt, Edgar de Moura, 137
Brasilidade, aspectos sociais, 228
Burocracia, 784
 aspectos sociais, 211
Capacidade jurídica, 32
Celeridade processual, 147
Cidadania, 324, 491, 729, 832, 910
Ciência
 da Informação, 750, 752, 789, 857, 958, 1187, 1188
 e Tecnologia, 1058, 1137, 1190, 1238, 1242, 1311
 política, 14, 22, 24, 92, 122, 168, 170, 358, 376, 523, 552, 605, 718, 738, 871, 1313
Ciências sociais, 78, 164, 228, 675, 695, 730, 731, 733, 734, 735, 736, 1154, 1312
 Brasil, 943, 944
 história, Rio de Janeiro, 33
 Minas Gerais, 77
Classe social, 535
Cláusula pétrea, 234
Coisa julgada, 107
Comércio exterior, 174
Competência, aspectos jurídicos, 221
Comportamento
 humano, 615
 organizacional, 777
Concurso público, 1151
Conflito social, 113
Conselho da Justiça Federal (CJF), 289, 896
Constant, Benjamin, 88
Constituição
 Federal, 277, 320, 329, 330, 438, 461, 481, 585, 720, 815, 864, 873, 1059, 1180, 1252, 1255
 Estados Unidos, 988
 interpretação, 110

- jurisdição política, 69, 301
- reforma, 5, 252, 481
- Constituinte, 201, 379, 425, 622
- Consultoria, 892
- Controle
 - de Constitucionalidade, 720
 - de qualidade, 213, 571, 583, 608
 - externo, 1244, 1245
 - judicial, 262, 295
- Corporação, 938, 1105
 - Estados Unidos, 792
- Corrupção, 447, 970
- Criatividade, 26
- Crime, Alemanha, 175
- Criminalidade, 793
- Crozier, Michel, 522
- Cultura
 - Brasil, 764
 - jurídica, 367, 380, 603, 607, 642, 1282
- Decisão judicial, 208, 616, 651, 703, 771, 850, 1091
- Defensoria Pública, 858
- Democracia, 13, 21, 203, 205, 245, 280, 318, 367, 381, 700, 740, 782, 952, 1092, 1125, 1261
 - Estados Unidos, 235, 1221
- Deontologia, 588, 1277
- Descarte, René, 322
- Despotismo, 1092
- Direito, 161, 203, 232, 263, 283, 294, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 364, 370, 374, 379, 383, 384, 385, 417, 418, 419, 421, 486, 493, 636, 637, 696, 704, 723, 763, 787, 796, 850, 880, 883, 909, 924, 931, 948, 955, 972, 989, 1021, 1031, 1033, 1055, 1067, 1070, 1078, 1079, 1107, 1151, 1160, 1215, 1240, 1272
 - aspectos históricos, 932, 1164
 - aspectos políticos, 311
 - aspectos sociais, 204, 241
 - crise, 618
 - ensino, 10, 11, 39, 50, 51, 58, 94, 98, 114, 115, 116, 117, 118, 123, 130, 132, 138, 152, 159, 176, 182, 196, 199, 207, 227, 248, 254, 259, 257, 266, 275, 281, 312, 355, 356, 363, 371, 372, 386, 387, 397, 413, 416, 423, 442, 450, 451, 477, 499, 512, 527, 528, 533, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 779, 790, 798, 812, 824, 835, 844, 851, 877
 - Alemanha, 133
 - Canadá, 584
 - Chile, 67

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

- Estados Unidos, 584, 599
- França, 439, 441
- Holanda, 134
- Minas Gerais, 331, 442
- Mongólia, 342
- Portugal, 439, 445
- Rio de Janeiro, 51, 354
- União Européia, 52
- Escandinávia, 1023
- Estados Unidos, 492, 1286
- filosofia, 9, 66, 166, 167, 306, 323, 405, 420, 424, 492, 523, 531, 557, 676, 760, 761, 762, 862
 - globalização, 76, 381, 383
 - história, 146
 - interpretação, 95, 110, 195, 258, 267, 415, 468
- Direito
 - Administrativo, 467, 678, 775
 - Alternativo, 79, 226, 469, 909
 - Ambiental, 57, 97, 128, 140, 141, 183, 437, 458, 461, 462, 464, 465, 151, 644, 1068, 1150
 - aspectos históricos, 929
 - legislação, Brasil, 916
 - responsabilidade civil, 81
 - Canônico, 509
 - Civil, história, 525
 - Coletivo, 34, 107, 683
 - Comunitário, 56
 - Constitucional, 438, 470, 998
 - Brasil, 1165
 - de Propriedade, 112
 - do Trabalho, 920
 - e Ética, 17, 36, 239, 282
 - Internacional, 1024, 1112, 1127, 1258
 - ensino, América, 31
 - Natural, 508, 646
 - Público, 749
 - Regulatório, 921
 - Sanitário, 238, 294, 313, 474, 745, 920, 1222, 1258
 - ensino, 68, 313
 - magistrado, 68
 - Subjetivo, 619

Direitos

Difusos, 649
e Garantias Individuais, 112
Humanos, 381, 389, 399, 401
Estados Unidos, 1099
Sociais, 619

Ditadura, 700

Dogmática jurídica, 95, 110, 195, 258, 267, 415, 468

Domínio público, 905

Doutorado, 155, 460

Economia, 169, 189

Educação, 244, 310, 407, 428, 429, 430, 512, 534, 600, 732, 737, 764, 765, 778, 788, 935, 959, 971, 1136, 1185, 1233

Austrália, 889

Estados Unidos, 742

ética, 19, 268

história, 242

reforma, 855

Emenda Constitucional, 951

Ementa, redação, 198

Empresa, 143, 165, 190, 265

administração, 747

multinacional, 490

Ensino

à distância, 68, 587, 652, 693, 757, 1028

especialização, 106, 155, 197, 225, 249, 460

ética, 19, 268

jurídico, 10, 11, 31, 49, 50, 51, 58, 68, 82, 94, 98, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 123, 130, 132, 138, 152, 159, 172, 176, 182, 196, 199, 207, 227, 244, 248, 254, 257, 259, 266, 275, 281, 285, 286, 287, 288, 298, 312, 333, 338, 342, 355, 356, 363, 371, 372, 386, 387, 397, 407, 413, 416, 423, 428, 429, 430, 442, 450, 451, 477, 484, 499, 512, 527, 528, 532, 533, 558, 582, 604, 623, 634, 635, 668, 669, 692, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 779, 790, 798, 812, 824, 835, 844, 851, 877, 878, 894, 940, 941, 949, 969, 977, 987, 990, 999, 1004, 1019, 1073, 1074, 1090, 1094, 1114, 1128, 1132, 1140, 1159, 1173, 1193

Alemanha, 133

Canadá, 584

Chile, 67

Estados Unidos, 584, 599

França, 439, 441

Holanda, 134

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

- Minas Gerais, 331, 442
- Mongólia, 342
- Portugal, 439, 445
- Rio de Janeiro, 51, 354
- União Européia, 52
- universidade, 39
- Superior, 28, 31, 39, 47, 90, 91, 186, 243, 284, 285, 304, 344, 416, 502, 520, 674, 743, 746, 847, 848, 934, 942, 953, 1126, 1143, 1158, 1307
 - avaliação, 344, 413
 - Estados Unidos, 304, 538, 539, 540, 541, 573
 - Europa, 48
 - Nova Zelândia, 917
 - reforma, 867
- Epistemologia jurídica, 9, 66, 166, 167, 306, 323, 405, 420, 424, 492
- Escola da Magistratura, 132, 296, 326, 329, 355, 485, 503, 506, 532, 590, 601, 634, 635, 769, 800, 801, 825, 1066, 1087, 1088, 1101, 1193, 1194, 1195, 1204, 1220, 1247, 1303
 - Minas Gerais, 331
 - Rio de Janeiro, 51, 354
- Escola Nacional de Administração Pública, 356
- Estabilidade, magistrado, América Latina, 136
- Estado
 - de Direito, 664
 - democrático de direito, 7, 359, 393, 436
 - e direito, 7, 37, 144, 163, 359, 393, 426, 436
 - e Governo, 1168
 - reforma, 829
 - responsabilidade civil, 362
 - social, 301
- Estágio, relatório, Portugal, 44
- Estratégia, 747
 - empresarial, 165
- Ética, 264, 278, 279, 316, 317, 340, 353, 459, 624, 659, 660, 680, 696, 773, 814, 816, 865, 904, 911, 931, 948, 955, 993, 1006, 1033, 1037, 1065, 1075, 1184, 1213, 1240
 - ensino, 19, 268
 - jurídica, 17, 36, 239, 282
 - profissional, 802, 803, 804, 805, 1152
 - pública, 218, 339, 345, 346, 721, 1153
- Exportação, 174
- Fac-símile, 897
 - utilização, Brasil, 897

Fato jurídico, 852
Federalismo, 1047
 Alemanha, 408
 Estados Unidos, 1106
Fernandes, Florestan, 78
Filosofia, 154, 322, 560, 723, 763, 787
do Direito, 9, 66, 166, 167, 306, 323, 405, 420, 424, 492, 523, 531, 557, 676, 760, 761, 762, 839, 862,
 881, 887, 947, 974, 975, 1003, 1239, 1300
 política, 144, 322, 613, 630, 632, 662
Finanças Públicas, 18, 21, 47, 60, 70, 72, 85, 89, 93, 100, 127, 129, 142, 173, 185, 188, 209, 230, 273,
274, 361, 487, 511, 551, 1113
 Canadá, 104
 União Européia, 145
Foucault, Michel, 92
Freyre, Gilberto, 263
Funcionário público, 337, 919, 1257
Fundação, 271
 pública, 252
Gestão
 do Conhecimento, 186, 219, 319, 334, 411, 412, 471, 489, 602, 654, 751, 753, 1130, 1166
 de pessoal, 214, 412, 1129
 servidor, 180
 pública, 345, 346, 907, 1167
 de tarefas, 212, 335
Globalização, 126, 142, 216, 217, 1008
 e direito, 76, 381, 383
Governo, 100, 381
Gramsci, Antônio, 250
Hegel, Georg Wilhelm Friedrich, 144
Hermenêutica jurídica, 95, 110, 195, 258, 267, 415, 468
História social, 839
Hobbes, Thomas, 630
Hume, David, 1295
Igualdade social, 13
Imperialismo, Brasil, 229
Imprensa, 576
Improbidade administrativa, 1273
Imunidade tributária, 656

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

Informação

científica, 995

jurídica, 120, 138, 150, 200, 222, 276, 374, 427, 501, 530, 897, 1027, 1056, 1127

e tecnologia, 186, 219, 266, 319, 602

Informática, 483, 501

Inquérito criminal, 240

Instituições financeiras, 20

Instituto Joaquim Nabuco, 466

Inteligência, 670

Internet, 298, 428, 451, 704

Investigação criminal, 240

Jornada de trabalho, servidor, 179

Juiz, 300, 314, 315, 332

Juizado Especial Federal, 567, 586

Juizados especiais de pequenas causas, Rio de Janeiro, 74

Juízo arbitral, 54, 147, 194, 366

Julgamento, 75

criminal, Alemanha, 175

Jurisdição, 221

constitucional, 69, 301

Jurisprudência, 272, 364, 1018

normalização, 655

Jurista, 1283

Justiça, 53, 105, 245, 260, 384, 385, 391, 463, 621, 659, 681, 696, 773, 774, 813, 846, 888, 890, 904,

910, 911, 931, 948, 955, 964, 1005, 1011, 1021, 1033, 1042, 1043, 1243, 1249

acesso, 43, 83, 365, 505, 633, 823, 875, 876, 1049, 1064, 1116

administração, 592

comunitária, 954

custos, estudo comparado, 191

estadual, 29

Estados Unidos, 55, 336

Federal, 177, 581, 293, 581, 726, 841, 842, 869, 1061, 1275

França, 661

Japão, 443

militar, 4, 148

reforma, 4, 38, 41, 42, 84, 102, 108, 124, 125, 139, 158, 160, 181, 231, 234, 237, 253, 256,

269, 373, 374, 409, 410, 435, 444, 446, 478, 595, 617, 645, 648, 717, 960, 297

Rio de Janeiro, 472

social, 7, 13, 27, 99, 325, 359, 393, 491

trabalhista, 891

- Kelsen, Hans, 66, 166, 167, 547, 676
Kennedy, Duncan, 1091
Legislação
 interpretação, 220, 415
 redação, 198
Legitimidade, 32
Liberdade, 454
 pública, 73
 social, 13, 36, 388
Liderança, 1129
Língua portuguesa, 516
Linguagem jurídica, 200, 546
Litígio, EUA, 55
Locke, John, 2
Lógica, 780, 1214
 jurídica, 912, 1274
Loureiro, Lair da Silva, 348
Magistrado, 6, 40, 45, 101, 135, 137, 151, 192, 216, 217, 220, 258, 261, 267, 300, 314, 315, 332, 404, 406, 433, 434, 454, 507, 536, 555, 556, 568, 575, 647, 685, 770, 776, 797, 799, 812, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 826, 853, 860, 875, 884, 886, 914, 923, 937, 997, 1010, 1045, 1048, 1089, 1100, 1124, 1148, 1163, 1263, 1277
 aperfeiçoamento, 30, 625, 653, 673, 689, 769, 800, 801, 825, 1199
 aspectos históricos, 849
 aspectos políticos, 811
 autonomia, 87, 568
 carreira, 1002
 Chile, 67
 competência, 1281
 direitos e deveres, 86, 131
 eleição, 440
 estabilidade, América Latina, 136
Formação, 50, 56, 58, 68, 132, 152, 199, 227, 248, 275, 355, 357, 406, 485, 503, 795, 806, 807, 808, 809, 827, 872, 962, 1007, 1014, 1017, 1066, 1077, 1104, 1122, 1125, 1198, 1199, 1203, 1220, 1247, 1265
 Alemanha, 133
 Chile, 67
 Espanha, 833
 França, 439, 441
 Holanda, 134
 Itália, 836

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

- Minas Gerais, 331, 442
- Portugal, 439, 445
- Rio de Janeiro, 51, 354
- União Européia, 52
- Mercosul, 3
- Minas Gerais, 46
- nomeação, Estados Unidos, 103
- responsabilidade, 75
- Magistratura, 206, 226, 305, 321, 380, 462, 456, 500, 564, 590, 596
 - acesso, 305
 - direitos e deveres, 73, 307
 - estatuto, 307, 1196
 - história, Paraná, 786
 - promoção, 305
- Maquiavel, 358, 662
- Martins, Ives Gandra da Silva, 352
- Marx, Karl, 632
- Mediação, 54, 147, 194, 366
- Meio ambiente
 - aspectos jurídicos, 57, 97, 128, 140, 141, 183, 437, 458, 461, 462, 464, 465, 515, 586
 - Mercosul, 23
 - responsabilidade civil, 81
- Mercosul, 3, 23
- Mestrado profissionalizante, 1034
- Metodologia científica, 120, 150, 154, 222, 374
- Ministério Público, 240, 462, 529, 649, 682, 688, 1046, 1068, 1086
- Modernidade, 455
- Monografia jurídica, 591, 629, 641, 1259
- Montesquieu, 523
- Mosimann, Hélio, 351
- Multinacional, 1284
 - aspectos sócio-econômicos, 187
- Negociação coletiva, 34
- Norma jurídica, 617, 852
- Normalização, 1237
- Oliveira, Eduardo Andrade Ribeiro de, 350
- Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 98, 159, 163, 207, 259, 286, 287, 288, 333, 371, 372, 423
- Ordem
 - jurídica, 1012
 - e progresso, 457

- Organização, 153, 171, 190, 353
 - avaliação, 837
 - internacional, 490
 - judiciária, 474, 609
 - direito comparado, 80
 - Estados Unidos, 103, 193
 - Itália, 628
 - não-governamental, 271
- Organizações, 777, 1111, 1309
- Parlamentarismo, 157
- Parlamento, Grã-Bretanha, 303
- Partido político, 88, 201, 246
- Pensamento político, 2, 156, 358, 1297, 1299, 1301
 - história, 156
- Perelman, Chaim, 251
- Pesquisa
 - científica, 120, 138, 150, 200, 222, 276, 374, 530
 - jurídica, 120, 138, 150, 222, 276, 374, 427, 530, 639, 759, 969, 882, 1114, 1115, 1183, 1234, 1235, 1264, 1269, 1271
- Planejamento estratégico, 748, 754, 785
- Platão, 613
- Pluralismo jurídico, 1008
- Poder
 - Executivo, 494, 495, 496
 - Estados Unidos, 341, 758
- Judiciário, 15, 20, 24, 53, 59, 99, 122, 135, 184, 189, 202, 203, 205, 260, 292, 320, 330, 368, 369, 378, 390, 395, 396, 399, 400, 401, 403, 409, 422, 425, 448, 474, 505, 526, 569, 576, 577, 585, 593, 620, 621, 658, 666, 667, 671, 726, 744, 768, 781, 815, 828, 834, 845, 864, 868, 873, 874, 946, 982, 1000, 1001, 1032, 1044, 1050, 1052, 1055, 1057, 1063, 1082, 1083, 1095, 1110, 1119, 1123, 1133, 1134, 1135, 1138, 1139, 1149, 1179, 1192, 1200, 1201, 1202, 1218, 1244, 1245, 1246, 1248, 1250, 1251, 1252, 1255, 1304, 1306, 1314, 1315
 - aspectos econômicos, 246, 924, 925, 928
 - aspectos políticos, 246, 295, 255, 292, 620, 638, 640, 810, 1266
 - aspectos sociais, 119, 121, 255, 384, 389, 399, 400, 401, 391
 - atividades, relatório, EUA, 1
 - autonomia, 87, 113
 - Brasil, 772, 996, 1009
 - Canadá, 1197
 - controle, 262, 295, 643
 - direito comparado, 80

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

- ensino, 39
- Espanha, 1205
- Estados Unidos, 55, 103, 193, 336, 360, 565, 566, 579, 690, 691, 1197, 1285, 1293
 - estatística, 65, 256
 - história, 59
 - Japão, 443
 - modernização, 236, 302
 - Portugal, 1206
 - reforma, 4, 38, 41, 42, 84, 102, 108, 124, 125, 139, 158, 160, 181, 231, 234, 237, 253, 256, 269, , 297, 373, 374, 409, 410, 435, 444, 446, 478, 505, 510, 595, 617, 645, 648, 684, 694, 697, 698, 717, 719, 722, 830, 831, 879, 891, 893, 900, 901, 902, 926, 927, 936, 950, 960, 961, 963, 965, 983, 1015, 1035, 1041, 1048, 1051, 1053, 1062, 1088, 1096, 1120, 1173, 1207, 1208, 1224, 1128, 1253, 1254, 1261, 1268, 1316
 - Alemanha, 1209
 - Rio de Janeiro, 472
 - político, 14, 22, 24, 92, 122, 168, 170, 229, 246, 358, 376
- Política, 14, 22, 24, 92, 122, 123, 168, 170, 208, 229, 246, 247, 250, 358, 368, 376, 396, 425, 572, 657, 665, 718, 763, 766, 787, 974, 978, 993, 1005, 1026, 1037, 1070, 1287
 - aspectos jurídicos, 1191, 1262
 - Brasil, 498
 - externa, 1177, 1178
 - e Governo, 957, 976
 - Estados Unidos, 758, 766
- história, 2
 - pública, 129, 157, 473
 - controle, 60
- Poluição, crime, 128, 140, 464
- Promotor de Justiça, 1277
- Pós-graduação, 106, 197, 225, 249, 743, 953
- Positivismo jurídico, 251
- Prática jurídica, 878
- Prestação de contas, responsabilidade social
 - África, 18, 93
 - Ásia, 18
 - Canadá, 104
- estudo de caso, 21, 47, 70, 72, 85, 89, 100, 127, 142, 173, 185, 188, 209, 230, 273, 274, 361, 487, 511, 514, 517, 518, 519, 523, 542, 548, 549, 550, 553, 554, 561, 574, 594, 597, 598, 612, 614, 631.

- 650, 663, 672, 679, 755, 791, 843, 856, 859, 863, 870, 885, 915, 994, 1038, 71039, 1040, 1054, 1097, 1098, 1102, 1103, 1116, 1118, 1145, 1146, 1176, 1230, 1278, 1290
- Europa, 48
- União Européia, 145
- Previdência social, 320
- Processo
- Civil, reforma, 1196
- judicial, 966, 1013
- jurídico, 32, 139, 215, 521, 522, 606
- América, 223
- Estados Unidos, 728
- Profissão, 162, 163
- Proteção ambiental, aspectos jurídicos, 57, 97, 128, 140, 141, 183, 437, 458, 461, 462, 464, 465, 515
- Qualidade, 813, 1142, 1232, 1305
- total, 213
- Reale, Miguel, 105, 167, 263, 416, 417
- Recursos Humanos, 892, 1155, 1310
- Redação forense, 504, 516
- Reengenharia, 669, 701, 828
- Reforma
- administrativa, 25,
- Nova Zelândia, 233
- constitucional, 5, 252, 481, 686, 687
- governamental, 89, 447, 449
- do Judiciário, 4, 38, 41, 42, 84, 102, 108, 124, 125, 139, 158, 160, 181, 231, 234, 237, 253, 256, 269, 373, 374, 409, 410, 435, 444, 446, 478, 684, 694, 697, 698, 717, 719, 722, 960
- Rio de Janeiro, 472
- social, 481
- Regimes de governo, 156
- Relações Internacionais, 624
- Relatório
- de atividades, Poder Judiciário, EUA, 1
- de estágio, Portugal, 44
- Responsabilidade
- civil, 362, 290, 299
- do Estado, 362, 898
- direito ambiental, 81
- do estado, 339
- história, 362

Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM no Superior Tribunal de Justiça

- magistrado, 75
- penal, 1121
- pública, 627
- social, 21, 47, 70, 72, 85, 89, 100, 127, 142, 173, 185, 188, 209, 230, 273, 274, 361, 487, 511, 514, 517, 518, 519, 523, 542, 548, 549, 550, 553, 554, 561, 574, 594, 597, 598, 612, 614, 631, 650, 663, 672, 679, 755, 791, 843, 856, 859, 863, 870, 885, 915, 994, 1038, 1039, 1040, 1054, 1097, 1098, 1102, 1103, 1117, 1118, 1145, 1146, 1176, 1230, 1278, 1290
 - África, 18, 93
 - Ásia, 18
 - Canadá, 104
 - Europa, 48
 - União Européia, 145
- Ribeiro, Antônio de Pádua, 349
- Rory, Richard, 488
- Rousseau, Jean-Jacques, 88, 552
- Sanches, Sydney, 1036
- Santo Agostinho, 1301
- Santo Tomás de Aquino, 1301
- Saúde pública, 313, 474, 745, 967, 1222, 1273
 - crime, 238
- Schmidt, Carl, 1091
- Serviço público, 149, 178, 211, 431, 480, 570, 782
 - custos, 35
- Servidor público, 12, 178, 179, 180, 452, 453, 537, 1189
- Sistema
 - jurídico, 206
 - político, 206, 208
- Soberania, 70
- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), 168, 414
- Sociedade, 908, 972, 973
 - civil, 144
 - comercial, 906, 1069
 - Estados Unidos, 792
 - de informação, 21
 - participativa, 8, 71
- Sociologia, 78, 343, 513, 164, 544, 545, 562, 605, 607, 702, 724, 725, 735, 979, 980, 981, 992
 - aspectos jurídicos, 241
 - Estados Unidos, 1296
- história, Rio de Janeiro, 33
- jurídica, 34, 308, 323, 398, 402, 741, 783, 794, 838, 840, 895, 896, 909, 1016, 1022, 1025, 1030, 1071, 1072, 1076, 1080, 1129, 1131, 1147, 1156, 1157, 1161, 1175, 1182, 1217, 1260, 1289

Minas Gerais, 77
Stakeholder, 8, 47, 190, 674, 756, 939, 1292
Europa, 48
Súmula, 1181
vinculante, 297, 1246
Superior Tribunal de Justiça (STJ), 179, 180, 1192, 1316
Suprema Corte, EUA, 103, 565, 578, 580, 690, 691
Supremo Tribunal Federal (STF), 84, 181, 247, 866, 1302
Tecnologia da informação, 751, 834, 1020, 1029
Teoria do conhecimento, 750
Terceiro
Poder, 991, 1216
setor, 656
Tocqueville, Alexis de, 1092
Trabalho, gerenciamento, 212, 335
Tribunal
de Alçada, 861
de Contas, 859, 968, 1176
de Justiça, 245
Estados Unidos, 1, 360
estudo comparado, 191
superior, 309, 328
Universidade, 28, 39, 90, 91, 176, 197, 224, 270, 416, 450, 502, 520, 610, 611, 746, 934, 942, 1017,
1027, 1081, 1093, 1108, 1109, 1158, 1210, 1288
Europa, 48
Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS), 176
Weber, Max, 887, 1219, 1231
Woodrow, Wilson, 149, 606

**Composto pela
Secretaria de Documentação
Superior Tribunal de Justiça
Brasília, 2006**